

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	13
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	14
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	19
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	24
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	25
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	136
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	146
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	147
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	149

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	150
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	115.953.618
Preferenciais	113.794.003
Total	229.747.621
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	4.675.742
Total	4.675.742

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	27.844.145	21.696.603	16.350.590
1.01	Ativo Circulante	13.730.706	7.956.936	4.526.741
1.01.01	Disponibilidades	78.050	39.894	105.739
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.352.825	538.113	251.149
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	103.036	395.561	236.147
1.01.02.03	Aplicações em Operações Compromissadas	2.210.698	128.026	15.002
1.01.02.04	Aplicações em Moedas Estrangeiras	39.091	14.526	0
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.227.743	1.278.329	485.961
1.01.03.01	Carteira Própria	1.583.866	694.210	260.880
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	201.936	442.790	142.302
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.441.941	141.329	65.821
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	0	0	16.958
1.01.04	Relações Interfinanceiras	4.687	4.711	6.742
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	674	44	0
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central do Brasil	4.013	4.667	6.669
1.01.04.03	Correspondente	0	0	73
1.01.06	Operações de Crédito	7.108.424	5.310.195	2.899.789
1.01.06.01	Setor Privado	7.250.952	5.441.314	3.022.693
1.01.06.03	(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-142.528	-131.119	-122.904
1.01.08	Outros Créditos	938.403	770.321	766.247
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	661.332	623.596	549.387
1.01.08.02	Rendas a Receber	26.684	5.611	6.042
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	123.125	77.703	80.610
1.01.08.04	Diversos	131.001	66.856	60.697
1.01.08.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-42.572	-4.377	-7.232
1.01.08.06	Avais e Fianças Honradas	38.833	932	76.743
1.01.09	Outros Valores e Bens	20.574	15.373	11.114
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	20.574	15.373	11.114

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.184.431	12.992.075	11.121.487
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.073	42.119	131.742
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.073	42.119	131.742
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	9.830.241	9.673.323	7.731.503
1.02.02.01	Carteira Própria	2.825.391	2.076.053	1.226.050
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.621.760	1.735.899	1.331.066
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	1.874.123	1.957.009	901.890
1.02.02.05	Vinculados a Compromissos de Recompra	3.508.967	3.904.362	4.272.497
1.02.05	Operações de Crédito	1.072.971	1.285.634	1.548.627
1.02.05.01	Setor Privado	1.128.171	1.334.276	1.668.951
1.02.05.03	(-) Provisão para Operações de Crédito com Liquidação Duvidosa	-55.200	-48.642	-120.324
1.02.07	Outros Créditos	1.914.209	1.655.029	1.279.293
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	60.141	4.851	0
1.02.07.02	Rendas a Receber	20.086	8.025	7.848
1.02.07.03	Devedores por Depósito em Garantia	73.519	96.457	58.687
1.02.07.04	Diversos	1.760.319	1.543.377	1.212.758
1.02.07.05	Avais e fianças honradas	1.519	2.531	0
1.02.07.06	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.375	-212	0
1.02.08	Outros Valores e Bens	342.937	335.970	430.322
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	51.266	43.831	40.378
1.02.08.02	Bens não de uso próprio	291.671	292.139	389.944
1.03	Ativo Permanente	929.008	747.592	702.362
1.03.01	Investimentos	860.728	720.676	693.073
1.03.01.02	Participações em Controladas	859.475	719.426	691.482
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.253	1.250	1.591
1.03.02	Imobilizado de Uso	44.336	8.711	7.998
1.03.02.01	Instalações, Móveis Equipamentos de Uso	22.032	21.970	21.970
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	45.972	8.190	6.182

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.03.02.03	(-) Depreciações Acumuladas	-23.668	-21.449	-20.154
1.03.04	Intangível	23.944	18.205	1.291
1.03.04.01	Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	32.057	21.601	3.862
1.03.04.02	(-) Amortização Acumulada	-8.113	-3.396	-2.571

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	27.844.145	21.696.603	16.350.590
2.01	Passivo Circulante	12.488.975	9.411.583	7.030.160
2.01.01	Depósitos	4.734.155	2.485.656	2.125.500
2.01.01.01	Depósitos à Vista	114.261	90.883	155.980
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	541.696	339.920	52.507
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	4.078.198	2.054.853	1.917.013
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	4.986.117	4.046.998	3.943.494
2.01.02.01	Carteira Própria	3.378.242	4.046.998	3.943.494
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	1.607.875	0	0
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.475.685	1.648.977	706.659
2.01.03.01	Recursos de letras de crédito imobiliário	703.889	915.031	253.217
2.01.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	427.193	733.946	453.442
2.01.03.03	Recursos de letras financeiras	344.603	0	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	14.637	5.520	594
2.01.04.01	Correspondentes	344	334	329
2.01.04.02	Recebimentos e pagamentos a liquidar	14.293	5.186	265
2.01.05	Relações Interdependências	41.599	12.057	2.794
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	41.599	12.057	2.794
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	641	0	5
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	641	0	5
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	0	0	2.457
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0	0	12.366
2.01.09	Outras Obrigações	1.236.141	1.212.375	236.291
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	193.895	100.156	84.584
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	326	389	137
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	253.101	109.058	108.326
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	18.531	36.348	9.754
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	13.066	12.552	9.446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	60.875	16.895	7.009
2.01.09.08	Dívidas Subordinada	25.731	27.611	0
2.01.09.09	Outros	670.616	909.366	17.035
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	14.127.963	11.300.541	8.451.451
2.02.01	Depósitos	10.362.460	7.136.435	5.988.259
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	353.833	318.872	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	10.008.627	6.817.563	5.988.259
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	890.047	1.447.429	410.273
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	50.990	176.412	365.301
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	645.413	726.894	0
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	193.644	544.123	44.972
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	44.257	0	44
2.02.09	Outras Obrigações	2.831.199	2.716.677	2.052.875
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.882.846	2.099.349	1.625.048
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	312.644	257.358	193.225
2.02.09.03	Provisão para Passivos Contingentes	12.056	22.398	22.275
2.02.09.04	Dívida Subordinada	592.871	320.562	204.419
2.02.09.05	Outros	30.782	7.701	7.908
2.02.09.07	Carteira de Câmbio	0	9.309	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.227.207	984.479	868.979
2.05.01	Capital Social Realizado	952.678	852.335	851.665
2.05.01.01	De Domiciliados no País	823.811	723.468	722.798
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	128.867	128.867	128.867
2.05.02	Reservas de Capital	5.117	4.127	0
2.05.04	Reservas de Lucro	273.022	135.067	23.133
2.05.04.01	Legal	23.686	10.774	1.730
2.05.04.02	Estatutária	269.742	131.137	21.403
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-20.406	-6.844	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.05.04.07.01	(-) Ações em Tesouraria	-20.406	-6.844	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-3.610	-7.050	-5.819
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-3.610	-7.050	-5.819

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.525.369	2.288.991	1.440.567
3.01.01	Operações de Crédito	1.504.241	1.144.897	737.629
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.036.997	831.959	570.754
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-252.805	266.984	119.355
3.01.04	Resultado com Operações de Câmbio	236.936	45.151	12.829
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-2.017.009	-1.781.750	-1.267.589
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-1.783.289	-1.790.872	-1.226.140
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-152.621	-3.923	-7.124
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-81.099	13.045	-34.325
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	508.360	507.241	172.978
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-193.681	-228.814	-148.586
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	23.923	40.361	40.100
3.04.02	Despesas de Pessoal	-125.846	-109.269	-99.985
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-199.761	-155.622	-83.530
3.04.04	Despesas Tributárias	-23.262	-44.663	-12.317
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	79.746	55.457	16.168
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-38.052	-28.993	-13.364
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	89.571	13.915	4.342
3.05	Resultado Operacional	314.679	278.427	24.392
3.06	Resultado Não Operacional	15.157	17.637	63.687
3.06.01	Receitas	22.051	31.679	69.392
3.06.02	Despesas	-6.894	-14.042	-5.705
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	329.836	296.064	88.079
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-194	-54	-2.298
3.09	IR Diferido	-33.979	-69.000	-20.236
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-37.415	-46.132	-24.645
3.10.01	Participações	-37.415	-46.132	-24.645
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	258.248	180.878	40.900

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,12405	1,84556	0,42099

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	258.248	180.878	40.900
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.440	-1.231	-833
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	8.698	-2.114	-1.504
4.02.02	Hedges fluxo de caixa	0	1	1
4.02.03	Outros resultados abrangentes	-3.658	804	453
4.02.04	Imposto de renda	-1.600	78	217
4.03	Resultado Abrangente do Período	261.688	179.647	40.067

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.104.454	-245.940	-149.885
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	437.128	213.235	102.737
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	258.248	180.878	40.900
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	81.099	-13.045	34.325
6.01.01.03	Impostos Diferidos	33.979	69.000	20.236
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	6.936	2.120	2.130
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-2.063	-1.742	-1.016
6.01.01.06	Resultado de Participação e Controlada	-9.547	1.502	578
6.01.01.10	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa Equivalentes de Caixa	136.167	-16.625	9.926
6.01.01.11	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-89.571	-13.915	-4.342
6.01.01.12	Pagamento baseado em ações	21.880	5.062	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.667.326	-459.175	-252.622
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	310.572	-250.608	-183.952
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	-916.419	-2.270.008	156.020
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operações de Crédito	-1.627.306	-2.137.012	-1.029.796
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros Créditos	-523.175	-463.905	-168.693
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	-12.168	90.093	-99.595
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Relações Interfinanceiras e Interdependências	38.683	16.220	-2.509
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.309.237	9.532	180.093
6.01.02.08	Aumento (Redução) de Depósitos	5.474.524	1.508.332	902.673
6.01.02.09	Aumento (Redução) de Operações Compromissadas	939.119	103.504	-541.521
6.01.02.10	Aumento (Redução) de Recursos e Aceites e Emissões de Títulos	-730.674	1.979.474	527.782
6.01.02.11	Aumento (Redução) de Outras Obrigações	44.257	-14.872	-26.730
6.01.02.12	Aumento (Redução) de Obrigações por Empréstimos e Repasses	-20.850	970.075	45.491
6.01.02.13	Aumento (Redução) de Resultado de Exercícios Futuros	0	0	-11.885
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-98.912	0	17.322
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	-37.844	-2.008	-1.532
6.02.02	Aquisição no Intangível	-10.456	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.03	Redução/Aumento de capital em controladas	-50.286	0	22.158
6.02.04	Recebimento de dividendos de controladas	6.605	0	0
6.02.05	Aumento de capital em coligadas	-8.332	0	0
6.02.06	Aquisição de investimentos em coligadas e controladas	1.404	0	0
6.02.07	Aquisição de outros investimentos	-3	341	-3.304
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	276.019	111.870	131.446
6.03.01	Venda (Aquisição) de Ações Próprias	-28.132	-6.844	0
6.03.02	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	-83.196	-25.710	-11.475
6.03.03	Aumento de capital	100.343	670	61.254
6.03.05	Aumento (Redução) em Obrigações por Dívidas Subordinadas	287.004	143.754	81.667
6.04	Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes	-136.167	16.625	-9.926
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.510.286	119.112	-11.043
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182.446	301.558	312.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.327.840	182.446	301.558

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	852.335	-2.717	0	141.911	0	-7.050	984.479
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	852.335	-2.717	0	141.911	0	-7.050	984.479
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	258.248	0	258.248
5.05	Destinações	0	0	0	151.517	-258.248	0	-106.731
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-3.131	0	-3.131
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-35.126	-68.474	0	-103.600
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	186.643	-186.643	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3.440	3.440
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	5.038	5.038
5.07.06	Outros ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	0	-1.598	-1.598
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	100.343	0	0	0	0	0	100.343
5.10	Ações em Tesouraria	0	-28.132	0	0	0	0	-28.132
5.11	Outras Transações de Capital	0	15.560	0	0	0	0	15.560
5.13	Saldo Final	952.678	-15.289	0	293.428	0	-3.610	1.227.207

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	851.665	0	0	23.133	0	-5.819	868.979
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	851.665	0	0	23.133	0	-5.819	868.979
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	180.878	0	180.878
5.05	Destinações	0	0	0	119.678	-180.878	0	-61.200
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-61.200	0	-61.200
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	119.678	-119.678	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	9.044	-9.044	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	110.634	-110.634	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.231	-1.231
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-2.087	-2.087
5.07.05	MTM Hedge de FI	0	0	0	0	0	1	1
5.07.06	Outros Ajustes	0	0	0	0	0	855	855
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	670	0	0	0	0	0	670
5.10	Ações em Tesouraria	0	-6.844	0	0	0	0	-6.844
5.11	Outras Transações de Capital	0	4.127	0	0	0	0	4.127
5.12	Outros	0	0	0	-900	0	0	-900
5.13	Saldo Final	852.335	-2.717	0	141.911	0	-7.050	984.479

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.133
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.133
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	40.900	0	40.900
5.05	Destinações	0	0	0	23.133	-34.608	0	-11.475
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-11.475	0	-11.475
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	23.133	-23.133	0	0
5.05.03.01	Reserva legal	0	0	0	1.730	-1.730	0	0
5.05.03.02	Reserva estatutária	0	0	0	21.403	-21.403	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-833	-833
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-922	-922
5.07.04	MTM Hedge Fluxo de Caixa	0	0	0	0	0	1	1
5.07.05	Outros ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	0	88	88
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	-350.728	0	0	0	411.982	0	61.254
5.13	Saldo Final	851.665	0	0	23.133	0	-5.819	868.979

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	2.525.044	2.386.498	1.512.833
7.01.01	Intermediação Financeira	2.525.369	2.288.991	1.440.567
7.01.02	Prestação de Serviços	23.923	40.361	40.100
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-81.099	13.045	-34.325
7.01.04	Outras	56.851	44.101	66.491
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.935.910	-1.794.795	-1.233.264
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-182.321	-145.070	-75.265
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-974	-484	-396
7.03.02	Serviços de Terceiros	-148.315	-110.808	-58.609
7.03.04	Outros	-33.032	-33.778	-16.260
7.04	Valor Adicionado Bruto	406.813	446.633	204.304
7.05	Retenções	-6.936	-2.120	-2.130
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.936	-2.120	-2.130
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	399.877	444.513	202.174
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	89.571	13.915	4.342
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	89.571	13.915	4.342
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	489.448	458.428	206.516
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	489.448	458.428	206.516
7.09.01	Pessoal	163.261	155.401	124.630
7.09.01.01	Remuneração Direta	77.311	67.226	59.705
7.09.01.02	Benefícios	19.063	16.575	15.356
7.09.01.03	F.G.T.S.	29.472	25.468	24.924
7.09.01.04	Outros	37.415	46.132	24.645
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.435	113.717	34.851
7.09.02.01	Federais	55.907	96.953	32.895
7.09.02.03	Municipais	1.528	16.764	1.956
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.504	8.432	6.135
7.09.03.01	Aluguéis	10.504	8.432	6.135

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	258.248	180.878	40.900
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	106.731	61.200	11.475
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	151.517	119.678	29.425

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	26.994.482	20.548.981	16.014.008
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.327.961	205.863	301.559
1.02	Ativos Financeiros	22.310.000	18.481.653	13.727.399
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	6.324.833	6.237.273	1.489.075
1.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	6.324.833	6.237.273	1.489.075
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.307.772	990.283	1.002.856
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	13.677.395	11.254.097	11.235.468
1.03	Tributos Diferidos	675.382	584.514	772.728
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	675.382	584.514	772.728
1.04	Outros Ativos	1.530.079	1.196.285	1.185.746
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	848.318	728.811	864.321
1.04.03	Outros	681.761	467.474	321.425
1.05	Investimentos	44.518	21.749	2.187
1.05.01	Participações em Coligadas	44.518	21.749	2.187
1.06	Imobilizado	82.598	40.712	23.098
1.06.01	Imobilizado de Uso	82.598	40.712	23.098
1.07	Intangível	23.944	18.205	1.291
1.07.01	Intangíveis	23.944	18.205	1.291

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	26.994.482	20.548.981	16.014.008
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	2.076.741	2.199.505	1.709.632
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	23.106.954	17.086.416	13.366.752
2.04	Provisões	39.768	60.588	23.107
2.05	Passivos Fiscais	9.313	7.526	5.447
2.06	Outros Passivos	689.789	213.047	39.464
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	1.071.917	981.899	869.606
2.08.01	Capital Social Realizado	952.678	852.335	851.665
2.08.02	Reservas de Capital	5.117	4.127	0
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	5.117	4.127	0
2.08.04	Reservas de Lucros	113.632	132.487	23.731
2.08.04.01	Reserva Legal	15.717	10.645	1.760
2.08.04.02	Reserva Estatutária	118.321	129.586	21.971
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-20.406	-6.844	0
2.08.04.10	Outros ajustes	0	-900	0
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.610	-7.050	-5.790
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.100	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.804.435	2.041.828	1.486.276
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-2.333.900	-1.838.048	-1.451.764
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	470.535	203.780	34.512
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-453.238	46.508	46.142
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	13.319	9.347	43.037
3.04.02	Despesas de Pessoal	-164.869	-152.133	-120.348
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-148.983	-117.438	-76.252
3.04.04	Despesas Tributárias	-33.656	-59.928	-27.021
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	213.116	377.355	260.837
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-355.114	-15.339	-34.111
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	22.949	4.644	0
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.297	250.288	80.654
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	84.437	-72.588	-33.362
3.06.01	Corrente	-9.759	-5.518	-8.210
3.06.02	Diferido	94.196	-67.070	-25.152
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.734	177.700	47.292
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	101.734	177.700	47.292
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	101.438	177.700	47.292
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	296	0	0
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,44281	0,95141	0,25366
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,44281	0,95141	0,25366

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	101.734	177.700	47.292
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.440	-1.260	-1.268
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	105.174	176.440	46.024
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	105.174	176.440	46.024

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.030.872	-202.008	-129.166
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	497.750	243.902	116.481
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	101.734	177.700	47.292
6.01.01.02	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	136.167	-16.625	9.926
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	14.745	5.394	5.835
6.01.01.04	Impostos diferidos	-94.196	67.070	25.152
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	346.881	16.271	40.048
6.01.01.06	Provisões / Reversões para contingências (líquidas)	-6.512	-6.326	-11.772
6.01.01.07	Pagamento baseado em ações	21.880	5.062	0
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-22.949	-4.644	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.533.122	-445.910	-245.647
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA (Instrumentos de dívida e de capital)	-409.769	-2.407.080	-66
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)	-1.282.215	9.532	180.093
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	310.200	-250.607	-183.953
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes	-1.795.383	-2.541.276	-1.097.156
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)	-1.113.534	907.519	117.980
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda	-119.507	135.510	-48.720
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia	22.719	-38.319	-1.942
6.01.02.08	(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar	-13.645	-122.874	18.689
6.01.02.09	(Aumento) Redução de Outros ativos	-243.245	-17.513	-100.596
6.01.02.10	(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.328	121.144	-13.744
6.01.02.11	Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras	236.737	606.285	-479.739
6.01.02.12	Aumento (Redução) de Depósitos de clientes	4.242.986	2.141.719	1.967.968
6.01.02.13	Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto	939.119	103.503	-541.521
6.01.02.14	Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários	263.122	726.894	-6.435
6.01.02.15	Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses	44.898	-14.781	-25.881
6.01.02.16	Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros	23.247	12.290	3.213
6.01.02.17	Aumento (Redução) de Provisões	-14.308	43.807	-3.564

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.18	Aumento (Redução) de Obrigações fiscais	1.787	2.079	-8.264
6.01.02.19	Aumento (Redução) de Outras obrigações	436.585	136.258	-22.009
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48.626	-22.183	-5.118
6.02.02	(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	-37.844	-22.183	-5.118
6.02.03	(Aquisição) Alienação de intangível	-10.456	0	0
6.02.04	Aumento de capital em coligadas	-8.332	0	0
6.02.05	Dividendos recebidos no período	6.605	0	0
6.02.06	(Aquisição)/Alienação de investimentos em coligadas, controladas e outros	1.404	0	0
6.02.08	(Aquisição) de outros investimentos	-3	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	276.019	111.870	133.167
6.03.01	Aumento de Capital	100.343	670	61.254
6.03.02	Aumento (Redução) em obrigações por dívidas subordinadas	287.004	143.754	71.913
6.03.03	Venda (Aquisição) de ações em tesouraria	-28.132	-6.844	0
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	-83.196	-25.710	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-136.167	16.625	-9.926
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.122.098	-95.696	-11.043
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	205.863	301.559	312.602
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.327.961	205.863	301.559

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	852.335	-2.717	139.331	0	-7.050	981.899	0	981.899
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	852.335	-2.717	139.331	0	-7.050	981.899	0	981.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	100.343	-12.572	-35.126	-71.605	0	-18.960	4.100	-14.860
5.04.01	Aumentos de Capital	100.343	0	0	0	0	100.343	0	100.343
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-28.132	0	0	0	-28.132	0	-28.132
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.131	0	-3.131	0	-3.131
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-35.126	-68.474	0	-103.600	0	-103.600
5.04.08	Transações com pagamentos baseados em ações	0	15.560	0	0	0	15.560	0	15.560
5.04.10	Participação dos Não controladores	0	0	0	0	0	0	4.100	4.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.438	3.440	104.878	0	104.878
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.438	0	101.438	0	101.438
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.440	3.440	0	3.440
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	3.440	3.440	0	3.440
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	29.833	-29.833	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	29.833	-29.833	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	952.678	-15.289	134.038	0	-3.610	1.067.817	4.100	1.071.917

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	851.665	0	23.731	0	-5.790	869.606	0	869.606
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.665	0	23.731	0	-5.790	869.606	0	869.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	670	-2.717	-900	-61.200	0	-64.147	0	-64.147
5.04.01	Aumentos de Capital	670	0	0	0	0	670	0	670
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.844	0	0	0	-6.844	0	-6.844
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-61.200	0	-61.200	0	-61.200
5.04.08	Transações com pagamentos baseados em ações	0	4.127	0	0	0	4.127	0	4.127
5.04.09	Outros ajustes	0	0	-900	0	0	-900	0	-900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	177.700	-1.260	176.440	0	176.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	177.700	0	177.700	0	177.700
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.260	-1.260	0	-1.260
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-1.260	-1.260	0	-1.260
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	116.500	-116.500	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	116.500	-116.500	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	852.335	-2.717	139.331	0	-7.050	981.899	0	981.899

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-350.728	0	0	400.507	0	49.779	0	49.779
5.04.01	Aumentos de Capital	-350.728	0	0	411.982	0	61.254	0	61.254
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-11.475	0	-11.475	0	-11.475
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.292	-1.268	46.024	0	46.024
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.292	0	47.292	0	47.292
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.268	-1.268	0	-1.268
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.268	-1.268	0	-1.268
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.731	-53.182	0	-29.451	0	-29.451
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	23.731	-23.731	0	0	0	0
5.06.04	Outras mutações do Patrimônio Líquido	0	0	0	-29.451	0	-29.451	0	-29.451
5.07	Saldos Finais	-350.728	0	23.731	394.617	-1.268	66.352	0	66.352

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	2.683.990	2.412.258	1.743.308
7.01.01	Intermediação Financeira	2.946.781	2.359.827	1.669.089
7.01.02	Prestação de Serviços	13.319	9.346	43.037
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-346.881	-16.271	-40.047
7.01.04	Outras	70.771	59.356	71.229
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.333.900	-1.838.048	-1.444.970
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-131.901	-102.462	-59.866
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.090	-537	-1.409
7.03.02	Serviços de Terceiros	-137.326	-108.253	-70.230
7.03.04	Outros	6.515	6.328	11.773
7.04	Valor Adicionado Bruto	218.189	471.748	238.472
7.05	Retenções	-14.746	-5.394	-4.304
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.746	-5.394	-4.304
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	203.443	466.354	234.168
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.949	4.644	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.949	4.644	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	226.392	470.998	234.168
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	226.392	470.998	234.168
7.09.01	Pessoal	164.870	152.134	120.347
7.09.01.01	Remuneração Direta	70.388	63.193	55.263
7.09.01.02	Benefícios	19.193	16.813	15.370
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.489	5.233	5.358
7.09.01.04	Outros	69.800	66.895	44.356
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-50.780	132.516	60.384
7.09.02.01	Federais	-58.585	119.625	48.369
7.09.02.03	Municipais	7.805	12.891	12.015
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.568	8.648	6.145
7.09.03.01	Aluguéis	10.568	8.648	6.145

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.734	177.700	47.292
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	106.731	61.200	11.475
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.997	116.500	35.817

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 27 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica apresentou crescimento robusto ao longo do ano com destaque para a demanda agregada, em especial os investimentos e o consumo das famílias. O indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 3,8% no ano até novembro (último dado disponível) e sinaliza crescimento robusto do PIB no ano. A expansão da demanda foi bastante favorecida pelos impulsos fiscal e monetário registrados nos trimestres anteriores.

De acordo com o IBGE, o comércio varejista ampliado registrou crescimento de 4,4% nos onze primeiros meses do ano, com destaque para os setores de super e hipermercados (5,85%) e de artigos farmacêuticos e perfumaria (14,4%). A produção industrial e o setor de serviços apresentaram respectivamente altas de 3,2% e 3,17%, na mesma base de comparação.

A dinâmica do setor agropecuário foi desfavorável para o desempenho da atividade econômica, por conta da estiagem em diversas regiões do país e das enchentes no RS que ocorreram no primeiro semestre e que contribuíram para retração do PIB agropecuário até o 3T24. De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, a produção de grãos, cereais e leguminosas de 2024 foi de 292,7 milhões de toneladas, o que representa recuo de 7,2% em relação a 2023.

A atividade econômica aquecida, o câmbio desvalorizado e a alta do preço das *commodities* agrícolas contribuíram para a elevação dos preços na economia. A inflação IPCA registrou alta de 4,83% em 2024. O resultado ficou, portanto, acima do teto da meta de 4,5%. O conjunto de preços livres, que é mais impactado pelo ciclo econômico, registrou alta acumulada de 4,89% no ano, enquanto o conjunto de preço administrados aumentou 4,66% no mesmo período.

A taxa básica de juros Selic encerrou o ano em 12,25% a.a., decidida na última reunião do ano do Comitê de Política Monetária do Banco Central. A sinalização do Copom foi de que o ritmo de alta de 1,0 p.p. é apropriado para as duas primeiras reuniões de 2025.

Apesar de o gradual aperto das condições financeiras ao longo do ano, o custo do crédito apresentou queda ao longo de 2024. A taxa de juros da carteira de recursos livres encerrou o ano em 53% a.a. para pessoas físicas e em 22,1% a.a. para pessoas jurídicas. O *spread* bancário para recursos livres ficou em 39,1 p.p. para pessoas físicas e em 8,9 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu R\$6,4 trilhões, aumento de 10,9% no ano. A carteira de recursos livres avançou 10,6% ao ano e a de recursos direcionados, 11,4%, na mesma base de comparação. Por fim, a taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas aumentou 5,3% e, para pessoas jurídicas, 2,5%.

Em relação ao setor externo, a balança comercial registrou superávit de R\$74,5 bilhões no ano, de acordo com o MDIC. O resultado representa queda de 24,62% em relação a 2023. As exportações recuaram 0,78% enquanto as importações avançaram 9%, na mesma base de comparação. O fluxo cambial foi negativo em US\$ 18,6 bilhões em 2024, com o segmento comercial registrando entrada líquida de US\$ 69 bilhões e o segmento financeiro com fluxo negativo em US\$ 87,6 bilhões.

A valorização do Dólar Global somada às incertezas fiscais interrompeu a dinâmica positiva do Real observada em 2023. No ano, o Real acumulou depreciação de 27,2% com cotação de R\$6,177/US\$ no final do ano.

No cenário internacional, as incertezas persistiram, especialmente quanto ao final do ciclo de afrouxamento da política monetária nos Estados Unidos, uma vez que as perspectivas para a atividade econômica se mantiveram positivas.

O mercado de trabalho norte-americano se mostrou resiliente, principalmente no setor de serviços. Além disso, o ritmo de crescimento dos salários – em torno de 4% – é forte com relação à meta para a inflação de 2% no longo prazo. A *Fed Funds Rate* recuou para 4,50% em dezembro de 2024 e o Dólar Global (DXY) valorizou 6,11% no ano.

Para 2025, vemos um cenário de desaceleração econômica. O ambiente internacional deverá ser mais incerto com a nova administração nos EUA e o acúmulo de desafios locais – fiscais, políticas e quanto à dinâmica da inflação – exigem cautela. Para a atividade econômica, esperamos expansão do PIB de 2025 em 2,5%, com destaque para o setor agropecuário, que deve crescer entre 5% e 10%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R\$ milhões)	2023	2024	Variação
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	506,1	520,9	2,9%
Receita de prestação de serviços e tarifas	53,1	82,0	54,4%
Despesas administrativas e de pessoal	(268,8)	(336,1)	25,0%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	302,1	346,5	14,7%
Lucro líquido contábil	180,9	258,2	42,8%

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário revisado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 4T24 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R\$ milhões)	2023	2024	Variação
Margem financeira Líquida	499,5	483,5	(3,2%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	53,1	82,0	54,4%
Despesas administrativas e de pessoal	(213,2)	(232,4)	9,0%
Resultado operacional	302,1	346,5	14,7%
Lucro líquido	180,9	258,2	42,8%

Ano marcado pela contínua diversificação de nossos negócios, pelo atingimento do recorde de lucro no período e pela melhora expressiva na rentabilidade do Banco. Crescemos as carteiras de crédito de Grandes Empresas e de Varejo Colateralizado e expandimos nosso *funding*. Seguimos construindo negócios escaláveis e resilientes, gerando resultados sustentáveis para atender os nossos clientes em diferentes momentos do ciclo econômico.

- A Margem Financeira somou R\$520,9 milhões em 2024, aumento de 2,9% em relação a 2023. Esse aumento reflete: (i) o aumento do saldo médio das carteiras de crédito com manutenção dos *spreads*; (ii) o resultado consistente da mesa de clientes; e; (iii) a maior eficiência na gestão de ALM.
- Receitas de serviços e tarifas totalizaram R\$82,0 em 2024, apresentando um aumento de 54,4% no ano, devido, principalmente, à maior receita de comissões.
- As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$336,1 milhões em 2024, um crescimento de 25% em relação ao ano anterior, explicado, principalmente: (i) pelas maiores despesas de pessoal devido ao crescimento do quadro de colaboradores para suportar o crescimento dos nossos negócios; e (ii) pelo investimento em processos e tecnologia.
- **O lucro líquido totalizou R\$258,2 milhões em 2024, um crescimento de 42,8% quando comparado aos R\$180,9 milhões de 2023.**
- › A carteira de crédito expandida totalizou R\$14,3 bilhões no período, um crescimento de 48,8% em relação a dezembro de 2023, devido, principalmente à contínua expansão de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado e ao crescimento da carteira de Grandes Empresas.
- › O crescimento da carteira foi realizado de maneira a manter a qualidade dos créditos, ao final de dezembro de 2024 96,3 % da carteira de crédito estava classificada entre os *ratings* AA-C.
- Destaque para a maior diversificação através da consolidação em operações públicas de letras financeiras subordinadas e do maior volume de debêntures financeiras vinculadas a cessões e de instrumentos incentivados. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agência de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A agência S&P elevou o *rating* do banco de 'brA-' para 'brA', com perspectiva estável. A agência destaca que: "O Banco Pine se diferencia de seus pares por conseguir expandir seus negócios continuamente em conjunto com seus lucros, sem apresentar deterioração significativa da qualidade de crédito da carteira ou das métricas de capital regulatórias."

A agência Moody's elevou o *rating* do banco de 'BBB+', para 'brA', com perspectiva estável. A agência destaca que "A elevação dos *ratings* do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

4. RECURSOS HUMANOS

O Banco Pine é uma instituição financeira que atua no mercado há mais de 27 anos, destacando-se por financiar e assessorar médias e grandes empresas. Somos focados na eficiência das operações, na agilidade dos negócios e na antecipação de soluções aos nossos clientes.

Um dos pilares do negócio são "Pessoas e Cultura", ativos essenciais para execução da estratégia. Com um time alinhado e experiente, estimulamos o empreendedorismo e diversidade de equipes e ideias. Com uma abordagem "*hands on*", somos assertivos, identificamos e avaliamos eventuais riscos, pautado no trabalho transparente em equipe, com foco no melhor resultado para os nossos clientes e investidores. Para nós, estabelecer relações com vínculo de longo prazo são primordiais. Exploramos nas equipes inspiração, persistência e aprendizado contínuo.

Diante deste contexto, a área de Pessoas e Cultura é fundamental para apoiar a execução da estratégia do negócio por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

Cada item destacado permeia nossa cultura que, com solidez, vem acompanhando os passos, conquistas e resultados sustentáveis do Banco Pine ao longo de cada trimestre.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- > Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- > Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- > *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- > Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- > Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração; e
- > Instauração do Conselho Fiscal a partir de abril de 2024.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos Ambiental, Social e de Governança (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores consultorias especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold*, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

pela *Green Building Council*, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Distribuição de Proventos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.615, à base de R\$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.852, à base de R\$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R\$35.126, à base de R\$0,159371, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.890, à base de R\$0,0766333, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 21 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.116, à base de R\$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

Alterações de Capital em 2024

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 ("Oitavo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, foi deliberado sobre a homologação parcial do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.252, mediante emissão de 5.926.213 novas ações nominativas, sendo 5.598.076 ordinárias e 328.137 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência da deliberação do Conselho de Administração em reunião 03 de outubro de 2024 e de acordo com as características e condições estabelecidas no Aviso aos Acionistas divulgado em 03 de outubro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 03 de dezembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R\$21.341 e, no máximo, R\$29.857, mediante a emissão de, no mínimo, 4.817.368 ações, sendo 4.627.167 ações ordinárias e 190.201 ações preferenciais, e, no máximo, 6.739.760 novas ações, sendo 6.308.409 ações ordinárias e 431.351 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R\$4,43 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuem. Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 10 de outubro de 2024, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco foi realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital foi levado à aprovação do Bacen. Na mesma reunião, foi aprovada a emissão de Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, sendo emitido a quantidade de 3.369.880 ações ordinárias e 3.369.880 preferenciais. O preço de exercício é de R\$8,86. Cada um dos Bônus de Subscrição poderá ser exercido por seu titular, nos períodos compreendidos entre 06 de março de 2025 a 31 de março de 2028, segregados em 13 períodos. Após o término do 13º Período de Exercício, os Bônus de Subscrição que não forem exercidos serão extintos de pleno direito. As ações ordinárias e preferenciais emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição serão em tudo idênticas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

às ações ordinárias e preferenciais já existentes e participarão de forma integral em quaisquer dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados após a aprovação pelo Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.901, mediante emissão de 13.450.704 novas ações nominativas, sendo 4.483.568 ordinárias e 8.967.136 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 ("Sétimo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$222, mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$5.568,4 milhões no individual e consolidado, representando 55,72% no individual e 56,30% no consolidado do total de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2024.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2024, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as Práticas Contábeis
adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições
autorizadas a funcionar pelo Bacen

31 de dezembro de 2024



Notas Explicativas**Índice**

Relatório do Auditor Independente.....	1
Relatório do Comitê de Auditoria.....	10
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	11
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	12
Relatório do Conselho Fiscal.....	13
Relatório da Administração.....	14
Balanco Patrimonial.....	19
Demonstração do Resultado.....	20
Demonstração do Resultado Abrangente.....	21
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	22
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	23
Demonstração do Valor Adicionado.....	24

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	25
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	25
3. Principais Práticas Contábeis.....	26
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	29
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	30
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	34
8. Outros Ativos Financeiros.....	36
9. Ativos Fiscais.....	36
10. Investimentos.....	37
11. Outros Ativos.....	38
12. Imobilizado de Uso.....	39
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	39
14. Dívida Subordinada.....	40
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	40
16. Outros Passivos.....	41
17. Patrimônio Líquido.....	41
18. Demonstração de Resultado.....	43
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	44
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	45
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	46
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	46
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	46
24. Operações Ativas Vinculadas.....	49
25. Outras Informações.....	49
26. Outros Assuntos.....	50
27. Eventos Subsequentes.....	50

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

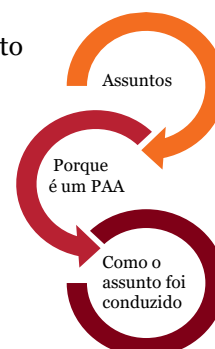
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(e), 3(y) e 6(a))

O Banco possui investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado, classificados na categoria disponível para venda, mensurados ao valor justo, classificados em hierarquia nível 3.

Esses títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses títulos de dívida.

Analizamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(h) e 7(d))

A administração do Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (*rating*) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(r) e 9)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável.

Como base no resultado dos procedimentos de

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos não financeiros mantidos para venda (Notas 3(j) e 11(a))

O Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de certos ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco e suas controladas, quando aplicável.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Contingências fiscais (Notas 3(q) e 15(b))

O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no semestre corrente.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação dos dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de tecnologia da informação	
Devido a diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco e suas controladas em sua operação.	Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável. Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA



O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no site eletrônico de Relações com Investidores (<https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna e Secretaria de Governança, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente, adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

- a) Auditoria Independente:** O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine. Destaque nesse semestre, para o acompanhamento do andamento das adequações referentes à Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021.
- b) Auditoria Interna:** O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.
- c) Demonstrações Financeiras:** O Comitê em reuniões com a Contabilidade, Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.
- d) Administração de Riscos:** O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.
- e) Canal de Denúncias:** O Comitê de Auditoria monitora o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no site eletrônico do Conglomerado Pine e acompanha, quando existentes, o tratamento dos casos com envolvimento da administração.
- f)** O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.
- g)** O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades neste órgão de administração. Adicionalmente, o presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2025.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente
Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado
Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidados e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração e, com base nos exames efetuados e à vista do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido nesta data, não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças, que estão em condições de serem apresentadas à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2025.

Presidente do Conselho Fiscal

Wellinton Gesteira Souza

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Sergio Tuffy Sayeg

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 27 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica apresentou crescimento robusto ao longo do ano com destaque para a demanda agregada, em especial os investimentos e o consumo das famílias. O indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 3,8% no ano até novembro (último dado disponível) e sinaliza crescimento robusto do PIB no ano. A expansão da demanda foi bastante favorecida pelos impulsos fiscal e monetário registrados nos trimestres anteriores.

De acordo com o IBGE, o comércio varejista ampliado registrou crescimento de 4,4% nos onze primeiros meses do ano, com destaque para os setores de super e hipermercados (5,85%) e de artigos farmacêuticos e perfumaria (14,4%). A produção industrial e o setor de serviços apresentaram respectivamente altas de 3,2% e 3,17%, na mesma base de comparação.

A dinâmica do setor agropecuário foi desfavorável para o desempenho da atividade econômica, por conta da estiagem em diversas regiões do país e das enchentes no RS que ocorreram no primeiro semestre e que contribuíram para retração do PIB agropecuário até o 3T24. De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, a produção de grãos, cereais e leguminosas de 2024 foi de 292,7 milhões de toneladas, o que representa recuo de 7,2% em relação a 2023.

A atividade econômica aquecida, o câmbio desvalorizado e a alta do preço das *commodities* agrícolas contribuíram para a elevação dos preços na economia. A inflação IPCA registrou alta de 4,83% em 2024. O resultado ficou, portanto, acima do teto da meta de 4,5%. O conjunto de preços livres, que é mais impactado pelo ciclo econômico, registrou alta acumulada de 4,89% no ano, enquanto o conjunto de preço administrados aumentou 4,66% no mesmo período.

A taxa básica de juros Selic encerrou o ano em 12,25% a.a., decidida na última reunião do ano do Comitê de Política Monetária do Banco Central. A sinalização do Copom foi de que o ritmo de alta de 1,0 p.p. é apropriado para as duas primeiras reuniões de 2025.

Apesar de o gradual aperto das condições financeiras ao longo do ano, o custo do crédito apresentou queda ao longo de 2024. A taxa de juros da carteira de recursos livres encerrou o ano em 53% a.a. para pessoas físicas e em 22,1% a.a. para pessoas jurídicas. O *spread* bancário para recursos livres ficou em 39,1 p.p. para pessoas físicas e em 8,9 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu R\$6,4 trilhões, aumento de 10,9% no ano. A carteira de recursos livres avançou 10,6% ao ano e a de recursos direcionados, 11,4%, na mesma base de comparação. Por fim, a taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas aumentou 5,3% e, para pessoas jurídicas, 2,5%.

Em relação ao setor externo, a balança comercial registrou superávit de R\$74,5 bilhões no ano, de acordo com o MDIC. O resultado representa queda de 24,62% em relação a 2023. As exportações recuaram 0,78% enquanto as importações avançaram 9%, na mesma base de comparação. O fluxo cambial foi negativo em US\$ 18,6 bilhões em 2024, com o segmento comercial registrando entrada líquida de US\$ 69 bilhões e o segmento financeiro com fluxo negativo em US\$ 87,6 bilhões.

A valorização do Dólar Global somada às incertezas fiscais interrompeu a dinâmica positiva do Real observada em 2023. No ano, o Real acumulou depreciação de 27,2% com cotação de R\$6,177/US\$ no final do ano.

No cenário internacional, as incertezas persistiram, especialmente quanto ao final do ciclo de afrouxamento da política monetária nos Estados Unidos, uma vez que as perspectivas para a atividade econômica se mantiveram positivas.

O mercado de trabalho norte-americano se mostrou resiliente, principalmente no setor de serviços. Além disso, o ritmo de crescimento dos salários – em torno de 4% – é forte com relação à meta para a inflação de 2% no longo prazo. A *Fed Funds Rate* recuou para 4,50% em dezembro de 2024 e o Dólar Global (DXY) valorizou 6,11% no ano.

Para 2025, vemos um cenário de desaceleração econômica. O ambiente internacional deverá ser mais incerto com a nova administração nos EUA e o acúmulo de desafios locais – fiscais, políticas e quanto à dinâmica da inflação – exigem cautela. Para a atividade econômica, esperamos expansão do PIB de 2025 em 2,5%, com destaque para o setor agropecuário, que deve crescer entre 5% e 10%.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R\$ milhões)	2023	2024	Variação
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	506,1	520,9	2,9%
Receita de prestação de serviços e tarifas	53,1	82,0	54,4%
Despesas administrativas e de pessoal	(268,8)	(336,1)	25,0%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	302,1	346,5	14,7%
Lucro líquido contábil	180,9	258,2	42,8%

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário revisado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 4T24 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R\$ milhões)	2023	2024	Variação
Margem financeira Líquida	499,5	483,5	(3,2%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	53,1	82,0	54,4%
Despesas administrativas e de pessoal	(213,2)	(232,4)	9,0%
Resultado operacional	302,1	346,5	14,7%
Lucro líquido	180,9	258,2	42,8%

Ano marcado pela contínua diversificação de nossos negócios, pelo atingimento do recorde de lucro no período e pela melhora expressiva na rentabilidade do Banco. Crescemos as carteiras de crédito de Grandes Empresas e de Varejo Colateralizado e expandimos nosso *funding*. Seguimos construindo negócios escaláveis e resilientes, gerando resultados sustentáveis para atender os nossos clientes em diferentes momentos do ciclo econômico.

- A Margem Financeira somou R\$520,9 milhões em 2024, aumento de 2,9% em relação a 2023. Esse aumento reflete: (i) o aumento do saldo médio das carteiras de crédito com manutenção dos *spreads*; (ii) o resultado consistente da mesa de clientes; e; (iii) a maior eficiência na gestão de ALM.
- Receitas de serviços e tarifas totalizaram R\$82,0 em 2024, apresentando um aumento de 54,4% no ano, devido, principalmente, à maior receita de comissões.
- As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$336,1 milhões em 2024, um crescimento de 25% em relação ao ano anterior, explicado, principalmente: (i) pelas maiores despesas de pessoal devido ao crescimento do quadro de colaboradores para suportar o crescimento dos nossos negócios; e (ii) pelo investimento em processos e tecnologia.
- **O lucro líquido totalizou R\$258,2 milhões em 2024, um crescimento de 42,8% quando comparado aos R\$180,9 milhões de 2023.**
- › A carteira de crédito expandida totalizou R\$14,3 bilhões no período, um crescimento de 48,8% em relação a dezembro de 2023, devido, principalmente à contínua expansão de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado e ao crescimento da carteira de Grandes Empresas.
- › O crescimento da carteira foi realizado de maneira a manter a qualidade dos créditos, ao final de dezembro de 2024 96,3 % da carteira de crédito estava classificada entre os *ratings* AA-C.
- Destaque para a maior diversificação através da consolidação em operações públicas de letras financeiras subordinadas e do maior volume de debêntures financeiras vinculadas a cessões e de instrumentos incentivados. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agência de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A agência S&P elevou o *rating* do banco de 'brA- ', para 'brA', com perspectiva estável. A agência destaca que: "O Banco Pine se diferencia de seus pares por conseguir expandir seus negócios continuamente em conjunto com seus lucros, sem apresentar deterioração significativa da qualidade de crédito da carteira ou das métricas de capital regulatórias."

A agência Moody's elevou o *rating* do banco de 'BBB+', para 'brA', com perspectiva estável. A agência destaca que "A elevação dos *ratings* do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

4. RECURSOS HUMANOS

O Banco Pine é uma instituição financeira que atua no mercado há mais de 27 anos, destacando-se por financiar e assessorar médias e grandes empresas. Somos focados na eficiência das operações, na agilidade dos negócios e na antecipação de soluções aos nossos clientes.

Um dos pilares do negócio são "Pessoas e Cultura", ativos essenciais para execução da estratégia. Com um time alinhado e experiente, estimulamos o empreendedorismo e diversidade de equipes e ideias. Com uma abordagem "*hands on*", somos assertivos, identificamos e avaliamos eventuais riscos, pautado no trabalho transparente em equipe, com foco no melhor resultado para os nossos clientes e investidores. Para nós, estabelecer relações com vínculo de longo prazo são primordiais. Exploramos nas equipes inspiração, persistência e aprendizado contínuo.

Diante deste contexto, a área de Pessoas e Cultura é fundamental para apoiar a execução da estratégia do negócio por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

Cada item destacado permeia nossa cultura que, com solidez, vem acompanhando os passos, conquistas e resultados sustentáveis do Banco Pine ao longo de cada trimestre.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- > Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- > Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- > *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- > Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- > Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração; e
- > Instauração do Conselho Fiscal a partir de abril de 2024.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos Ambiental, Social e de Governança (*ESG*, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores consultorias especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold*, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

pela *Green Building Council*, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Distribuição de Proventos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.615, à base de R\$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.852, à base de R\$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R\$35.126, à base de R\$0,159371, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.890, à base de R\$0,0766333, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 21 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.116, à base de R\$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

Alterações de Capital em 2024

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 ("Oitavo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, foi deliberado sobre a homologação parcial do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.252, mediante emissão de 5.926.213 novas ações nominativas, sendo 5.598.076 ordinárias e 328.137 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência da deliberação do Conselho de Administração em reunião 03 de outubro de 2024 e de acordo com as características e condições estabelecidas no Aviso aos Acionistas divulgado em 03 de outubro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 03 de dezembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R\$21.341 e, no máximo, R\$29.857, mediante a emissão de, no mínimo, 4.817.368 ações, sendo 4.627.167 ações ordinárias e 190.201 ações preferenciais, e, no máximo, 6.739.760 novas ações, sendo 6.308.409 ações ordinárias e 431.351 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R\$4,43 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuem. Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 10 de outubro de 2024, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco foi realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital foi levado à aprovação do Bacen. Na mesma reunião, foi aprovada a emissão de Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, sendo emitido a quantidade de 3.369.880 ações ordinárias e 3.369.880 preferenciais. O preço de exercício é de R\$8,86. Cada um dos Bônus de Subscrição poderá ser exercido por seu titular, nos períodos compreendidos entre 06 de março de 2025 a 31 de março de 2028, segregados em 13 períodos. Após o término do 13º Período de Exercício, os Bônus de Subscrição que não forem exercidos serão extintos de pleno direito. As ações ordinárias e preferenciais emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição serão em tudo idênticas

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

às ações ordinárias e preferenciais já existentes e participarão de forma integral em quaisquer dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados após a aprovação pelo Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.901, mediante emissão de 13.450.704 novas ações nominativas, sendo 4.483.568 ordinárias e 8.967.136 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 ("Sétimo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$222, mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$5.568,4 milhões no individual e consolidado, representando 55,72% no individual e 56,30% no consolidado do total de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2024.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2024, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	78.050	39.894	78.541	63.290
Ativos financeiros		25.854.651	19.900.038	25.937.266	19.325.873
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.376.898	580.232	2.376.898	580.232
Títulos e valores mobiliários	6.a	9.994.283	9.074.424	9.889.939	8.302.607
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	3.063.701	1.877.228	3.063.701	1.877.228
Operações de crédito	7	8.379.123	6.775.590	8.379.123	6.775.590
Outros ativos financeiros	8	2.040.646	1.592.564	2.227.605	1.790.216
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(241.675)	(184.350)	(244.219)	(191.880)
Ativos fiscais	9.a	860.600	842.086	860.611	842.086
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	860.728	720.676	45.771	23.008
Outros ativos	11	363.511	351.343	932.201	803.414
Imobilizado de uso	12	68.004	30.160	68.004	30.160
Intangível		32.057	21.601	32.057	21.601
(-) Depreciação e amortização		(31.781)	(24.845)	(31.781)	(24.845)
(-) Imobilizado de uso	12	(23.668)	(21.449)	(23.668)	(21.449)
(-) Intangível		(8.113)	(3.396)	(8.113)	(3.396)
Total do ativo		27.844.145	21.696.603	27.678.451	20.892.707
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros		25.244.941	19.330.750	25.173.210	19.260.024
Depósitos	13.a	15.096.615	9.622.091	15.024.884	9.551.365
Captações no mercado aberto	13.b	4.986.117	4.046.998	4.986.117	4.046.998
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	2.365.732	3.096.406	2.365.732	3.096.406
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	44.898	-	44.898	-
Dívida subordinada	14	618.602	348.173	618.602	348.173
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.076.741	2.199.505	2.076.741	2.199.505
Outros passivos financeiros		56.236	17.577	56.236	17.577
Provisões	15	12.056	22.398	12.634	23.107
Outros passivos	16	1.359.941	1.358.976	1.265.400	625.097
Total do passivo		26.616.938	20.712.124	26.451.244	19.908.228
Patrimônio líquido	17	1.227.207	984.479	1.227.207	984.479
Capital social		952.678	852.335	952.678	852.335
De domiciliados no país		823.811	723.468	823.811	723.468
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(3.610)	(7.050)	(3.610)	(7.050)
Reservas de capital		5.117	4.127	5.117	4.127
Reservas de Lucros		293.428	141.911	293.428	141.911
(-) Ações em tesouraria		(20.406)	(6.844)	(20.406)	(6.844)
Total do patrimônio líquido	17	1.227.207	984.479	1.227.207	984.479
Total do passivo e patrimônio líquido		27.844.145	21.696.603	27.678.451	20.892.707

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Individual				Consolidado			
		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023
Receitas da intermediação financeira		1.293.115	2.525.369	1.203.116	2.288.991	1.328.259	2.560.513	1.203.117	2.289.174
Operações de crédito	18.a	785.529	1.504.241	605.706	1.144.897	820.531	1.539.243	605.706	1.144.897
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	651.861	1.036.997	465.511	831.959	652.003	1.037.139	465.512	832.142
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(246.729)	(252.805)	82.665	266.984	(246.729)	(252.805)	82.665	266.984
Resultado de operações de câmbio		102.454	236.936	49.234	45.151	102.454	236.936	49.234	45.151
Despesas da intermediação financeira		(1.059.046)	(2.017.009)	(884.321)	(1.781.750)	(1.088.167)	(2.039.628)	(886.084)	(1.783.099)
Operações de captação no mercado	18.b	(902.319)	(1.783.289)	(908.296)	(1.790.872)	(933.904)	(1.810.894)	(906.825)	(1.788.055)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(117.510)	(152.621)	(3.845)	(3.923)	(117.510)	(152.621)	(3.845)	(3.923)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(39.217)	(81.099)	27.820	13.045	(36.753)	(76.113)	24.586	8.879
Resultado bruto da intermediação financeira		234.069	508.360	318.795	507.241	240.092	520.885	317.033	506.075
Receitas (despesas) operacionais		(102.886)	(193.681)	(151.831)	(228.814)	(107.230)	(196.339)	(154.537)	(238.013)
Receitas de prestação de serviços	18.d	9.948	18.653	14.930	26.825	48.648	76.751	22.064	39.554
Rendas de tarifas bancárias		2.490	5.270	6.648	13.536	2.490	5.270	6.648	13.536
Despesas de pessoal	18.e	(65.295)	(125.846)	(55.987)	(109.269)	(67.107)	(130.206)	(57.185)	(111.874)
Outras despesas administrativas	18.f	(105.611)	(199.761)	(78.470)	(155.622)	(108.164)	(205.897)	(79.417)	(156.960)
Despesas tributárias	18.g	(12.573)	(23.262)	(30.699)	(44.663)	(16.941)	(29.956)	(34.307)	(49.935)
Resultado de participação em controladas e coligadas	10.a	48.970	89.571	5.093	13.915	9.948	22.949	2.619	4.644
Outras receitas operacionais	18.h	46.114	79.746	12.719	55.457	52.503	106.184	12.791	55.526
Outras despesas operacionais	18.i	(26.929)	(38.052)	(26.065)	(28.993)	(28.607)	(41.434)	(27.750)	(32.504)
Resultado operacional		131.183	314.679	166.964	278.427	132.862	324.546	162.496	268.062
Resultado não operacional	18.j	9.926	15.157	1.592	17.637	14.513	21.984	8.891	34.067
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		141.109	329.836	168.556	296.064	147.375	346.530	171.387	302.129
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.930)	(34.173)	(30.459)	(69.054)	(7.796)	(43.874)	(33.290)	(75.119)
Participações no semestre/exercício	22	(7.743)	(37.415)	(30.656)	(46.132)	(8.143)	(44.408)	(30.656)	(46.132)
Lucro líquido do semestre/exercício		131.436	258.248	107.441	180.878	131.436	258.248	107.441	180.878
Lucro líquido básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações									
Lucro líquido do semestre/exercício por ação		0,5209	1,1241	1,0954	1,8456	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual e Consolidado			
		01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Lucro líquido do semestre/exercício		131.436	258.248	107.441	180.878
Outros ajustes abrangentes	17.f	760	3.440	(1.037)	(1.231)
Ativos financeiros disponíveis para venda		2.648	8.696	(4.802)	(2.114)
Hedges de fluxo de caixa		-	-	-	1
Imposto de renda e contribuição social		(1.187)	(3.658)	3.734	804
Outros		(701)	(1.598)	31	78
Resultado abrangente do semestre/exercício		132.196	261.688	106.404	179.647

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
(Em milhares de Reais - R\$)									
	Nota	Reservas de Lucros							Individual e Consolidado
		Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
				Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2022		851.665	-	1.730	21.403	(5.819)	-	-	868.979
Aumento de Capital	17.a	670	-	-	-	-	-	-	670
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	17.f	-	-	-	-	-	(6.844)	-	(6.844)
MTM de títulos disponíveis para venda	17.g	-	-	-	-	(2.087)	-	-	(2.087)
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.g	-	-	-	-	1	-	-	1
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.g	-	-	-	-	855	-	-	855
Transações com pagamentos baseados em ações	17.b	-	4.127	-	-	-	-	-	4.127
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	180.878	180.878
Destinações do lucro:									
Reserva legal	17.c	-	-	9.044	-	-	-	(9.044)	-
Juros sobre o capital próprio	17.d	-	-	-	-	-	-	(61.200)	(61.200)
Reserva estatutária	17.c	-	-	-	110.634	-	-	(110.634)	-
Outros ajustes		-	-	-	(900)	-	-	-	(900)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		852.335	4.127	10.774	131.137	(7.050)	(6.844)	-	984.479
Saldos em 31 de dezembro de 2023		852.335	4.127	10.774	131.137	(7.050)	(6.844)	-	984.479
Aumento de capital	17.a	100.343	-	-	-	-	-	-	100.343
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	17.f	-	-	-	-	-	(28.132)	-	(28.132)
MTM de títulos disponíveis para venda	17.g	-	-	-	-	5.038	-	-	5.038
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.g	-	-	-	-	(1.598)	-	-	(1.598)
Transações com pagamentos baseados em ações	17.b	-	990	-	-	-	14.570	-	15.560
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	258.248	258.248
Destinações do lucro:									
Reserva legal	17.c	-	-	12.912	-	-	-	(12.912)	-
Juros sobre o capital próprio	17.d	-	-	-	(35.126)	-	-	(68.474)	(103.600)
Dividendos	17.e	-	-	-	-	-	-	(3.131)	(3.131)
Reserva estatutária	17.c	-	-	-	173.731	-	-	(173.731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	-	1.227.207
Saldos em 30 de junho de 2024		899.303	2.993	17.115	218.141	(4.370)	(14.712)	-	1.118.470
Aumento de capital	17.a	53.375	-	-	-	-	-	-	53.375
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	17.f	-	-	-	-	-	(5.694)	-	(5.694)
MTM de títulos disponíveis para venda	17.g	-	-	-	-	1.461	-	-	1.461
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.g	-	-	-	-	(701)	-	-	(701)
Transações com pagamentos baseados em ações	17.b	-	2.124	-	-	-	-	-	2.124
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	131.436	131.436
Destinações do lucro:									
Reserva legal	17.c	-	-	6.571	-	-	-	(6.571)	-
Juros sobre o capital próprio	17.d	-	-	-	(35.126)	-	-	(35.007)	(70.133)
Dividendos	17.e	-	-	-	-	-	-	(3.131)	(3.131)
Reserva estatutária	17.c	-	-	-	86.727	-	-	(86.727)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	-	1.227.207

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual				Consolidado			
		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023
Atividades operacionais									
Lucro líquido ajustado		279.366	437.128	108.721	213.235	315.960	498.852	114.452	228.305
Lucro líquido do semestre/exercício		131.436	258.248	107.441	180.878	131.436	258.248	107.441	180.878
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		160.023	136.167	(13.728)	(16.625)	160.023	136.167	(13.728)	(16.625)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	39.217	81.099	(27.820)	(13.045)	36.753	76.113	(24.586)	(8.879)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.736	33.979	39.741	69.000	1.772	34.038	39.838	70.633
Depreciação e amortização	18.f	4.096	6.936	1.058	2.120	4.096	6.936	1.058	2.120
Provisão para contingências	15.c	(2.945)	(2.063)	2.152	(1.742)	(2.945)	(2.034)	2.078	(1.742)
Provisão para garantias financeiras prestadas		(12.328)	(9.547)	1.279	1.502	(12.328)	(9.547)	1.279	1.502
Resultado de participação em controladas e coligadas	10.a	(48.970)	(89.571)	(5.093)	(13.915)	(9.948)	(22.949)	(2.619)	(4.644)
Pagamento baseado em ações		7.101	21.880	3.691	5.062	7.101	21.880	3.691	5.062
Variação de ativos e passivos		986.528	1.667.326	(512.090)	(459.175)	943.975	1.532.761	(494.426)	(450.850)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(97.640)	310.572	(343.583)	(250.608)	(97.640)	310.572	(343.583)	(250.608)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(609.470)	(916.419)	(2.537.550)	(2.270.008)	(505.126)	(1.583.892)	(1.763.691)	(1.499.089)
(Aumento) Redução de operações de crédito		229.037	(1.627.306)	(838.311)	(2.137.012)	229.037	(1.627.307)	(838.312)	(2.137.013)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(245.475)	(484.492)	(215.251)	(447.685)	(180.264)	(451.829)	(253.638)	(485.553)
(Aumento) Redução de outros ativos		16.618	(12.168)	(13.323)	90.093	(38.323)	(133.726)	26.184	132.468
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(834.860)	(1.309.237)	8.112	9.532	(834.860)	(1.309.237)	8.112	9.532
Aumento (Redução) de depósitos		1.476.134	5.474.524	65.366	1.508.332	1.447.839	5.473.519	65.366	1.495.425
Aumento (Redução) de operações compromissadas		633.889	939.119	882.931	103.504	633.889	939.119	872.450	103.504
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		122.990	(730.674)	1.380.073	1.979.474	122.990	(730.674)	1.380.073	1.979.474
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(303.444)	44.257	196.642	(14.872)	(303.444)	44.257	196.642	(14.872)
Aumento (Redução) de outros passivos		598.749	(20.850)	(5.591)	970.075	469.877	601.959	(5.591)	215.882
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		1.265.894	2.104.454	908.395	(245.940)	1.259.935	2.031.613	161.562	(222.545)
Atividades de investimento									
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	12	(37.798)	(37.844)	(16)	(2.008)	(37.798)	(37.844)	(16)	(2.008)
Alienação (Aquisição) de intangível		(6.450)	(10.456)	-	-	(6.450)	(10.456)	-	-
(Aumento) Redução de capital em controladas	10	(6.800)	(50.286)	-	-	-	-	-	-
(Aumento) de capital em coligadas		-	(8.332)	-	-	-	(8.332)	-	-
Dividendos recebidos		649	6.605	-	-	649	6.605	-	-
Aquisição/Alienação de investimentos em coligadas e controladas	10.b	1.404	1.404	-	-	1.054	1.054	-	-
Alienação (Aquisição) de outros investimentos		36	(3)	455	341	36	(3)	455	341
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(48.959)	(98.912)	439	(1.667)	(42.509)	(48.976)	439	(1.667)
Atividades de financiamento									
Aumento de capital	17.a	53.375	100.343	668	670	53.375	100.343	668	670
Aquisição de ações em tesouraria	17.e	(5.693)	(28.132)	(1.606)	(6.844)	(5.693)	(28.132)	(1.606)	(6.844)
Juros sobre o capital próprio pagos	17.d	(32.726)	(83.196)	(15.956)	(25.710)	(32.726)	(83.196)	(15.956)	(25.710)
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	14	129.104	287.004	137.530	143.754	129.104	287.004	137.530	143.754
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		144.060	276.019	120.636	111.870	144.060	276.019	120.636	111.870
Redução de caixa e equivalentes de caixa		1.360.995	2.281.561	(282.294)	(135.737)	1.361.486	2.258.656	(258.899)	(112.342)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	1.126.868	182.446	451.012	301.558	1.126.868	205.842	451.013	301.559
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(160.023)	(136.167)	13.728	16.625	(160.023)	(136.167)	13.728	16.625
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	2.327.840	2.327.840	182.446	182.446	2.328.331	2.328.331	205.842	205.842

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS									
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO									
(Em milhares de Reais - R\$)									
	Nota	Individual				Consolidado			
		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023
Receitas		1.295.447	2.525.044	1.240.760	2.386.498	1.381.053	2.653.155	1.250.347	2.408.232
Receitas da intermediação financeira		1.293.115	2.525.369	1.203.116	2.288.991	1.328.259	2.560.513	1.203.117	2.289.174
Receitas de prestação de serviços	18.d	9.948	18.653	14.930	26.825	48.648	76.751	22.064	39.554
Rendas de tarifas bancárias		2.490	5.270	6.648	13.536	2.490	5.270	6.648	13.536
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(39.217)	(81.099)	27.820	13.045	(36.753)	(76.113)	24.586	8.879
Outras		29.111	56.851	(11.754)	44.101	38.409	86.734	(6.068)	57.089
Despesas de intermediação financeira		(1.019.829)	(1.935.910)	(912.141)	(1.794.795)	(1.051.414)	(1.963.515)	(910.670)	(1.791.978)
Insumos adquiridos de terceiros	18.f	(96.032)	(182.321)	(72.885)	(145.070)	(98.585)	(188.457)	(73.775)	(146.408)
Materiais, energias e outros		(631)	(974)	(292)	(484)	(631)	(974)	(319)	(523)
Serviços de terceiros		(79.602)	(148.315)	(57.053)	(110.808)	(81.583)	(150.767)	(57.695)	(111.814)
Outros		(15.799)	(33.032)	(15.540)	(33.778)	(16.371)	(36.716)	(15.761)	(34.071)
Valor adicionado bruto		179.586	406.813	255.734	446.633	231.054	501.183	265.902	469.846
Depreciação e amortização	18.f	(4.096)	(6.936)	(1.058)	(2.120)	(4.096)	(6.936)	(1.058)	(2.120)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		175.490	399.877	254.676	444.513	226.958	494.247	264.844	467.726
Valor adicionado recebido em transferência		48.970	89.571	5.093	13.915	9.948	22.949	2.619	4.644
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	48.970	89.571	5.093	13.915	9.948	22.949	2.619	4.644
Valor adicionado total a distribuir		224.460	489.448	259.769	458.428	236.906	517.196	267.463	472.370
Distribuição do valor adicionado		224.460	489.448	259.769	458.428	236.906	517.196	267.463	472.370
Remuneração do trabalho		73.038	163.261	86.643	155.401	75.250	174.614	87.841	158.006
Proventos	18.e	40.815	77.311	34.404	67.226	42.262	80.241	35.394	69.314
Benefícios e treinamento	18.e	10.353	19.063	8.437	16.575	10.379	19.085	8.440	16.604
Encargos sociais	18.e	14.127	29.472	13.146	25.468	14.466	30.880	13.351	25.956
Participação nos lucros		7.743	37.415	30.656	46.132	8.143	44.408	30.656	46.132
Remuneração de governos		14.503	57.435	61.158	113.717	24.737	73.830	67.597	125.054
Federais	18.g	11.668	21.734	14.921	27.899	14.054	25.583	17.789	32.178
Municipais	18.g	905	1.528	15.778	16.764	2.887	4.373	16.518	17.757
Imposto de renda e contribuição social	19	1.930	34.173	30.459	69.054	7.796	43.874	33.290	75.119
Remuneração de capitais de terceiros		5.483	10.504	4.527	8.432	5.483	10.504	4.584	8.432
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	5.483	10.504	4.527	8.432	5.483	10.504	4.584	8.432
Remuneração de capitais próprios		131.436	258.248	107.441	180.878	131.436	258.248	107.441	180.878
Juros sobre o capital próprio/dividendos		73.264	106.731	61.200	61.200	73.264	106.731	61.200	61.200
Lucro Líquido retido		58.172	151.517	46.241	119.678	58.172	151.517	46.241	119.678

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 11 de fevereiro de 2025.

a) Participação em controladas e coligadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

	Atividade	Participação % no capital total em	
		31/12/2024	31/12/2023
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	Consultoria	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Assessoria	99,9800	100,0000
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Intermediação de Negócios	99,9800	100,0000
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	Imobiliária	100,0000	100,0000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	100,0000
Pine Holding S.A. ⁽¹⁾	Holding de instituições não-financeiras	99,0000	-

Coligadas - Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.)	Intermediação de Negócios	50,2900	40,0000
BYX Capital Ltda.	Intermediação de Negócios	32,7400	30,0000

(1) Em Assembleia Geral de Constituição datada de 24 de maio de 2024, foi deliberado sobre a constituição da Pine Holding S.A. e a subscrição de 100 ações ordinárias, totalizando R\$100 reais. O Banco Pine subscreveu 99 ações ordinárias nominativas, totalizando o montante de R\$99 reais.

									31/12/2024
	Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	Pine Investimentos	Pine Assessoria	P3 Desenvolvimento Imobiliário	Pine Corretora	Pine Campo Grande	Pine Ativos Imobiliários	ECO Comercializadora de Ativos Ambientais	
ATIVO									
Disponibilidades	1	-	8.920	1.592	107	1	-		
Outros ativos financeiros	337	4.235	31.161	2.560	7.981	8.391	876	10	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	-	(2.544)	-	-	-	-	
Investimento em participações em coligadas e controladas	650	-	-	-	-	-	9.030	-	
Outros ativos	2.402	3.550	9.763	610.564	12.052	52.490	90.782	-	
Total do ativo	3.390	7.785	49.844	612.172	20.140	60.882	100.688	10	
PASSIVO									
Outros passivos	416	995	14.067	11.884	569	7.081	4.593	-	
Total do passivo	416	995	14.067	11.884	569	7.081	4.593	-	
Patrimônio líquido	2.974	6.790	35.777	600.288	19.571	53.801	96.095	10	
Capital social	310	4.765	500	572.297	18.102	53.200	97.993	10	
Reservas de Lucros	484	2.029	4.541	20.315	1.530	1.065	-	-	
Lucro (Prejuízos) acumulados	2.180	(4)	30.736	7.676	(61)	(464)	(1.898)	-	
Total do patrimônio líquido	2.974	6.790	35.777	600.288	19.571	53.801	96.095	10	
Total do passivo e patrimônio líquido	3.390	7.785	49.844	612.172	20.140	60.882	100.688	10	

As alterações societárias estão descritas na Nota Explicativa 10 - Investimentos.

b) Adoção de Novas Normas e Interpretações:

Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar as seguintes regulamentações: Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis ao Banco.

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, a nova resolução substitui as resoluções e circulares do Bacen que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para devedores duvidosos (Resolução CMN nº 2.682/99), que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com os modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

No exercício de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, principalmente em relação ao tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- Mensuração de instrumentos financeiros;
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;
- Reconhecimento de componentes imateriais na taxa efetiva de juros; e
- Apropriação de receita utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Hedge Accounting

Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Resalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- Hedge de valor justo;
- Hedge de fluxo de caixa;
- Hedge de investimento líquido no exterior.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco Pine optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados a partir do valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 426/23, a 433/23, 390/24 e 537/24 a 543/24 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 16 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, que "dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil", exceto para as administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

Transição

De acordo com o Artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial, quando aplicável, foram contabilizados no patrimônio líquido na conta de lucros acumulados de 1º de janeiro de 2025.

Impactos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e regras complementares

Por fim, em atendimento ao art. 78 da Res. CMN nº 4.966/21, os impactos contábeis mensurados pela Administração representam entre 10% a 14% sobre o Patrimônio Líquido, já líquido dos efeitos tributários, essencialmente em função das diferenças na metodologia de mensuração da Provisão para Perda esperada, que inclui provisão mínima, assim como provisão adicional. Ademais, o reconhecimento das Receitas e Despesas pela Taxa Efetiva quanto a aplicação da norma é prospectiva, não havendo impactos em 1º de janeiro de 2025. Além disso, as reclassificações de instrumentos financeiros mensurados ao Custo Amortizado para instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado, não terão impactos no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025, uma vez que essas operações são objeto de hedge.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
- Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
- Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
- Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
- Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas novas Resoluções, com impactos relevantes.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrumentos Financeiros

Instruções Normativas nº 426/23 e 433/23 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine avaliou e mencionou os impactos da aplicação da referida norma, na Nota 2 - Adoção de Novas Normas e Interpretações.

Resolução BCB nº 352/23 - revoga a Resolução BCB nº 309/23 e tem início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine avaliou e mencionou os impactos da aplicação da referida norma, na Nota 2 - Adoção de Novas Normas e Interpretações.

Lei nº 14.467/22 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine avaliou e mencionou os impactos da aplicação da referida norma, na Nota 2 - Adoção de Novas Normas e Interpretações.

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contabilidade de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Banco Pine avaliou e mencionou os impactos da aplicação da referida norma, na Nota 2 - Adoção de Novas Normas e Interpretações.

Em atendimento ao art. 76, parágrafo único, inciso II, o Banco Pine, de forma resumida, destaca no plano de implementação da referida resolução:

Conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge sendo:

- i. Classificação e Mensuração;
- ii. Impairment, Cura e Taxa Efetiva; e
- iii. Classificação do Hedge.

O Banco Pine entende que o Plano de Implementação tem como objetivo dar diretrizes para conversão das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), até janeiro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 Art. 81º e inciso II. O Plano foi revisado e readequado, inclusive atendendo à requisitos da Resolução nº 5.100/23, norma complementar à Resolução 4.966/21.

O Plano de Implementação, não se trata de um plano definitivo e será atualizado conforme evolução do projeto de implementação e/ou normativos que serão emitidos pelo Bacen, de acordo com as etapas abaixo:

- a) Apresentação para principais áreas impactadas;
- b) Criação de grupo de trabalho com pelo menos 1 colaborador por área;
- c) Reuniões com o grupo de trabalho para início das atividades;
- d) Criação, definições e aprovações das políticas e memorandos técnicos;
- e) Reuniões com os fornecedores sobre impactos da norma;
- f) Atualizar os scripts ou parâmetros sistêmicos e testes (homologação);
- g) Mensurar os impactos conforme o avanço dos trabalhos; e
- h) Aplicação completa da Resolução CMN nº 4.966/21.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Arrendamento mercantil

Resolução CMN nº 4.975/21 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Conforme § 5º da referida Resolução, o Banco Pine adotará, de forma prospectiva, a aplicação da norma, para os contratos a serem celebrados a partir de 1º janeiro de 2025.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias, cessões com coobrigação e securitização com lastro em operações de crédito do varejo e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias “títulos para negociação”, “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria “para negociação” estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;
- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajustes de avaliação patrimonial”. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277/13, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”, conforme a Circular Bacen nº 3.068/01;
- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082/02; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 4.557/17.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.277/13, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA a H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Debêntures; e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.n). O Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como avaliações internas a partir de premissas estabelecidas pela Administração.

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas e coligadas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens; e

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa nº 319/22 a partir de 1º de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso da ocorrência de decisões favoráveis ao Pine com trânsito em julgado, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

s) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

t) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Lucro diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

u) Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016, estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a cobertura da garantia poderá divergir caso seja necessário a execução do instrumento de garantia.

O Pine adota premissas internas para o cálculo de provisão de fiança e garantias prestadas. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação ao cliente e tipos de fiança.

y) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos financeiros e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

x) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.g, de forma segregada.

y) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.
- Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflita a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.
- Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.
- Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços contidos e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Nível 1, com exceção: (i) aos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos privados, que estão em Nível 2, no montante de R\$5.011.172 (31 de dezembro de 2023 - R\$2.862.414); e (ii) a determinados títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$90.385 (31 de dezembro de 2023 - R\$90.385) que são classificados em Nível 3.

z) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades ⁽¹⁾	78.050	39.894	78.541	63.290
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	2.249.790	142.552	2.249.790	142.552
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.327.840	182.446	2.328.331	205.842

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.
(2) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado				
				31/12/2024	31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	58.999	-	-	58.999	128.026
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	90.005	-	-	90.005	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	2.061.695	-	-	2.061.695	-
Total de aplicações em operações compromissadas	2.210.699	-	-	2.210.699	128.026
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	-	16.847	24.073	40.920	98.489
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	86.188	-	86.188	337.882
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	103.035	24.073	127.108	436.371
Aplicações em moedas estrangeiras					
Aplicações em moedas estrangeiras	39.091	-	-	39.091	14.526
Total de aplicações em moedas estrangeiras	39.091	-	-	39.091	14.526
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	-	-	-	1.309
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.249.790	103.035	24.073	2.376.898	580.232

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das aplicações em Depósitos Vinculados ao Crédito Rural, que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xa).

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	31/12/2024											Individual		
												31/12/2023		
	Valor de Mercado/Contábil											Total		
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/ Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda														
Títulos públicos	-	-	167.930	-	-	440	-	-	168.370	168.378	(8)	270.795	271.629	(834)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	110.744	-	-	440	-	-	111.184	111.183	1	99.881	99.882	(1)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.978	49.992	(14)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	57.186	-	-	-	-	-	57.186	57.195	(9)	120.936	121.755	(819)
Títulos privados	-	-	7.124	189.545	1.259.378	365.233	35.068	743.498	2.599.846	2.603.465	(3.619)	1.491.305	1.500.408	(9.103)
Eurobonds	-	-	-	-	4.271	-	-	-	4.271	4.271	-	180	8.269	(8.089)
Debêntures ^{(1) (4)}	-	-	-	-	1.099.513	41.260	2.287	22.768	1.165.828	1.165.218	610	1.125.982	1.126.053	(71)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	8.774	11.574	14.552	-	34.900	34.868	32	16.256	16.144	112
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	20.471	28.149	18.229	-	66.849	66.941	(92)	49.609	49.713	(104)
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	720.730	720.730	720.730	-	251.919	251.919	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.358	1.400	(42)
Cédula do Produto Rural	-	-	7.124	189.545	126.349	284.250	-	-	607.268	611.437	(4.169)	46.001	46.910	(909)
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	175.054	189.545	1.259.378	365.673	35.068	743.498	2.768.216	2.771.843	(3.627)	1.762.100	1.772.037	(9.937)
Títulos para negociação ⁽²⁾														
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	763.134	-	763.134	924.673	(161.539)	1.057.797	1.018.810	38.987
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	763.134	-	763.134	924.673	(161.539)	1.057.797	1.018.810	38.987
Títulos privados	-	706	-	-	-	789.487	104.344	-	894.537	894.604	(67)	1.452.784	1.453.318	(534)
Ações de companhias abertas	-	706	-	-	-	-	-	-	706	706	-	218	218	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668.194	672.451	(4.257)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.982	5.019	(37)
Debêntures ⁽³⁾	-	-	-	-	-	789.487	104.344	-	893.831	893.898	(67)	779.390	775.630	3.760
Total de títulos para negociação	-	706	-	-	-	789.487	867.478	-	1.657.671	1.819.277	(161.606)	2.510.581	2.472.128	38.453
Títulos mantidos até o vencimento														
Títulos públicos	-	-	241.171	201.936	2.710.959	746.672	60.484	-	3.961.222	3.961.222	-	4.793.033	4.793.033	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	329.953	329.953	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	241.171	201.936	2.710.959	746.672	60.484	-	3.961.222	3.961.222	-	4.463.080	4.463.080	-
Títulos privados	114.843	-	16.394	846.153	253.751	376.033	-	-	1.607.174	1.607.174	-	8.710	8.710	-
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.710	8.710	-
Nota comercial ⁽⁵⁾	114.843	-	16.394	846.153	253.751	376.033	-	-	1.607.174	1.607.174	-	-	-	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	114.843	-	257.565	1.048.089	2.964.710	1.122.705	60.484	-	5.568.396	5.568.396	-	4.801.743	4.801.743	-
Total de títulos	114.843	706	432.619	1.237.634	4.224.088	2.277.865	963.030	743.498	9.994.283	10.159.516	(165.233)	9.074.424	9.045.908	28.516

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Consolidado															
										31/12/2024		31/12/2023			
Valor de Mercado/Contábil										Total		Total			
												Valor de		Valor de	
										Marcação a		Mercado/		Marcação a	
										Mercado		Contábil		Mercado	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	
										de Curva		de Curva		de Curva	

(1) Em 31 de dezembro de 2024, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, foi reconhecido no resultado, o montante de R\$5.851, no Individual e no Consolidado, referentes à Notas Comerciais (31 de dezembro de 2023 - montante de R\$15.727, sendo R\$7.002 referentes à Debêntures e R\$8.725 referentes à Eurobonds) de perdas permanentes, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possui característica de curto prazo.

(3) A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco Pine estruturou cessão de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine e efetuou a recompra de operações cedidas anteriormente, cujo montante de R\$104.344 foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine estruturou cessão com coobrigação e securitização com o mercado, cujo montante de R\$ 771.817 foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira. O montante eliminado referente a 31 de dezembro de 2023 foi reclassificado de 'títulos disponíveis para venda' para 'títulos para negociação', para fins de melhor comparabilidade.

(4) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, inclui debêntures classificadas com prazo de vencimento entre 1 e 3 anos e Acima de 15 anos, no montante de R\$25.070, que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023.

(5) Em 31 de dezembro de 2024, as notas comerciais estão apresentadas líquidas de provisão, cujo montante é de R\$5.851.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Em atendimento ao disposto no Art. 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve reclassificação de categoria de títulos e valores mobiliários de disponíveis para venda e negociação para mantidos até o vencimento. Não houve impactos no resultado decorrentes da reclassificação realizada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve reclassificação entre categorias.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria 'disponíveis para venda' e 'para negociação' foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de dezembro de 2024, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$1.995 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R\$5.459 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$161.606 no Individual e no Consolidado (ajuste positivo no montante de R\$38.453 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023), registrados no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Rendas de operações com títulos de renda fixa	750.693	1.265.792	430.888	787.005	750.835	1.265.935	430.889	787.188
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(134.812)	(282.761)	(25.324)	(34.399)	(134.812)	(282.761)	(25.324)	(34.399)
Rendas de operações com títulos de renda variável	48.826	74.298	60.043	81.616	48.825	74.297	60.043	81.616
Despesas de operações com títulos de renda variável	(12.846)	(20.332)	(96)	(2.263)	(12.845)	(20.332)	(96)	(2.263)
Total	651.861	1.036.997	465.511	831.959	652.003	1.037.139	465.512	832.142

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	753.030	1.489.287	2.242.317	11.817	1.676.903	1.688.720
Contratos a termo - a receber	686.727	90.095	776.822	106.772	44.185	150.957
Prêmios de opções a exercer	2.184	42.378	44.562	22.740	14.811	37.551
Total a receber	1.441.941	1.621.760	3.063.701	141.329	1.735.899	1.877.228
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(161.226)	(1.855.133)	(2.016.359)	(3.820)	(2.050.040)	(2.053.860)
Contratos a termo - a pagar	(25.047)	(3.860)	(28.907)	(75.906)	(42.047)	(117.953)
Prêmios de opções lançadas	(7.622)	(23.853)	(31.475)	(20.430)	(7.262)	(27.692)
Total a pagar	(193.895)	(1.882.846)	(2.076.741)	(100.156)	(2.099.349)	(2.199.505)
Valor líquido	1.248.046	(261.086)	986.960	41.173	(363.450)	(322.277)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	7.321.897	2.242.317	-		6.221.890	1.688.087	-	
Juros	6.892.059	2.194.712	-		6.120.800	1.672.191	-	
Moeda	429.838	47.605	-		101.090	15.896	-	
Posição passiva:	7.321.897	-	(2.005.985)		6.221.890	-	(2.049.488)	
Juros	7.019.334	-	(2.002.545)		6.019.501	-	(2.045.206)	
Moeda	302.563	-	(3.440)		202.389	-	(4.282)	
Valor líquido		2.242.317	(2.005.985)	164.117		1.688.087	(2.049.488)	68.372
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição passiva:	-	-	-		-	-	-	
Juros	-	-	-		-	-	-	
Moeda	-	-	-		-	-	-	
Valor líquido		-	-	-		-	-	(1.004)
Risco de mercado								
Posição ativa:	-	-	-		186.471	633	(4.372)	
Juros	-	-	-		186.471	633	-	
Moeda	-	-	-		-	-	(4.372)	
Posição passiva:	208.318	-	(10.374)		-	-	-	
Moeda	208.318	-	(10.374)		-	-	-	
Valor líquido		-	(10.374)	(17.305)		633	(4.372)	(8.404)
Valor líquido de Swap		2.242.317	(2.016.359)	146.812		1.688.720	(2.053.860)	58.964

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	Individual e Consolidado							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Contratos a termo								
Posição ativa:	11.594.502	776.822	-		8.156.479	150.957	-	
Juros	5.751.234	96.167	-		4.243.815	115.962	-	
Moeda	5.605.717	575.468	-		3.792.947	7.237	-	
Commodities	237.551	105.187	-		119.717	27.758	-	
Posição passiva:	11.594.502	-	(28.907)		8.156.479	-	(117.953)	
Juros	6.182.884	-	(7.687)		3.762.891	-	(6.925)	
Moeda	5.411.618	-	(21.220)		480.924	-	(3.650)	
Commodities	-	-	-		3.912.664	-	(107.378)	
Valor líquido		776.822	(28.907)	625.620		150.957	(117.953)	(23.202)
Opções								
Prêmios de opções a exercer	32.285.670	44.562	-		4.362.169	37.551	-	
Juros	105	1.072	-		4.004.000	263	-	
Moeda	32.284.678	9.020	-		301.812	17.726	-	
Commodities	887	34.470	-		56.357	19.562	-	
Prêmios de opções lançadas	31.928.915	-	(31.475)		4.903.440	-	(27.692)	
Juros	-	-	-		4.004.000	-	(210)	
Moeda	31.928.915	-	(31.475)		869.041	-	(22.098)	
Commodities	-	-	-		30.399	-	(5.384)	
Valor líquido		44.562	(31.475)	39.726		37.551	(27.692)	38.264
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		3.063.701	(2.076.741)	812.158		1.877.228	(2.199.505)	74.026

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Compra	Valor de Referência Venda	Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado	Compra	Valor de Referência Venda	Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	115.793.159	5.089.133	(21.209)		4.479.269	4.852.648	1.278	
Moeda	4.656.793	391.282	(15.643)		2.097.581	575.171	2.645	
Cupom cambial futuro	12.064	5.185.237	14.554		6.485	1.473.791	(6.815)	
Commodities	1.996.934	-	(3.260)		1.100.268	-	1.080	
Total	122.458.950	10.665.652	(25.558)	(1.064.963)	7.683.603	6.901.610	(1.812)	192.958

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xa).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	
Swap	1.960.891	126.128	3.247.515	1.448.450	747.231	7.530.215	6.408.361	
Contratos a termo	8.833.998	1.849.034	911.470	-	-	11.594.502	8.156.479	
Opções	23.265	63.770.060	36.260	385.000	-	64.214.585	9.265.609	
Futuros	8.049.348	2.769.949	2.087.418	198.603	120.019.284	133.124.602	14.585.213	
Total	18.867.502	68.515.171	6.282.663	2.032.053	120.766.515	216.463.904	38.415.662	

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	Individual e Consolidado							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	-	133.124.602	-	-	-	14.585.213
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	132.277.829	-	-	-	13.891.710
Bolsas no exterior	-	-	-	846.773	-	-	-	693.503
Balcão	7.530.215	11.594.502	64.214.585	-	6.408.361	8.156.479	9.265.609	-
Instituições Financeiras	2.457.547	11.594.502	64.214.585	-	990.953	890.487	229.009	-
Empresas	5.072.668	-	-	-	5.417.408	7.265.992	9.036.600	-
Total	7.530.215	11.594.502	64.214.585	133.124.602	6.408.361	8.156.479	9.265.609	14.585.213

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	31/12/2024	31/12/2023
LFT - Letra financeira do tesouro	-	440
NTN - Nota do tesouro nacional	1.218.304	859.468
Total	1.218.744	859.468

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Risco de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/02.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA e LFS: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFS: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo): O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das da carteira de empréstimos FGTS pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da carteira de aplicação - DIR: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das aplicações: (i) DIRs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	31/12/2024				Individual e Consolidado 31/12/2023			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	208.318	262.651	260.391	(2.260)	297.682	340.029	344.224	4.195
Total	208.318	262.651	260.391	(2.260)	297.682	340.029	344.224	4.195
Objeto de Hedge								
Captações CDB	189.197	262.651	256.537	(6.114)	225.144	283.351	280.028	(3.324)
Captações LCA	-	-	-	-	50.000	56.678	57.124	447
Captações LCI	48.218	55.703	52.279	(3.424)	-	-	-	-
Total	237.415	318.354	308.816	(9.538)	275.144	340.029	337.152	(2.877)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	3.204.530	3.206.385	3.206.415	30	1.864.576	1.722.148	1.726.303	4.155
Futuros (DAP)	1.996.934	1.996.934	1.996.934	-	1.071.813	849.480	1.074.819	225.339
Total	5.201.464	5.203.319	5.203.349	30	2.936.389	2.571.628	2.801.122	229.494
Objeto de Hedge								
Captações CDB	3.808.455	5.203.145	4.674.971	(528.174)	1.919.508	2.550.628	2.421.694	(128.934)
Captações LCA	6.006	6.764	6.266	(498)	135	138	132	(6)
Captações LFS	80.000	94.092	60.074	(34.018)	20.000	21.000	23.879	2.879
Total	3.894.461	5.304.001	4.741.311	(562.690)	1.939.643	2.571.766	2.445.705	(126.061)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	-	-	-	-	348.004	348.144	347.913	(231)
Total	-	-	-	-	348.004	348.144	347.913	(231)
Objeto de Hedge								
Aplicações DIR	-	-	-	-	320.000	337.679	338.988	1.309
Total	-	-	-	-	320.000	337.679	338.988	1.309
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	4.506.502	4.509.033	4.509.090	57	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)
Total	4.506.502	4.509.033	4.509.090	57	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)
Objeto de Hedge								
Consignado INSS	2.811.185	4.001.622	3.652.435	(349.187)	2.388.344	2.677.583	2.752.891	75.308
Consignado INSS GDF	285.555	270.741	249.165	(21.576)	299.940	322.075	326.346	4.271
Consignado FGTS	150.306	597.605	559.337	(38.268)	590.644	667.052	694.992	27.940
Total	3.247.046	4.869.968	4.460.937	(409.031)	3.278.928	3.666.710	3.774.229	107.519

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro	1.173.510	1.500.443	1.173.510	1.500.443
Conta corrente garantida	63.406	35.071	63.406	35.071
Financiamentos	61.898	-	61.898	-
Financiamento em moeda estrangeira	10.293	6.950	10.293	6.950
Financiamentos a exportação	302.595	566.450	302.595	566.450
Títulos descontados	16.116	151.753	16.116	151.753
FGI PEAC ⁽¹⁾	231.122	334.552	231.122	334.552
Empréstimo FGTS ⁽²⁾	344.826	624.353	344.826	624.353
Consignado	6.584.388	3.448.499	6.584.388	3.448.499
Subtotal de operações de crédito	8.788.154	6.668.071	8.788.154	6.668.071
Devedores por compra de valores e bens ⁽³⁾	215.252	227.272	392.354	419.225
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽⁴⁾	399.529	525.597	399.529	525.597
Compras a faturar - cartão de crédito	15.120	-	15.120	-
Avais e fianças honradas	40.352	3.463	40.352	3.463
Carteira de crédito	9.458.407	7.424.403	9.635.509	7.616.356
Créditos abertos para importação	501.270	91.868	501.270	91.868
Garantias prestadas	508.923	380.526	508.923	380.526
Garantias prestadas e responsabilidades	1.010.193	472.394	1.010.193	472.394
Títulos de crédito a receber	9.019	-	9.019	-
Títulos privados ⁽⁵⁾	5.001.512	2.074.377	4.897.168	2.074.377
Títulos com risco de crédito	5.010.531	2.074.377	4.906.187	2.074.377
Total carteira expandida	15.479.131	9.971.174	15.551.889	10.163.127
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 8.b)	526.826	341.007	526.826	341.007
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽⁶⁾	(409.031)	107.519	(409.031)	107.519
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	15.596.926	10.419.700	15.669.684	10.611.653

(1) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei nº 12.042/20 e Resolução CMN nº 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

(2) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(3) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8.b).

(4) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8.a).

(5) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, ações de companhias abertas, nota comercial, cédula de produto rural, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 6.a)

(6) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xa)

b) Por vencimento

Prazo	Individual				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	A Vencer	Vencidos	Total	Total	A Vencer	Vencidos	Total	Total
Até 3 meses	21.579	204.312	225.891	610.173	21.579	204.312	225.891	610.173
De 3 a 12 meses	625.644	131.726	757.370	932.860	625.644	131.726	757.370	932.860
De 1 a 3 anos	976.930	6.415	983.345	1.035.100	1.154.032	6.415	1.160.447	1.227.053
De 3 a 5 anos	938.603	-	938.603	867.309	938.603	-	938.603	867.309
De 5 a 15 anos	6.369.387	-	6.369.387	3.652.519	6.369.387	-	6.369.387	3.652.519
Acima de 15 anos	183.811	-	183.811	326.442	183.811	-	183.811	326.442
Total carteira de crédito	9.115.954	342.453	9.458.407	7.424.403	9.293.056	342.453	9.635.509	7.616.356

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Agronegócio	550.647	829.126	550.647	829.126
Imobiliário	521.359	476.189	698.461	668.142
Infraestrutura	42.629	81.178	42.629	81.178
Logística e Transporte	112.222	124.723	112.222	124.723
Mineração	145.736	151.523	145.736	151.523
Telecom e TI	17.403	27.498	17.403	27.498
Indústria	170.045	304.648	170.045	304.648
Serviços	276.434	318.853	276.434	318.853
Químico e Petroquímico	143.873	242.418	143.873	242.418
Energia	4.109	23.477	4.109	23.477
Comércio	302.494	158.392	302.494	158.392
Instituição Financeira	23.064	134.759	23.064	134.759
Saúde e Educação	26.680	36.833	26.680	36.833
Papel e Celulose	9.310	123.399	9.310	123.399
Pessoa física	6.979.964	4.112.858	6.979.964	4.112.858
Outros	132.438	278.529	132.438	278.529
Total carteira de crédito	9.458.407	7.424.403	9.635.509	7.616.356

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível	31/12/2024			31/12/2023		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.525.465	-	1.525.465	-	1.424.238	-
A	6.785.255	36.037	6.821.292	34.101	4.524.731	22.622
B	299.607	47.527	347.134	3.471	590.327	5.903
C	336.149	23.161	359.310	10.779	606.041	18.181
D	11.577	58.654	70.231	7.023	67.538	6.753
E	113.005	72.540	185.545	55.664	139.321	68.893
F	11.282	15.480	26.762	13.380	33.934	23.750
G	26.770	13.243	40.013	34.602	4.521	4.496
H	6.844	75.811	82.655	82.655	33.752	33.752
Total carteira de crédito	9.115.954	342.453	9.458.407	241.675	7.424.403	184.350

Nível	31/12/2024			31/12/2023		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.695.100	-	1.695.100	-	1.607.424	-
A	6.787.605	36.037	6.823.642	34.113	4.524.731	22.622
B	301.615	47.527	349.142	3.491	590.327	5.903
C	336.149	23.161	359.310	10.779	606.041	18.181
D	11.577	58.654	70.231	7.023	68.611	6.860
E	113.858	72.540	186.398	55.920	139.321	68.893
F	11.282	15.480	26.762	13.380	33.934	23.750
G	26.770	13.243	40.013	34.602	5.421	5.125
H	9.100	75.811	84.911	84.911	40.546	40.546
Total carteira de crédito	9.293.056	342.453	9.635.509	244.219	7.616.356	191.880

Em 31 de dezembro de 2024, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$7.269 (R\$35.236 em 31 de dezembro de 2023) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira de crédito

Maiores devedores	31/12/2024		Individual		31/12/2024		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	187.493	1,98	151.523	2,04	187.493	1,95	151.523	1,99
2º ao 10º	598.780	6,33	617.957	8,32	688.814	7,15	731.774	9,61
11º ao 20º	366.493	3,87	392.593	5,29	379.699	3,94	405.963	5,33
21º ao 50º	589.287	6,23	712.272	9,59	609.020	6,32	728.645	9,57
51º ao 100º	351.996	3,72	516.052	6,95	358.854	3,72	524.573	6,89
Demais devedores	7.364.358	77,87	5.034.006	67,81	7.411.629	76,92	5.073.878	66,61
Total carteira de crédito	9.458.407	100,00	7.424.403	100,00	9.635.509	100,00	7.616.356	100,00

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	184.350	250.460	191.880	253.826
Constituição/(Reversão)	81.099	(13.045)	76.113	(8.879)
Saldos anteriormente baixados contra prejuízo ⁽¹⁾	15.582	29.897	15.582	29.897
Baixas para prejuízo	(39.356)	(14.192)	(39.356)	(14.192)
Saldo final	241.675	253.120	244.219	260.652

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se, principalmente, a ativação do saldo, anteriormente baixado contra prejuízo, pela cessão de crédito sem coobrigação, resultando na reversão de provisão (receita) e prejuízo na cessão (despesa).

g) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$42.655 (R\$28.361 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

h) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2024, existiam contratos renegociados no valor de R\$279.486 (R\$265.193 em 31 de dezembro de 2023). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento atacado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R\$26.904 (R\$111.127 em 31 de dezembro de 2023). Essas cessões geraram um resultado líquido de reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no valor positivo de R\$6.109 (R\$9.614 em 31 de dezembro de 2023). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.734.823, referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$74.649. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.783.551, sendo R\$1.763.793 referentes a Entes Federais e R\$19.758 referentes a Entes Estaduais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$198.859, sendo R\$198.756 referentes a Entes Federais e R\$103 referentes a Entes Estaduais. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações sem transferência e com retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$461.121, com custo de origemação de R\$36.293 na aquisição dos créditos e totalizando um valor de venda de R\$497.413. No mesmo período, o Banco Pine efetuou a recompra das operações, anteriormente classificadas como operações sem transferências e com retenção substancial de riscos e benefícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$741.517.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Avais e fianças honradas	40.352	3.463	40.352	3.463
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	721.473	628.447	721.473	628.447
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	73.519	96.457	76.896	99.615
Diversos (Nota 8.b)	1.030.720	768.147	1.229.267	962.639
Negociação e intermediação de valores	123.125	77.703	123.125	77.703
Rendas a receber	46.770	13.636	31.805	13.638
Relações interfinanceiras	4.687	4.711	4.687	4.711
Total	2.040.646	1.592.564	2.227.605	1.790.216
Circulante	985.662	779.409	989.150	783.991
Não Circulante	1.054.984	813.155	1.238.455	1.006.225

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	547.873	555.079
Direitos sobre venda de câmbio	156.580	58.268
Rendas a receber	21.966	17.286
Adiantamento em moeda nacional recebíveis	(4.946)	(2.186)
Total	721.473	628.447
Circulante	661.332	623.596
Não Circulante	60.141	4.851

Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	154.602	57.354
Obrigações por compra de câmbio	476.062	569.324
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(377.563)	(508.311)
Total	253.101	118.367
Circulante	253.101	109.058
Não Circulante	-	9.309

b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos e antecipações salariais	14.232	9.115	14.232	8.982
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	556	600	588	565
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	215.252	227.272	392.354	419.225
Imposto de renda a compensar	189.825	176.424	191.659	178.015
Valores a receber de sociedades ligadas	5.026	30	-	-
Títulos e créditos a receber	24.140	-	24.140	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito ⁽²⁾	526.826	341.007	526.826	341.007
Devedores diversos - País e exterior	54.863	13.699	79.468	14.845
Total	1.030.720	768.147	1.229.267	962.639
Circulante	131.001	66.856	149.450	71.436
Não Circulante	899.719	701.291	1.079.817	891.203

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não financeiros mantidos para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se ao prêmio pago na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a ser reconhecido na rubrica de 'operações de crédito' da Demonstração do Resultado, em razão da fluência do prazo das operações.

9. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB n° 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	31/12/2024			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	88.293	70.634	158.927	71.869	57.495	129.364
Créditos baixados para prejuízo	49.432	46.422	95.854	50.215	47.048	97.263
Prejuízo fiscal/base negativa	205.288	164.124	369.412	205.373	164.183	369.556
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	234.810	-	234.810	237.509	-	237.509
Outras provisões	887	710	1.597	4.664	3.730	8.394
Total	578.710	281.890	860.600	569.630	272.456	842.086

	31/12/2024			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	88.300	70.638	158.938	71.869	57.495	129.364
Créditos baixados para prejuízo	49.432	46.422	95.854	50.215	47.048	97.263
Prejuízo fiscal/base negativa	205.288	164.124	369.412	205.373	164.183	369.556
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	234.810	-	234.810	237.509	-	237.509
Outras provisões	887	710	1.597	4.664	3.730	8.394
Total	578.717	281.894	860.611	569.630	272.456	842.086

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	31/12/2024			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	5.802	4.642	10.444	4.422	3.538	7.960
Ajuste de títulos para negociação	10.136	8.109	18.245	8.300	6.640	14.940
Ajuste de títulos disponíveis para venda	643	514	1.157	1.010	808	1.818
Mercado futuro - Lei n° 11.196	25.636	20.509	46.145	9.760	7.808	17.568
MTM Derivativos	190.475	152.380	342.855	20.139	16.111	36.250
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	(315.328)	-	(315.328)	127.434	-	127.434
MTM hedge de risco de mercado	116.181	92.945	209.126	28.519	22.816	51.335
Total (Nota 16.a)	33.545	279.099	312.644	199.584	57.721	257.305

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	6.061	4.797	10.858	4.636	3.668	8.304
Ajuste de títulos para negociação	10.136	8.109	18.245	8.300	6.640	14.940
Ajuste de títulos disponíveis para venda	643	514	1.157	1.010	808	1.818
Mercado futuro - Lei nº 11.196	25.636	20.509	46.145	9.760	7.808	17.568
MTM Derivativos	190.475	152.380	342.855	20.139	16.111	36.250
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	(315.328)	-	(315.328)	127.434	-	127.434
MTM hedge de risco de mercado	116.181	92.945	209.126	28.519	22.816	51.335
Total (Nota 16.a)	33.804	279.254	313.058	199.798	57.851	257.649

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	842.086	968.209	842.086	969.757
Constituição	88.431	29.632	88.454	32.766
Reversão	(69.917)	(155.755)	(69.929)	(160.437)
Saldo final	860.600	842.086	860.611	842.086

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	257.305	193.115	257.649	193.372
Constituição	106.332	109.855	110.897	113.503
Reversão	(50.993)	(45.665)	(55.488)	(49.226)
Saldo final	312.644	257.305	313.058	257.649

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	31/12/2024							
	Individual				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	556	271	827	725	556	271	827	725
De 1 a 2 anos	3.874	1.888	5.762	4.378	3.881	1.892	5.773	4.386
De 2 a 3 anos	22.014	10.723	32.737	21.486	22.014	10.723	32.737	21.486
De 3 a 4 anos	42.718	20.808	63.526	38.522	42.718	20.808	63.526	38.522
De 4 a 5 anos	62.017	30.209	92.226	46.777	62.017	30.209	92.226	46.777
De 5 a 8 anos	252.086	122.791	374.877	127.133	252.086	122.791	374.877	127.133
De 8 a 10 anos	195.445	95.200	290.645	78.967	195.445	95.200	290.645	78.967
Total	578.710	281.890	860.600	317.989	578.717	281.894	860.611	317.997

Obrigações fiscais diferidas	31/12/2024					
	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	32	268	300	32	268	300
De 1 a 2 anos	225	1.868	2.093	484	2.023	2.507
De 2 a 3 anos	1.276	10.617	11.893	1.276	10.617	11.893
De 3 a 4 anos	2.476	20.602	23.078	2.476	20.602	23.078
De 4 a 5 anos	3.595	29.909	33.504	3.595	29.909	33.504
De 5 a 8 anos	14.612	121.575	136.187	14.612	121.575	136.187
De 8 a 10 anos	11.329	94.260	105.589	11.329	94.260	105.589
Total	33.545	279.099	312.644	33.804	279.254	313.058

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao método de equivalência patrimonial

	31/12/2024						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
Subsidiárias							
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.) ^{(9) (13)}	100,0000	310.000	310	2.974	2.662	2.974	2.662
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	6.790	94	6.790	94
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ^{(15) (17) (18)}	99,9800	499.999	500	35.777	35.086	35.777	35.086
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(1) (2) (11) (12)}	100,0000	829.415.435	572.297	600.288	30.759	600.288	30.759
Pine Corretora de Seguros Ltda. ^{(8) (16) (20)}	99,9800	492.156	18.102	19.571	(61)	19.571	(61)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽¹⁷⁾	100,0000	53.200.000	53.200	53.801	(464)	53.801	(464)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. ⁽⁷⁾	100,0000	227.891.066	97.993	96.095	(1.454)	96.095	(1.454)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA. ⁽⁵⁾	100,0000	10.000	10	10	-	10	-
Pine Holding S.A. ⁽¹⁴⁾	99,0000	99	-	-	-	-	-
Coligadas - Mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial							
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ^{(4) (6)}	50,2900	2.680.456	5.330	4.190	1.965	4.327	-
BYX Capital Ltda. ^{(3) (6) (10)}	32,7400	1.403.141	4.286	89.348	71.639	39.842	22.949
Total					140.226	859.475	89.571

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



							31/12/2023
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
Subsidiárias							
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	100,0000	10.000	10	426	(185)	426	(185)
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,00000	892.300	4.765	6.696	238	6.696	238
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	100,00000	500.000	500	9.245	5.719	9.245	5.719
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(1) (2)}	100,00000	819.995.144	565.797	563.029	(2.052)	563.029	(2.052)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	100,00000	492.157	18.102	20.457	(2.064)	20.457	(2.064)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	100,00000	53.200.000	53.200	61.265	9.505	61.265	9.505
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	100,00000	86.030.600	36.993	36.549	(1.890)	36.549	(1.890)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA. ⁽⁵⁾	100,00000	10.000	10	10	-	10	-

Coligadas - Mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ⁽⁴⁾	40,0000	6.668	17	(3.087)	(4.622)	1.494	(614)
BYX Capital Ltda. ⁽³⁾	30,0000	1.285.715	4.286	41.724	26.977	20.255	5.258
Total					31.626	719.426	13.915

- (1) Em reunião de sócios realizada em 09 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$29.891, mediante emissão de 43.319.875 novas quotas. Referidas novas quotas são subscritas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A., estando dispensada a integralização de tal parcela devida decorrente deste aumento de capital, considerando que: (i) em razão da redução de capital deliberada em 03 de outubro de 2022, a Sociedade deve restituir parte do valor das quotas aos sócios ou dispensar as prestações ainda devidas; (ii) houve a restituição de parte do valor das quotas ao sócio Banco Pine S.A.. Dessa forma, o valor remanescente a ser reembolsado ao sócio Banco Pine S.A., será realizado através de dispensa da parcela de integralização devida, em razão deste aumento de capital.
- (2) Em reunião de sócios realizada em 01 de fevereiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$145.506, mediante emissão de 210.878.619 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A..
- (3) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$10.589 (R\$7.737 em 31 de dezembro de 2023).
- (4) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$2.220 (R\$1.494 em 31 de dezembro de 2023).
- (5) Em 26 de dezembro de 2023, O Bacen aprovou a participação do Banco Pine em uma sociedade do Conglomerado, constituída sob a denominação Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda, cujo objeto social é (i) a comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (ii) assessoria e consultoria na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (iii) a intermediação de negócios na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; e (iv) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista que possuam como objeto social atividades complementares e/ou sinérgicas ao objeto social da Sociedade; os ativos ambientais aqui mencionados compreendem, mas não se limitam a, Créditos de Carbono, Créditos de Descarbonização ("CBIOS"). O tempo de duração da Sociedade é indeterminado. O Banco Pine é sócio único, com 100% das quotas sociais.
- (6) O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2024, aprovou: (a) a participação do Banco Pine nas sociedades Byx Corretora de Seguros Ltda. ("Byx Corretora"), no percentual de até 40% e Amigoz Corretora de Seguros Ltda. ("Amigoz Corretora"), no percentual de até 65%, participações estas indiretas, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital S.A. ("Byx Capital"), a qual será a sócia única da Byx Corretora; e (ii) na Byx Produtos S.A. ("Byx Produtos"), a qual será a sócia única da Amigoz Corretora; (b) o aumento da participação do Banco Pine nas sociedades: Byx Produtos, em 25%, passando a participação de 40%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 27 de abril de 2023, para até 65%; (ii) Byx Capital, em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 29 de junho de 2023, para até 40%; e Byx Originação Ltda. ("Byx Originação"), em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 25 de outubro de 2023, para até 40%, esclarecendo-se que a participação do Banco Pine é indireta, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital, a qual será a sócia única da Byx Originação; todos os aumentos de participação foram aprovados pelo Bacen em 03 de maio de 2024. Com relação à Byx Produtos, cuja denominação foi alterada para Amigoz S.A. ("Amigoz") e o tipo jurídico para limitada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, a participação atual do Banco Pine é de 50,29%, decorrente do aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data, no valor de R\$5.330, tendo o Banco Pine integralizado R\$2.672. Do montante total de capital social, R\$638 de outros acionistas, será integralizado até 31 de dezembro de 2025. No que tange à Byx Capital, cujo tipo jurídico foi transformado para limitada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2023, a participação atual do Banco Pine é de 32,74%, decorrente da cessão e transferência de 153.428 quotas, pelo montante de R\$5.660, de titularidade da Byx Capital, mantidas em tesouraria, ao Banco Pine, conforme 3ª alteração contratual de 18 de março de 2024. Por fim, em relação à Byx Originação, considerando que a Byx Capital é a sócia única da referida Sociedade, a participação do Banco Pine é refletida por meio da participação na Byx Capital, ou seja, 32,74%.
- (7) Em 21 de março de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$61.000, mediante emissão de 141.860.466 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas pelo sócio único Banco Pine S.A., que integraliza os montantes de R\$43.486 em moeda corrente nacional e R\$17.514 por meio da cessão do direito de opção de compra de ativos.
- (8) Em instrumento particular datado de 22 de maio de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.
- (9) Em instrumento de deliberação datado de 15 de maio de 2024, foi aprovado a distribuição de lucros à conta de Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias, no montante de R\$414, ao sócio único, que não foi liquidado até 31 de dezembro de 2024.
- (10) No primeiro semestre de 2024, houve o recebimento de dividendos no montante de R\$5.956.
- (11) Em Alteração Contratual datada de 30 de julho de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$6.300, mediante emissão de 9.130.435 novas cotas.
- (12) Em Alteração Contratual datada de 19 de agosto de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$200, mediante emissão de 289.856 novas cotas.
- (13) Em Alteração Contratual datada de 29 de agosto de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Planejamento e Serviços Ltda., no montante de R\$300, mediante emissão de 300.000 novas cotas. Foi deliberado também sobre a alteração do nome empresarial para Pine Capital Ltda.
- (14) Em Assembleia Geral de Constituição datada de 24 de maio de 2024, foi deliberado sobre a constituição da Pine Holding S.A. e a subscrição de 100 ações ordinárias, totalizando R\$100 reais. O Banco Pine subscreveu 99 ações ordinárias nominativas, totalizando o montante de R\$99 reais.
- (15) Em instrumento particular datado de 1º de outubro de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.
- (16) Em 28 de junho de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional ao sócio minoritário, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R\$728.
- (17) Em 1º de outubro de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional ao sócio minoritário, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R\$260.
- (18) Em 30 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R\$8.295, sendo pago R\$7.515 ao Banco Pine e R\$780 ao sócio minoritário.
- (19) Em 30 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R\$7.000.
- (20) Em 30 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional ao sócio minoritário, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R\$97.

b) Outros Investimentos

	Individual e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
CIP S.A. ^{(1) (2) (3)}	253	250
Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI)	1.000	1.000
Total	1.253	1.250

- (1) Em 28 de fevereiro de 2023, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$114. O aumento de capital ocorreu no segundo trimestre de 2023.
- (2) Em 6 de julho de 2023, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$14.
- (3) Em 3 de agosto de 2023, a CIP S.A. incorporou a totalidade de ações de emissão da CERTA, tornando-a sua subsidiária integral. Em 10 de agosto de 2023, o Banco Pine recebeu o montante de R\$190, referentes às ações preferenciais resgatadas, com prejuízo de R\$157 na incorporação e passou a possuir 7.392 ações da CIP S.A. Em 18 de dezembro de 2023, houve pagamento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$140.
- (4) Em 1 de julho de 2024, houve pagamento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$19. Em 19 de dezembro de 2024, houve pagamento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$83. Em 31 de dezembro de 2024, houve valorização das ações da CIP S.A., no montante de R\$3.

11. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	292.470	298.494	850.573	735.551
Provisão para perdas	(799)	(6.355)	(2.255)	(6.740)
Total	291.671	292.139	848.318	728.811
Não Circulante	291.671	292.139	848.318	728.811

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios pagos	27.802	40.152	39.820	55.543
Aluguéis	8.282	9.296	8.282	9.296
Impostos	-	-	18	-
Outras ⁽¹⁾	35.756	9.756	35.763	9.764
Total	71.840	59.204	83.883	74.603
Circulante	20.574	15.373	21.457	16.227
Não Circulante	51.266	43.831	62.426	58.376

- (1) Em 31 de dezembro de 2024, referem-se, substancialmente, a: (i) custos de emissão de cartão de crédito, incluindo custos de impressão, embalagem, envio e entre outros no montante de R\$14.599, (ii) custos para estruturação em captação no montante de R\$12.135.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado				
	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024			31/12/2024
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	6.968	5.370	(1.162)	29.391	11.176
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.968	5.370	(1.162)	29.391	11.176
Outros Imobilizados de Uso	1.743	32.474	(1.057)	38.613	33.160
Sistema de Segurança e Comunicação	1.743	31	(246)	3.892	1.528
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	2.278	-
Sistema de Transporte	-	32.443	(811)	32.443	31.632
Total	8.711	37.844	(2.219)	68.004	44.336

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos (Nota 13.a)	15.630.903	9.754.349	15.559.172	9.683.623
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	4.986.117	4.046.998	4.986.117	4.046.998
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	2.369.654	3.095.965	2.369.654	3.095.965
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	44.898	-	44.898	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(538.210)	(131.817)	(538.210)	(131.817)
Total ajustado ao valor justo	22.493.362	16.765.495	22.421.631	16.694.769
Circulante	11.196.598	8.181.631	11.185.968	8.173.880
Não Circulante	11.296.764	8.583.864	11.235.663	8.520.889

(1) Refere-se ao valor justo de captações que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual				31/12/2024	
	Depósitos à Vista		Depósitos a prazo		Depósitos	
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	114.261	-	-	103.631	-	-
Até 30 dias	-	294.335	-	-	294.336	-
De 31 a 60 dias	-	365.617	40.702	-	365.617	40.702
De 61 a 90 dias	-	314.704	412.518	-	314.703	412.518
De 91 a 180 dias	-	602.072	-	-	602.073	-
De 181 a 360 dias	-	2.524.974	88.476	-	2.524.974	88.476
Acima de 360 dias	-	10.519.411	353.833	-	10.458.309	353.833
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	(534.288)	-	-	(534.288)	-
Total	114.261	14.086.825	895.529	103.631	14.025.724	895.529

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

Composição por Vencimento	Individual				31/12/2023	
	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos	
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	90.883	-	-	90.167	-	-
Até 30 dias	-	212.052	341	-	212.052	341
De 31 a 60 dias	-	103.347	-	-	103.347	-
De 61 a 90 dias	-	198.140	-	-	198.140	-
De 91 a 180 dias	-	514.743	339.579	-	510.183	339.579
De 181 a 360 dias	-	1.030.484	-	-	1.028.006	-
Acima de 360 dias	-	6.945.908	318.872	-	6.882.936	318.872
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	(132.258)	-	-	(132.258)	-
Total	90.883	8.872.416	658.792	90.167	8.802.406	658.792

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Própria		
NTN - notas do tesouro nacional	2.070.000	3.320.813
Debêntures	1.236.990	726.185
Certificado de recebíveis agronegócio	24.832	-
Certificado de recebíveis imobiliários	46.420	-
Subtotal	3.378.242	4.046.998
Carteira de Terceiros		
NTN - notas do tesouro nacional	1.607.875	-
Subtotal	1.607.875	-
Total	4.986.117	4.046.998
Circulante	4.986.117	4.046.998

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado				
	31/12/2024				31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	234.140	469.749	197.068	-	900.957
Letras de crédito do agronegócio	177.326	249.867	51.488	-	478.681
Letras financeiras	139.275	205.328	592.531	52.882	990.016
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	-	(3.922)	-	(3.922)
Total ajustado ao valor justo	550.741	924.944	837.165	52.882	2.365.732

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado			
	31/12/2024			31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	-	-	44.257	44.257
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	641	-	-	641
Total	641	-	44.257	44.898

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



14. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo						Individual e Consolidado	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 15 anos	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras Subordinadas	25.731	28.268	138.042	355.383	105.196	652.620	345.294
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	-	-	-	(34.018)	(34.018)	2.879
Total ajustado ao valor justo	25.731	28.268	138.042	355.383	71.178	618.602	348.173

(1) Refere-se ao valor justo de letras financeiras subordinadas que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

	Individual e Consolidado					
Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2024
Letras Financeiras	19.076	2019	2024 até 2026	CDI	140% a 150%	29.325
	1.500	2019	2025	IPCA+	10%	2.126
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.018
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	33.033
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 190%	33.870
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	92.670
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	135.112
	287.004	2024	2031 até 2039	CDI	100% a 154%	291.448
	Total	570.135				

	Individual e Consolidado					
Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2023
Letras Financeiras						
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 152%	27.611
	21.076	2019	2024 até 2026	CDI	140 a 150%	28.641
	1.500	2019	2025	IPCA+	10%	2.027
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.019
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.492
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 187%	33.808
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	80.592
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	142.983
Total	311.646					348.173

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	-	-	578	709
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	10.389	8.593	10.389	8.593
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	1.435	4.026	1.435	4.026
Fianças Prestadas (Nota 21)	232	9.779	232	9.779
Total	12.056	22.398	12.634	23.107
Não Circulante	12.056	22.398	12.634	23.107

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual				Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	58.055	55.585	-	-	61.431	58.743	578	709
Contingências Trabalhistas	11.660	5.448	10.389	8.593	11.660	5.448	10.389	8.593
Contingências Cíveis ⁽¹⁾	3.804	35.424	1.435	4.026	3.805	35.424	1.435	4.026
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	232	9.779	-	-	232	9.779
Total	73.519	96.457	12.056	22.398	76.896	99.615	12.634	23.107

(1) Em 31 de dezembro de 2023, refere-se principalmente á depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida.

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medidas executivas, em relação às quais o Pine e a Pine Investimentos apresentaram defesas e aguardam decisões definitivas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos relativos ao PIS representavam R\$56.000 no Individual e R\$56.368 no Consolidado (R\$53.600 no Individual e R\$53.951 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$8.139 no Individual e no Consolidado (R\$3.604 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual				Consolidado			
	31/12/2024				31/12/2023			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	-	8.593	4.026	12.619	-	8.206	5.792	13.998
Constituição (reversão)	-	653	(2.716)	(2.063)	-	(576)	(1.166)	(1.742)
Atualização	-	1.143	125	1.268	-	963	(600)	363
Saldo final	-	10.389	1.435	11.824	-	8.593	4.026	12.619

	Individual				Consolidado			
	31/12/2024				31/12/2023			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	709	8.593	4.026	13.328	-	8.206	5.792	13.998
Constituição (reversão)	(131)	653	(2.716)	(2.194)	709	(576)	(1.166)	(1.033)
Atualização	-	1.143	125	1.268	-	963	(600)	363
Saldo final	578	10.389	1.435	12.402	709	8.593	4.026	13.328

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	326	389	326	389
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	253.101	118.367	253.101	118.367
Credores diversos - país e exterior ⁽²⁾	235.595	117.922	554.285	118.268
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	325.710	269.910	342.607	284.132
Negociação e intermediação de valores	60.875	16.895	60.875	16.895
Sociais e estatutárias	18.531	36.339	19.311	36.339
Outros	43.583	50.774	34.895	50.707
Obrigações por operações vinculadas a cessão - Operações de crédito ⁽¹⁾	422.220	748.380	-	-
Total	1.359.941	1.358.976	1.265.400	625.097
Circulante	1.016.515	1.084.608	913.139	343.837
Não Circulante	343.426	274.368	352.261	281.260

(1) A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco Pine estruturou cessão de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine e efetuou a recompra de operações cedidas anteriormente, cujo montante foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine estruturou cessão e securitização com o mercado, cujo montante foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira.

(2) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 refere-se, substancialmente, a custo de cessão a repassar.

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	937	492	964	508
Impostos e contribuições sobre salários	4.751	3.590	4.868	3.663
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	54	9.029	6.684
ISS	2.811	6.510	3.344	6.585
IRRF	918	783	918	783
PIS e Cofins a recolher	3.662	1.166	4.126	1.259
Provisão para Pis e Cofins	-	-	6.313	6.991
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	312.644	257.305	313.058	257.649
Outros	(13)	10	(13)	10
Total	325.710	269.910	342.607	284.132
Circulante	13.066	12.552	20.788	19.917
Não Circulante	312.644	257.358	321.819	264.215

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$952.678 (R\$852.335 em 31 de dezembro de 2023) e está dividido em 229.747.621 ações nominativas, sendo 115.953.618 ordinárias e 113.794.003 preferenciais (186.776.151 em 31 de dezembro de 2023) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, foi deliberado sobre a homologação parcial do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.252, mediante emissão de 5.926.213 novas ações nominativas, sendo 5.598.076 ordinárias e 328.137 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência da deliberação do Conselho de Administração em reunião 03 de outubro de 2024 e de acordo com as características e condições estabelecidas no Aviso aos Acionistas divulgado em 03 de outubro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 03 de dezembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R\$21.341 e, no máximo, R\$29.857, mediante a emissão de, no mínimo, 4.817.368 ações, sendo 4.627.167 ações ordinárias e 190.201 ações preferencias, e, no máximo, 6.739.760 novas ações, sendo 6.308.409 ações ordinárias e 431.351 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R\$4,43 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuem. Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 10 de outubro de 2024, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco foi realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital foi levado à aprovação do Bacen. Na mesma reunião, foi aprovada a emissão de Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, sendo emitido a quantidade de 3.369.880 ações ordinárias e 3.369.880 preferenciais. O preço de exercício é de R\$8,86. Cada um dos Bônus de Subscrição poderá ser exercido por seu titular, nos períodos compreendidos entre 06 de março de 2025 a 31 de março de 2028, segregados em 13 períodos. Após o término do 13º Período de Exercício, os Bônus de Subscrição que não forem exercidos serão extintos de pleno direito. As ações ordinárias e preferenciais emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição serão em tudo idênticas às ações ordinárias e preferenciais já existentes e participarão de forma integral em quaisquer dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados após a aprovação pelo Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.901, mediante emissão de 13.450.704 novas ações nominativas, sendo 4.483.568 ordinárias e 8.967.136 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 ("Sétimo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$222, mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de outubro de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$566, mediante emissão de 282.774 novas ações nominativas, sendo 94.258 ordinárias e 188.516 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023 ("Terceiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 13 de novembro de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$102, mediante emissão de 50.844 novas ações nominativas, sendo 16.948 ordinárias e 33.896 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023 ("Segundo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de abril de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2, mediante emissão de 1.326 novas ações nominativas, sendo 442 ordinárias e 884 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 9 de maio de 2023.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Reservas de capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.117, à base de R\$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.890, à base de R\$0,0766333, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 21 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R\$35.126, à base de R\$0,159371, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.852, à base de R\$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.615, à base de R\$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$42.752, à base de R\$0,2080922546, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.448, com base em Reservas Estatutárias, à base de R\$0,1006339271, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 10 de agosto de 2023.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em R\$46.620 (R\$27.540 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

Descrição	Individual e Consolidado					
						31/12/2024
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2024	16/01/2025	0,080554	18.117	0,067025	15.399
Juros sobre o Capital Próprio	03/10/2024	22/11/2024	0,159371	35.126	0,141926	29.857
Juros sobre o Capital Próprio	04/10/2024	21/10/2024	0,076633	16.890	0,068245	14.357
Juros sobre o Capital Próprio	01/07/2024	15/07/2024	0,081430	16.852	0,068127	14.324
Juros sobre o Capital Próprio	08/04/2024	18/04/2024	0,080050	16.615	0,068039	14.141
Total				103.600		88.078

Descrição	Individual e Consolidado					
						31/12/2023
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	21/12/2023	15/01/2024	0,208092	42.752	0,176878	36.339
Juros sobre o Capital Próprio	17/07/2023	10/08/2023	0,100634	18.448	0,085610	15.966
Total				61.200		52.305

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período/exercício	258.248	180.878
Reserva legal	(12.912)	(9.044)
Base de cálculo	245.336	171.834
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	71.605	61.200

(1) O montante de juros sobre o capital próprio distribuído ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, será imputado ao dividendo mínimo obrigatório relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O valor é sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante de juros sobre o capital próprio distribuído, atingiu os 25% de mínimos obrigatórios.

d) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R\$3.131. O pagamento ocorrerá no dia 28 de fevereiro de 2025.

f) Ações em tesouraria

Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 7.000.000 de ações de própria emissão de qualquer espécie, tanto ordinária quanto preferencial, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

No primeiro trimestre de 2023, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 4.000.000 de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Em abril de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$7.247, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 16 de junho de 2023 e 21 de julho de 2023, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em março de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$7.323, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 28 de fevereiro de 2023 e 29 de fevereiro de 2024, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em maio de 2023, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$935, referente ao plano de remuneração baseada em ações, concedido em 28 de fevereiro de 2023, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco pine recomprou 6.178.300 ações, no montante de R\$28.133, a um custo médio de R\$4,55. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco pine recomprou 3.911.584 ações, no montante de R\$6.844, a um custo médio de R\$1,99.

Descrição	Individual e Consolidado		
	31/12/2024		Custo médio
	Valor	Quantidade	
Ações em tesouraria no início do exercício	6.844	3.533	
Aquisições de ações	28.132	6.178	4,55
Liberações - Remuneração baseada em ações	(14.570)	(5.035)	2,89
Ações em tesouraria no final do exercício	20.406	4.676	

g) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(3.627)	(9.937)
Títulos e valores mobiliários	(3.627)	(9.937)
Efeito Tributário	1.632	4.478
Outros	-	(17)
Empresas coligadas		
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	-	(2.386)
Títulos e valores mobiliários	-	(2.386)
Efeito Tributário	-	812
Outros ⁽¹⁾	(1.615)	-
Total	(3.610)	(7.050)

(1) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Adiantamentos a depositantes	815	2.190	4.854	16.320	815	2.190	4.854	16.320
Rendas de empréstimos	636.482	1.272.859	553.290	1.024.193	671.484	1.307.861	553.290	1.024.193
Rendas de financiamentos	148.232	229.192	47.562	104.384	148.232	229.192	47.562	104.384
Total	785.529	1.504.241	605.706	1.144.897	820.531	1.539.243	605.706	1.144.897

b) Operações de captação no mercado

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Despesas de depósitos interfinanceiros	54.933	107.578	43.939	61.569	54.933	107.578	43.939	61.569
Despesas de depósitos a prazo	489.637	904.598	452.080	941.141	487.215	898.196	450.608	938.323
Despesas de operações compromissadas	207.587	444.817	198.740	417.244	241.594	478.824	198.740	417.244
Despesas de operações com TVM no exterior	-	-	19	40	-	-	19	40
Despesas de contribuição ao FGC	10.143	18.607	6.477	12.323	10.143	18.607	6.477	12.323
Despesas com LCA	22.894	62.876	49.387	100.437	22.894	62.876	49.387	100.437
Despesas com LF	75.706	141.780	75.499	126.725	75.706	141.780	75.499	126.725
Despesas com LCI	41.419	103.033	82.155	131.393	41.419	103.033	82.155	131.394
Total	902.319	1.783.289	908.296	1.790.872	933.904	1.810.894	906.825	1.788.055

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	302	302	-	9
Despesas de repasses do exterior	572	572	248	497
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	116.636	151.747	3.597	3.417
Total	117.510	152.621	3.845	3.923

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Comissão de fiança	4.920	9.029	3.765	7.296	4.920	9.029	3.765	7.296
Comissão de intermediação	225	425	3.933	7.716	3.332	4.132	4.232	8.015
Rendas de cobrança	1.261	2.929	3.508	5.770	1.261	2.929	3.508	5.770
Rendas com tarifas	786	2.495	2.204	4.059	785	2.495	2.204	4.059
Rendas de assessoria	-	-	-	-	31.600	47.607	6.622	9.163
Outras ⁽¹⁾	2.756	3.775	1.520	1.984	6.750	10.559	1.733	5.251
Total	9.948	18.653	14.930	26.825	48.648	76.751	22.064	39.554

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, no consolidado, refere-se, principalmente, à receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

e) Despesas de pessoal

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Proventos	33.837	63.959	28.977	56.681	35.006	66.206	29.576	58.126
Benefícios	10.353	19.063	8.437	16.575	10.379	19.085	8.440	16.604
Encargos sociais	14.127	29.472	13.146	25.468	14.466	30.880	13.351	25.956
Honorários da diretoria	6.782	12.908	5.132	9.896	7.060	13.591	5.522	10.538
Estagiários	196	444	295	649	196	444	296	650
Total	65.295	125.846	55.987	109.269	67.107	130.206	57.185	111.874

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



f) Outras despesas administrativas

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Despesas de água, energia e gás	269	465	133	263	269	465	134	264
Despesas com aluguéis	5.204	9.956	4.019	7.622	5.204	9.956	4.076	7.622
Despesas de arrendamento de bens	279	548	508	810	279	548	508	810
Despesas com contribuições filantrópicas	11	11	10	10	11	11	10	10
Despesas de comunicações	3.250	6.637	3.139	6.476	3.250	6.637	3.139	6.476
Despesas de manutenção e conservação de bens	2.220	3.083	452	839	2.220	3.083	437	839
Despesas de material	362	509	159	221	362	509	185	259
Despesas de processamento de dados	15.772	30.844	11.777	21.929	15.781	30.853	11.776	21.929
Despesas de relações públicas	2.286	3.345	1.713	2.200	2.286	3.362	1.744	2.248
Despesas de seguros	4.475	6.920	4.987	9.073	4.498	6.964	5.007	9.114
Despesas com serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	42.531	75.854	28.166	53.138	42.533	75.858	28.171	53.145
Despesas com serviços de terceiros	3.733	8.264	1.620	2.898	4.564	9.453	1.933	3.432
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.338	2.689	1.270	2.602	1.338	2.689	1.270	2.602
Despesas com serviços técnicos especializados	8.471	17.598	8.917	20.726	9.611	18.832	9.225	21.142
Despesas de transporte	822	1.279	270	566	822	1.279	270	566
Despesas de viagens	1.562	2.222	455	920	1.562	2.222	455	920
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	2.106	11.182	3.523	12.327	2.107	14.267	3.740	12.544
Despesas de amortização e depreciação	4.096	6.936	1.058	2.120	4.096	6.936	1.058	2.120
Emolumentos judiciais e cartorários	2.146	2.257	569	711	2.146	2.257	565	711
Outras despesas administrativas	4.678	9.162	5.725	10.171	5.225	9.716	5.714	10.207
Total	105.611	199.761	78.470	155.622	108.164	205.897	79.417	156.960

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se, principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

g) Despesas tributárias

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
ISS	679	1.278	1.065	2.020	2.516	3.978	1.414	2.551
Cofins	9.542	17.755	12.769	22.707	11.260	20.490	14.621	25.378
PIS	1.550	2.885	2.075	3.690	1.922	3.477	2.475	4.267
Outros ⁽¹⁾	802	1.344	14.790	16.246	1.243	2.011	15.797	17.739
Total	12.573	23.262	30.699	44.663	16.941	29.956	34.307	49.935

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se, substancialmente, a Despacho Decisório Indeferido.

h) Outras receitas operacionais

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Recuperação de encargos e despesas	9.780	22.167	7.245	9.396	12.294	44.993	7.245	9.396
Atualização monetária ativa ⁽¹⁾	5.263	19.282	4.660	21.214	5.372	19.501	4.781	21.445
Atualização de créditos judiciais	14	27	63	767	14	27	63	767
Reversão provisão fiança	12.353	13.268	-	-	12.353	13.268	-	-
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	3.098	3.687	598	6.169	3.098	3.687	673	6.303
Outras rendas operacionais ⁽²⁾	15.606	21.315	153	17.911	19.372	24.708	29	17.615
Total	46.114	79.746	12.719	55.457	52.503	106.184	12.791	55.526

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se principalmente, à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se principalmente, à reversão de impairment de títulos e valores mobiliários.

i) Outras despesas operacionais

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	153	1.624	2.750	4.427	153	1.653	2.751	4.561
Provisão de fiança	25	3.721	1.279	1.502	25	3.721	1.279	1.502
Outras provisões	26	26	-	-	26	26	-	-
Outras despesas operacionais	26.725	32.681	22.036	23.064	28.403	36.034	23.720	26.441
Total	26.929	38.052	26.065	28.993	28.607	41.434	27.750	32.504

j) Resultado não operacional

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Receitas não operacionais	14.264	22.051	13.534	31.679	34.017	55.606	74.943	113.997
Despesas não operacionais	(4.338)	(6.894)	(11.942)	(14.042)	(19.504)	(33.622)	(66.052)	(79.930)
Total	9.926	15.157	1.592	17.637	14.513	21.984	8.891	34.067

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Resultado antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	133.366	292.421	137.900	249.932	139.232	302.122	140.731	255.997
Lucro líquido antes da tributação	133.366	292.421	137.900	249.932	139.232	302.122	140.731	255.997
Alíquota vigente (Nota 3.s)	45%	45%	45%	45%	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(60.014)	(131.589)	(62.055)	(112.469)	(62.654)	(135.955)	(63.329)	(115.199)
Diferenças permanentes	58.084	97.416	31.596	43.415	54.858	92.081	30.039	40.080
Juros sobre o capital próprio	31.560	46.620	27.540	27.540	31.560	46.620	27.540	27.540
Outros ajustes ⁽¹⁾	26.524	50.796	4.056	15.875	23.298	45.461	2.499	12.540
Imposto de renda e contribuição social	(1.930)	(34.173)	(30.459)	(69.054)	(7.796)	(43.874)	(33.290)	(75.119)

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:
- i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e
- ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$13.360 (R\$4.109 em 31 de dezembro de 2023) e a despesa no montante de R\$22.298 no Individual e R\$28.891 no Consolidado (R\$7.501 em 31 de dezembro de 2023 no Individual e no Consolidado) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023		
Remuneração fixa	6.782	12.908	5.147	9.972
Remuneração variável	5.076	13.360	-	4.109
Benefícios de curto prazo	3.518	12.315	1.653	4.306
Total	15.376	38.583	6.800	18.387

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Administradores ⁽¹⁾			(7.976)	(20.007)	(359)	(138)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(6)	(67)	-	-
Depósitos a prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(5.305)	(17.826)	(213)	(34)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	98% a 105% CDI	28/05/2025	(125)	(58)	(7)	(7)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 102% CDI	16/04/2027	(870)	(463)	(61)	(26)
Recursos de letras financeiras	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(1.670)	(1.593)	(78)	(71)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			(5.562)	(16.009)	(2.516)	(496)
Operações de crédito	CDI + 4,00% a.a	08/12/2026	41.043	-	(302)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(11.559)	(5.026)	-	-
Depósitos a prazo	99% a 120% CDI	31/12/2027	(6.304)	(1.778)	(168)	(93)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% CDI	08/07/2024	-	(32)	-	(4)
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% a 102% CDI	18/05/2026	(488)	(471)	(47)	(25)
Recursos de letras financeiras	135% CDI e 100% IPCA	27/09/2030	(28.254)	(8.702)	(1.999)	(374)

Empresas ligadas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empresas ligadas			(61.152)	(68.172)	(5.553)	(1.785)
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			1	3	16	24
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			2.016	25	510	138
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)			-	-	6	1
Pine Corretora de Seguros Ltda.			16	-	125	111
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			2.994	2	55	21
Depósitos à vista						
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(8.920)	(10)	-	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda.		Sem vencimento	(1)	(203)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1.592)	(421)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	(107)	(81)	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1)	-	-	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.		Sem vencimento	(7)	-	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(4.235)	(4.265)	(431)	257
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	28/12/2027	(31.161)	(8.912)	(1.681)	108
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	99% CDI	04/09/2026	(337)	-	(16)	23
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	06/12/2027	(2.560)	(17.600)	(515)	242
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	03/11/2028	(7.981)	(5.234)	(656)	492
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(8.391)	(10.325)	(907)	190
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	06/12/2027	(876)	(21.151)	(2.058)	768
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	112% CDI	11/01/2027	(10)	-	(1)	-

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Empresas coligadas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empresas coligadas			2.922	1.211	-	4.493
Valores a Receber						
Amigoz Ltda.			2.924	534	-	-
Depósitos à vista						
Amigoz Ltda.	- Sem vencimento		(1)	(2)	-	-
BYX Capital Ltda.	- Sem vencimento		(1)	-	-	-
Depósitos a prazo						
BYX Capital Ltda.	102% CDI	16/09/2026	-	(6.139)	-	100
Instrumentos Financeiros Derivativos						
BYX Capital Ltda.			-	6.818	-	4.593

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	31/12/2024					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	113.433.026	97,83	40.402.028	35,50	153.835.054	66,96
Pessoa Jurídica	584.239	0,50	14.698.439	12,92	15.282.678	6,65
Conselho de Administração	3.044	0,00	118.852	0,10	121.896	0,05
Conselho Fiscal	587.983	0,51	6.928.077	6,09	7.516.060	3,27
Administradores	204.554	0,18	5.872.027	5,16	6.076.581	2,64
Total	114.812.846	99,02	68.019.423	59,77	182.832.269	79,57

Acionistas	31/12/2023					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.662.132	23,28	118.557.607	63,48
Pessoa Jurídica	-	-	13.215.548	14,89	13.215.548	7,08
Conselho de Administração	-	-	201.405	0,23	201.405	0,11
Administradores	-	-	3.285.245	3,70	3.285.245	1,76
Total	97.895.475	100,00	37.364.330	42,10	135.259.805	72,43

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/16.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	271.926	198	317.256	1.101
Outras Fianças Bancárias	236.997	34	63.270	8.678
Total	508.923	232	380.526	9.779

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Crédito, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado da manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em+A121 visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



g) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) Bacen, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MiM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2024		
		Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(335.730)	(419.662)	(629.493)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	143.659	179.574	269.361
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	1.599	1.998	2.997
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(593)	(741)	(1.112)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(1.279)	(1.599)	(2.398)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	1.264	1.580	2.370
Total (soma não correlacionada)*		(191.080)	(238.850)	(358.275)
Total (soma correlacionada)**		(192.085)	(240.107)	(360.160)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.
**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários			
Cenário I - Provável		Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).	
Curva		Taxa Mercado (1 ano)	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		15,42%	15,43%
Índice de Preços (IPCA)		8,43%	8,44%
Taxa Referencial (TR)		1,94%	1,95%
Taxa de Cupom de Dólar		6,00%	6,01%
Taxa de Cupom de Outras Moedas		6,18%	6,19%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		3,85%	3,86%
Cesta de Moedas		6,19	5,32
Cenário II - Possível		Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:	
Curva		Taxa Mercado (1 ano)	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		15,42%	19,28%
Índice de Preços (IPCA)		8,43%	10,54%
Taxa Referencial (TR)		1,94%	2,43%
Taxa de Cupom de Dólar		6,00%	7,49%
Taxas de Cupom de Outras Moedas		6,18%	7,72%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		3,85%	4,81%
Cesta de Moedas		6,19	7,74
Cenário III - Remoto		Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:	
Curva		Taxa Mercado (1 ano)	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		15,42%	23,13%
Índice de Preços (IPCA)		8,43%	12,65%
Taxa Referencial (TR)		1,94%	2,92%
Taxa de Cupom de Dólar		6,00%	8,99%
Taxas de Cupom de Outras Moedas		6,18%	9,26%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		3,85%	5,77%
Cesta de Moedas		6,19	9,29

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados de 2018).

h) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2024, foi de 14,54% (12,41% em 31 de dezembro de 2023), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

i) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no exercício estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/12/2024		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	25.741	3.802
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	33.762	2.645

Em 31 de dezembro de 2024, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. Em 31 de dezembro de 2024, o custo dos contratos de arrendamento foram reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica 'Despesas administrativas - arrendamento de bens', no montante de R\$548 (31 de dezembro de 2023 - R\$810).

b) Valor justo de instrumentos financeiros

A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seus respectivos valores justos no final do exercício.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	2.376.898	2.376.898	580.232	580.232
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	13.442.263	12.953.640	10.463.219	10.179.835
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	11.088.253	8.546.479	4.163.889	6.483.721
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.126.013	856.374	801.445	948.285
Total de ativos financeiros	28.033.427	24.733.391	16.008.785	18.192.073
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	103.631	103.631	90.167	90.167
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	895.529	895.529	658.792	658.792
Depósitos a prazo ^(v)	12.973.798	14.560.012	8.829.619	8.931.343
Captação no mercado aberto ⁽ⁱⁱ⁾	4.986.117	4.986.117	4.046.998	4.046.998
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(v)	2.956.668	2.365.732	3.088.567	3.096.406
Obrigação por empréstimos e repasses ^(v)	46.480	44.898	-	-
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	2.076.741	2.076.741	2.199.505	2.199.505
Dívida subordinada ^(v)	652.250	618.602	340.049	348.173
Total de passivos financeiros	24.691.214	25.651.262	19.253.697	19.371.384

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
- iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

c) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

d) Covenants

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía empréstimos com covenants atrelados. Em 13 de dezembro de 2023, os empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses', que possuíam cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) atreladas a condições de performance foram liquidados.

e) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



- f) Resultado recorrente e não recorrente

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve resultados não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.
26. OUTROS ASSUNTOS

a) Impactos dos eventos climáticos ocorridos no estado do Rio Grande do Sul (RS)

Atendendo ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 01/24 de 20 de junho de 2024, em decorrência dos eventos climáticos que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em abril de 2024, o Banco Pine colocou em prática medidas de monitoramento contingenciais acerca de eventuais riscos e impactos do evento. Até a data de divulgação dessas Demonstrações Financeiras, não foram identificados impactos significativos.
27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 ("Oitavo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

A DIRETORIA

CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9

Notas Explicativas



CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
6º andar | São Paulo – Brasil

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas
Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS

31 de dezembro de 2024



Notas Explicativas**Índice**

Relatório do Auditor Independente.....	1
Relatório da Administração.....	10
Balanco Patrimonial Consolidado.....	15
Demonstração do Resultado Consolidada.....	16
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada.....	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada.....	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada (Método Indireto).....	19

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	20
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	20
3. Principais Práticas Contábeis.....	20
4. Segmentos Operacionais.....	27
5. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	27
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras.....	27
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital.....	28
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e <i>Hedge</i>	28
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	30
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas.....	32
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda.....	32
12. Devedores Por depósito em Garantia.....	33
13. Outros Ativos.....	33
14. Participações em Coligadas.....	33
15. Imobilizado.....	33
16. Intangível.....	33
17. Depósitos de Instituições Financeiras.....	33
18. Depósitos de Clientes.....	33
19. Captações no Mercado Aberto.....	34
20. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários.....	34
21. Obrigações por empréstimos e Repasses.....	34
22. Dívida Subordinada.....	34
23. Outros Passivos Financeiros.....	34
24. Provisões.....	34
25. Obrigações Fiscais - Outras.....	35
26. Outros Passivos.....	35
27. Patrimônio Líquido.....	35
28. Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	36
29. Receitas com Juros e Similares.....	37
30. Despesas com Juros e Similares.....	37
31. Receitas de Tarifas e Comissões.....	37
32. Despesas de Tarifas e Comissões.....	37
33. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo.....	37
34. Variações Cambiais.....	37
35. Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	37
36. Despesas com Pessoal.....	38
37. Outras Despesas Administrativas.....	38
38. Provisões Líquidas.....	38
39. Resultado na Alienação de Bens.....	38
40. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	38
41. Limites Operacionais.....	38
42. Garantias Prestadas.....	39
43. Transações com Partes Relacionadas.....	39
44. Outras Divulgações.....	40
45. Gerenciamentos de Riscos.....	40
46. Reconciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido (BRGAAP e IFRS).....	45
47. Eventos Subsequentes.....	45
Anexo I. Demonstração do Valor Adicionado Consolidada.....	46

Notas Explicativas

www.pwc.com.br

Banco Pine S.A.

***Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Notas Explicativas



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

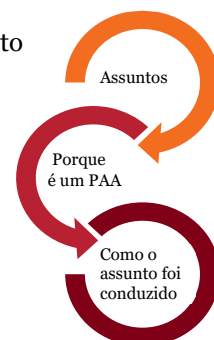
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco Pine S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(c).(ii), 3(k) e 7)	
O Banco possui investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado, classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), classificados em hierarquia nível 3. Esses títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses títulos de dívida. Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes (Notas 3(c).(i), 3(m) e 10)	
A administração do Banco mensurou a provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>. A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos	Atualizamos nosso entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

na IFRS 9, bem como na determinação da mensuração da provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas de crédito esperadas poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação à metodologia e mensuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos da IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas de crédito esperadas são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(c).(iii), 3(j) e 4o)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovado pelos órgãos de governança do Banco.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda (Notas 3(c).(v), 3(o) e 11) O Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de certos ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos controles da administração sobre avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos. Adicionalmente, efetuamos testes para observar a metodologia da aplicação de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco, quando aplicável. Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Contingências fiscais (Notas 3(c).(iv), 3(w) e 24(b)) O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda. A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no exercício corrente. Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de tecnologia da informação	
Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.	Nossos procedimentos consideraram o entendimento dos controles da administração sobre o ambiente de tecnologia da informação e os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.
Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.	Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.
Essa área permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.	Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo I como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo I está conciliado com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 27 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica apresentou crescimento robusto em 2024, com destaque para a demanda agregada, especialmente os investimentos (+7,3%) e o consumo das famílias (+4,8%). A expansão da demanda foi amplamente favorecida pelos estímulos fiscal e monetário registrados nos trimestres anteriores. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,4% no ano, totalizando R\$ 11,7 trilhões. Pela ótica da oferta, o setor de Serviços avançou 3,7%, enquanto a indústria cresceu 3,3% no período.

A dinâmica do setor agropecuário foi desfavorável para o desempenho da atividade econômica, por conta da estiagem em diversas regiões do país e das enchentes no RS que ocorreram no primeiro semestre e que contribuíram para retração do PIB agropecuário (-3,2%). De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, a produção de grãos, cereais e leguminosas de 2024 foi de 292,7 milhões de toneladas, o que representa recuo de 7,2% em relação a 2023.

De acordo com o IBGE, o comércio varejista ampliado registrou crescimento de 4,1% no ano, com destaque para os setores de super e hipermercados (5,2%) e de artigos farmacêuticos e perfumaria (14,2%). A produção industrial e o setor de serviços apresentaram respectivamente altas de 3,1% e 3,2%, na mesma base de comparação.

A atividade econômica mais aquecida tem favorecido a arrecadação de tributos. A Arrecadação Federal totalizou R\$ 2,7 trilhões em 2024, com crescimento real de 9,6% em relação ao ano passado. O melhor desempenho arrecadatário do ano é explicado pela maior demanda nos setores do comércio e de serviços via contribuição do PIS/Pasep e a Cofins. Além disso, o IRRF de Rendimentos de Capital também contribuiu para a arrecadação, com alta real de 18% decorrente da tributação de fundos de investimento (Lei 14.754/2023).

A atividade econômica aquecida, o câmbio desvalorizado e a alta do preço das commodities agrícolas contribuíram para a elevação dos preços na economia. A inflação IPCA registrou alta de 4,83% em 2024. O resultado ficou, portanto, acima do teto da meta de 4,5%. O conjunto de preços livres, que é mais impactado pelo ciclo econômico, registrou alta acumulada de 4,89% no ano, enquanto o conjunto de preço administrados aumentou 4,66% no mesmo período.

A taxa básica de juros Selic encerrou o ano em 12,25% a.a., decidida na última reunião do ano do Comitê de Política Monetária do Banco Central. A sinalização do Copom foi de que o ritmo de alta de 1,0 p.p. é apropriado para as duas primeiras reuniões de 2025.

Apesar de o gradual aperto das condições financeiras ao longo do ano, o custo do crédito apresentou queda ao longo de 2024. A taxa de juros da carteira de recursos livres encerrou o ano em 53% a.a. para pessoas físicas e em 22,1% a.a. para pessoas jurídicas. O spread bancário para recursos livres ficou em 39,1 p.p. para pessoas físicas e em 8,9 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu R\$ 6,4 trilhões, aumento de 10,9% no ano. A carteira de recursos livres avançou 10,6% ao ano e a de recursos direcionados, 11,4%, na mesma base de comparação. Por fim, a taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas aumentou 5,3% e, para pessoas jurídicas, 2,5%.

Em relação ao setor externo, a balança comercial registrou superávit de R\$ 74,5 bilhões no ano, de acordo com o MDIC. O resultado representa queda de 24,62% em relação a 2023. As exportações recuaram 0,78% enquanto as importações avançaram 9%, na mesma base de comparação. O fluxo cambial foi negativo em US\$ 18,6 bilhões em 2024, com o segmento comercial registrando entrada líquida de US\$ 69 bilhões e o segmento financeiro com fluxo negativo em US\$ 87,6 bilhões.

A valorização do Dólar Global somada às incertezas fiscais interrompeu a dinâmica positiva do Real observada em 2023. No ano, o Real acumulou depreciação de 27,2% com cotação de R\$6,177/US\$ no final do ano.

No cenário internacional, as incertezas persistiram, especialmente quanto ao final do ciclo de afrouxamento da política monetária nos Estados Unidos, uma vez que as perspectivas para a atividade econômica se mantiveram positivas.

O mercado de trabalho norte-americano se mostrou resiliente, principalmente no setor de serviços. Além disso, o ritmo de crescimento dos salários – em torno de 4% – é forte com relação à meta para a inflação de 2% no longo prazo. A Fed Funds Rate recuou para 4,50% em dezembro de 2024 e o dólar global (DXY) valorizou 6,11% no ano.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Para 2025, o cenário é desafiador. O ambiente internacional mais incerto com a nova administração nos EUA e o acúmulo de incertezas locais – fiscais, políticas e quanto à dinâmica da inflação – exigem cautela. Para a atividade econômica, esperamos expansão do PIB de 2025 entre 2,0% e 2,5%, com destaque para o setor agropecuário, que deve crescer entre 7% e 10%.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R\$ Milhões)	2023	2024	Variação
Receita Líquida Operacional	552,0	1.019,8	84,7%
Receita Líquida com Juros e Similares	203,8	470,5	130,9%
Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)	318,0	142,3	(55,2%)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(16,3)	346,9	(2.231,9%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	46,5	60,0	28,9%
Despesas Administrativas	(329,5)	(347,5)	5,5%
Depreciações e Amortizações	(5,4)	(14,7)	173,4%
Provisões (líquidas)	6,3	6,5	2,9%
Resultado na alienação de bens	12,8	10,8	(15,9%)
Lucro Líquido operacional antes da tributação	250,3	17,3	(93,1%)
Imposto de renda e contribuição Social	(72,6)	84,4	(216,3%)
Lucro Líquido Contábil	177,7	101,7	(42,7%)

Ano marcado pela contínua diversificação de nossos negócios, pelo atingimento do recorde de lucro no período e pela melhora expressiva na rentabilidade do Banco. Crescemos as carteiras de crédito de Grandes Empresas e de Varejo Colateralizado e expandimos nosso *funding*. Seguimos construindo negócios escaláveis e resilientes, gerando resultados sustentáveis para atender os nossos clientes em diferentes momentos do ciclo econômico.

- A Receita líquida operacional somou R\$1,0 bilhão em 2024, aumento de 84,7% em relação a 2023. Esse aumento reflete principalmente a maior receita líquida com Juros similares que avançou 130,9% quando comparado com o ano de 2023.
- As despesas administrativas totalizaram R\$347,5 milhões em 2024, um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, explicado, principalmente: (i) pelo investimento em processos e tecnologia.
- O lucro líquido Contábil totalizou R\$101,7 milhões em 2024.
- A carteira de crédito expandida totalizou R\$14,3 bilhões no período, um crescimento de 48,8% em relação a dezembro de 2023, devido, principalmente à contínua expansão de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado e ao crescimento da carteira de Grandes Empresas.
- Destaque para a maior diversificação através da consolidação em operações públicas de letras financeiras subordinadas e do maior volume de debêntures financeiras vinculadas a cessões e de instrumentos incentivados. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agência de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

A agência S&P elevou o *rating* do banco de 'brA- ', para 'brA', com perspectiva estável. A agência destaca que: “O Banco Pine se diferencia de seus pares por conseguir expandir seus negócios continuamente em conjunto com seus lucros, sem apresentar deterioração significativa da qualidade de crédito da carteira ou das métricas de capital regulatórias.”

A agência Moody's elevou o *rating* do banco de 'BBB+', para 'brA', com perspectiva estável. A agência destaca que “A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos.”

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****4. RECURSOS HUMANOS**

O Banco Pine é uma instituição financeira que atua no mercado há mais de 25 anos, destacando-se por financiar e assessorar médias e grandes empresas. Somos focados na eficiência das operações, na agilidade dos negócios e na antecipação de soluções aos nossos clientes.

Para nós, estabelecer relações com vínculo de longo prazo são primordiais e, o pilar da confiança é fundamental. Somos assertivos e alinhados aos objetivos do banco, identificamos e avaliamos os eventuais riscos envolvidos no dia a dia. Estimulamos a liderança e empreendedorismo, explorando a inspiração, persistência e aprendizado contínuo. Cada item destacado permeia nossa cultura que, com solidez, vem acompanhando os passos, conquistas e resultados sustentáveis do Banco Pine ao longo de cada trimestre.

Diante deste contexto, a área de Recursos Humanos é fundamental para apoiar a execução da estratégia do negócio por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores consultorias especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Distribuição de Proventos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.615, à base de R\$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.852, à base de R\$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R\$35.126, à base de R\$0,159371, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.890, à base de R\$0,0766333, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 21 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.116, à base de R\$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

Alterações de Capital em 2024

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 ("Oitavo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, foi deliberado sobre a homologação parcial do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.252, mediante emissão de 5.926.213 novas ações nominativas, sendo 5.598.076 ordinárias e 328.137 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência da deliberação do Conselho de Administração em reunião 03 de outubro de 2024 e de acordo com as características e condições estabelecidas no Aviso aos Acionistas divulgado em 03 de outubro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 03 de dezembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R\$21.341 e, no máximo, R\$29.857, mediante a emissão de, no mínimo, 4.817.368 ações, sendo 4.627.167 ações ordinárias e 190.201 ações preferencias, e, no máximo, 6.739.760 novas ações, sendo 6.308.409 ações ordinárias e 431.351 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R\$4,43 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 10 de outubro de 2024, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco foi realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital foi levado à aprovação do Bacen. Na mesma reunião, foi aprovada a emissão de Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, sendo emitido a quantidade de 3.369.880 ações ordinárias e 3.369.880 preferenciais. O preço de exercício é de R\$8,86. Cada um dos Bônus de Subscrição poderá ser exercido por seu titular, nos períodos compreendidos entre 06 de março de 2025 a 31 de março de 2028, segregados em 13 períodos. Após o término do 13º Período de Exercício, os Bônus de Subscrição que não forem exercidos serão extintos de pleno direito. As ações ordinárias e preferenciais emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição serão em tudo idênticas às ações ordinárias e preferenciais já existentes e participarão de forma integral em quaisquer dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados após a aprovação pelo Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.901, mediante emissão de 13.450.704 novas ações nominativas, sendo 4.483.568 ordinárias e 8.967.136 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 ("Sétimo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$222, mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2024, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.327.961	205.863
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		8.632.605	7.227.556
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		6.324.833	6.237.273
Instrumentos de dívida	7	1.552.621	2.510.363
Instrumentos de capital	7	706	218
Instrumentos financeiros derivativos	8	3.063.701	1.877.228
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.734.827	1.849.464
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(27.022)	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		2.307.772	990.283
Instrumentos de dívida	7	2.364.597	990.283
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(56.825)	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		13.677.395	11.254.097
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	127.480	437.680
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	8.424.404	6.212.022
Instrumentos de dívida	7.a	5.568.396	4.801.743
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(442.885)	(197.348)
Outros ativos		1.530.079	1.196.285
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	848.318	728.811
Outros		681.761	467.474
Devedores por depósitos em garantia	12	76.896	99.615
Impostos a compensar		191.660	178.015
Outros ativos	13	413.205	189.844
Participações em coligadas	14	44.518	21.749
Ativos Fiscais	40.e	675.382	584.514
Imobilizado	15	82.598	40.712
Intangível	16	23.944	18.205
Total do ativo		26.994.482	20.548.981

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros		25.183.695	19.285.921
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		2.076.741	2.199.505
Instrumentos financeiros derivativos	8	2.076.741	2.199.505
Passivos financeiros ao custo amortizado		23.106.954	17.086.416
Depósitos de instituições financeiras	17	895.529	658.792
Depósitos de clientes	18	15.505.071	11.262.085
Captações no mercado aberto	19	4.986.117	4.046.998
Obrigações por títulos e valores mobiliários	20	990.016	726.894
Obrigações por empréstimos e repasses	21	44.898	-
Dívidas subordinadas	22	618.602	348.173
Outros passivos financeiros	23	66.721	43.474
Provisões	24	39.768	60.588
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		39.768	60.588
Obrigações Fiscais	25	9.313	7.526
Outras		9.313	7.526
Outros Passivos	26	689.789	213.047
Total do passivo		25.922.565	19.567.082
Patrimônio Líquido	27	1.071.917	981.899
Capital social - País		823.811	723.468
Capital social - Exterior		128.867	128.867
(-) Ações em Tesouraria		(20.406)	(6.844)
Outros resultados abrangentes		(3.610)	(7.050)
Reservas de capital		5.117	4.127
Reservas de lucros		134.038	139.331
Participação de não-controladores		4.100	-
Total do passivo e patrimônio líquido		26.994.482	20.548.981

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas com juros e similares	29	2.804.435	2.041.828
Despesas com juros e similares	30	(2.333.900)	(1.838.048)
Receita líquida com juros e similares		470.535	203.780
Receitas de tarifas e comissões	31	80.648	51.718
Despesas de tarifas e comissões	32	(67.329)	(42.371)
Resultado de equivalência patrimonial	14	22.949	4.644
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		142.346	317.999
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		137.071	356.175
Instrumentos de dívida	33.a	(6.110)	38.556
Instrumentos de capital	33.a	19.773	72.252
Instrumentos financeiros derivativos	8.i e 33.b	123.408	245.367
Variações cambiais	34	5.275	(38.176)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(346.881)	(16.271)
Empréstimos e adiantamentos a clientes		(281.446)	(544)
Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado		(65.435)	(15.727)
Outras receitas (despesas) operacionais	35	59.995	46.541
Receita líquida operacional		362.263	566.040
Despesas administrativas		(347.508)	(329.499)
Despesas com pessoal	36	(164.869)	(152.133)
Despesas tributárias		(33.656)	(59.928)
Outras despesas administrativas	37	(148.983)	(117.438)
Depreciações e amortizações		(14.745)	(5.394)
Provisões líquidas	38	6.512	6.326
Resultado na alienação de bens	39	10.775	12.815
Lucro líquido operacional antes da tributação		17.297	250.288
Imposto de renda e contribuição social	40.a	84.437	(72.588)
Lucro líquido do exercício		101.734	177.700
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores		101.438	177.700
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não-controladores		296	-
Lucro líquido por ação do exercício			
Lucro Líquido básico e diluído por ação do exercício			
Ações ordinárias		0,44	0,95
Ações preferenciais		0,44	0,95
Lucro Líquido atribuído/diluído do exercício			
Ações ordinárias		51.345	93.245
Ações preferenciais		50.389	84.455
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		115.953.618	98.007.123
Ações preferenciais		113.794.003	88.769.028

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R\$)



		01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
	Nota		
Lucro Líquido do exercício		101.734	177.700
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	28	5.047	(1.273)
Variação de valor justo		8.699	(2.113)
Efeito fiscal		(3.652)	840
Hedges fluxo de caixa		-	(28)
Variação de valor justo		-	(50)
Efeito fiscal		-	22
Outros		(1.607)	41
Resultado abrangente do exercício		105.174	176.440

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Reservas de lucros							de não controladores	Total Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reservas de capital	Legal	Estatutária	Ações em Tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		851.665	-	1.760	21.971	-	(5.790)	-	-	869.606
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	177.700	-	177.700
Outros resultados abrangentes	28	-	-	-	-	-	(1.260)	-	-	(1.260)
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	(2.113)	-	-	(2.113)
Hedges fluxos de caixa		-	-	-	-	-	(50)	-	-	(50)
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	862	-	-	862
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	41	-	-	41
Outras mutações do patrimônio líquido		670	4.127	-	(900)	(6.844)	-	-	-	(125.347)
Aumento de capital	27.a	670	-	-	-	-	-	-	-	670
Aquisição de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(6.844)	-	-	-	(6.844)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	4.127	-	-	-	-	-	-	4.127
Outros ajustes		-	-	-	(900)	-	-	-	-	(900)
Destinações		-	-	8.885	107.615	-	-	(177.700)	-	(61.200)
Reserva legal	27.c	-	-	8.885	-	-	-	(8.885)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	-	-	-	(61.200)	-	(61.200)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	107.615	-	-	(107.615)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		852.335	4.127	10.645	128.686	(6.844)	(7.050)	-	-	981.899
Saldos em 31 de dezembro de 2023		852.335	4.127	10.645	128.686	(6.844)	(7.050)	-	-	981.899
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	101.438	-	101.438
Outros resultados abrangentes	28	-	-	-	-	-	3.440	-	-	3.440
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	8.699	-	-	8.699
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	(3.652)	-	-	(3.652)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(1.607)	-	-	(1.607)
Outras mutações do patrimônio líquido		100.343	990	-	-	(13.562)	-	-	4.100	91.871
Aumento de capital	27.a	100.343	-	-	-	-	-	-	-	100.343
Participação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	4.100	4.100
Aquisição de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(28.132)	-	-	-	(28.132)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	990	-	-	14.570	-	-	-	15.560
Destinações		-	-	5.072	(10.365)	-	-	(101.438)	-	(106.731)
Reserva legal	27.c	-	-	5.072	-	-	-	(5.072)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	(35.126)	-	-	(68.474)	-	(103.600)
Dividendos	27.e	-	-	-	-	-	-	(3.131)	-	(3.131)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	24.761	-	-	(24.761)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		952.678	5.117	15.717	118.321	(20.406)	(3.610)	-	4.100	1.071.917

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido ajustado do exercício		497.750	243.902
Lucro Líquido do exercício		101.734	177.700
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		136.167	(16.625)
Depreciação e Amortização		14.745	5.394
Impostos diferidos		(94.196)	67.070
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		346.881	16.271
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)		(6.512)	(6.326)
Pagamento baseado em ações		21.880	5.062
Resultado de equivalência patrimonial		(22.949)	(4.644)
Variação de ativos e passivos operacionais		1.533.122	(445.910)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA (Instrumentos de dívida e de capital)		(409.769)	(2.407.080)
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		(1.282.215)	9.532
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		310.200	(250.607)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(1.795.383)	(2.541.276)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)		(1.113.534)	907.519
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		(119.507)	135.510
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		22.719	(38.319)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		(13.645)	(122.874)
(Aumento) Redução de Outros ativos		(243.245)	(17.513)
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.328	121.144
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		236.737	606.285
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		4.242.986	2.141.719
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		939.119	103.503
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		263.122	726.894
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		44.898	(14.781)
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		23.247	12.290
Aumento (Redução) de Provisões		(14.308)	43.807
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		1.787	2.079
Aumento (Redução) de Outras obrigações		436.585	136.258
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		2.030.872	(202.008)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(37.844)	(22.183)
(Aquisição) Alienação de intangível		(10.456)	-
Aumento de capital em coligadas	14	(8.332)	-
Dividendos recebidos no período	14	6.605	-
(Aquisição)/Alienação de investimentos em coligadas, controladas e outros		1.404	-
(Aquisição) de outros investimentos		(3)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		(48.626)	(22.183)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		100.343	670
Aumento (Redução) em obrigações por dívidas subordinadas		287.004	143.754
Venda (Aquisição) de ações em tesouraria		(28.132)	(6.844)
Juros sobre o capital próprio pagos		(83.196)	(25.710)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		276.019	111.870
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.258.265	(112.321)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	205.863	301.559
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(136.167)	16.625
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	2.327.961	205.863

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A. e Controladas
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 17 de março de 2025, as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, de 31 de dezembro de 2024, pela Diretoria do Pine.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

b) Novas normas e interpretações em vigor em períodos futuros:

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. É opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma se aplica a períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2027. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos.

Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Trata de questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As emendas são efetivas para períodos de relatório iniciados em ou após 1º Janeiro de 2026. O Banco Pine está avaliando os impactos.

IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis: Se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Pine não identificou impactos materiais.

c) Normas e interpretações que entraram em vigor após 1º de janeiro de 2024

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: as alterações tem o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. O Banco Pine não identificou impactos.

IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. O Banco Pine não identificou impactos.

IFRS 16 – Arrendamentos: esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. O Banco Pine não identificou impactos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Banco Pine.

Consolidação

O Banco Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

A consolidação inclui Fundos de Investimento, nos quais o Banco Pine possui retenção substancial de risco e benefícios de suas cotas e sobre os quais o Banco Pine está exposto, ou tem direito a retornos variáveis e capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, com exceção dos Fundos de Investimentos mencionados a seguir, que não atingem esses critérios de consolidação:

- (i) Fiagro Imobiliário ID Goiana
(ii) PFC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado
(iii) Cotribá Fiagro-Direitos Creditórios

Em maio de 2023, o Banco Pine deixou de ser controlador do Fiagro Imobiliário ID Goiana e sua participação passou a ser de 49,84%, mediante venda de cotas, portanto deixou de ser consolidado a partir dessa data.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine estruturou operações de cessão e securitização com o mercado, cujos montantes foram eliminados para fins de consolidação da Demonstração Financeira.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

	Atividades	Participação no capital (%)	
		31/12/2024	31/12/2023
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ⁽⁸⁾	Assessoria	99,9800	100,0000
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ⁽⁶⁾	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽⁹⁾	Intermediação de Negócios	99,9800	100,0000
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	Imobiliária	100,0000	100,0000
Chimera Alternative Assets I FIDC ⁽¹⁾	Fundo de investimentos	95,0000	100,0000
Correspondente Banqueiro Consignado INSS FIDC – Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	100,0000	100,0000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda. ⁽⁴⁾	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	100,0000
Pine Holding S.A. ⁽⁷⁾	Holding de instituições não-financeiras	99,0000	-
Coligadas - Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial			
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ⁽²⁾	Intermediação de Negócios	50,2900	40,0000
BYX Capital Ltda. ⁽³⁾	Intermediação de Negócios	32,7400	30,0000

(1) Em fevereiro de 2023, o Banco Pine se tornou cotista da Chimera Alternative Assets I FIDC, mediante cessão.

(2) Em 28 de março de 2024, a BYX Produtos S.A. teve sua razão social alterada para Amigoz Ltda.

(3) Em 29 de junho de 2023, o Banco Pine adquiriu 1.285.715 ações ordinárias da empresa Byx Capital S.A. ("Byx"), com ágio registrado no montante de R\$15.759, representando 30% do capital social da Companhia, passando a mensurar o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

(4) Em 26 de dezembro de 2023, o Bacen aprovou a participação do Banco Pine em uma sociedade do Conglomerado, constituída sob a denominação Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda, cujo objeto social é (i) a comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (ii) assessoria e consultoria na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (iii) a intermediação de negócios na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; e (iv) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista que possuam como objeto social atividades complementares e/ou sinérgicas ao objeto social da Sociedade; os ativos ambientais aqui mencionados compreendem, mas não se limitam a, Créditos de Carbono, Créditos de Descarbonização ("CBIOS"). O tempo de duração da Sociedade é indeterminado. O Banco Pine é sócio único, com 100% das quotas sociais.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



- (5) Em instrumento particular datado de 22 de maio de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.
- (6) Em Alteração Contratual datada de 30 de julho de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$6.300, mediante emissão de 9.130.435 novas cotas.
- (7) Em Assembleia Geral de Constituição datada de 24 de maio de 2024, foi deliberado sobre a constituição da Pine Holding S.A. e a subscrição de 100 ações ordinárias, totalizando R\$100 reais. O Banco Pine subscreveu 99 ações ordinárias nominativas, totalizando o montante de R\$99 reais.
- (8) Em instrumento particular datado de 1º de outubro de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

(v) Ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo. São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para venda", deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação. O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidas pela Administração.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Bacen.

f) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do consolidado determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior.

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Banco Pine, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
 - Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.
- Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em "outros resultados abrangentes".
- Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em "Resultado de ativos e passivos financeiros mensurados através de Valor Justo no Resultado (VJR)".

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



i) Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

k) Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Pine são efetuadas de acordo com o IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Banco Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteadada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Banco Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros") - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja gerido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representem fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em "Receitas com juros".

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação à mercado, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mensurados ao valor justo no resultado (VJR)

Um ativo financeiro é classificado como valor justo no resultado (VJR), se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou

- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Pine classificou instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e instrumentos financeiros derivativos como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR), que atendem aos critérios apresentados acima.

Em 31 de dezembro de 2024, o Pine também classificou empréstimos e adiantamentos a clientes como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR). Essa classificação, refere-se a parte da carteira do segmento de varejo, em que a Administração definiu em modelo de negócios, com o objetivo de vender esses ativos financeiros, antes do vencimento contratual. Essa parte da carteira do segmento de varejo foi apurada através do histórico de cessões de operações de crédito do segmento de varejo.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F) e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados determinados instrumentos de dívida de companhias de capital fechado, em situação de discussão judicial, classificados como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e empréstimos e adiantamentos a clientes, classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (VJR). Não existem derivativos classificados no nível 3.

Categoria	Tipo de Ativo/Passivo	Técnicas de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de inflação	Discounted cash flow	Taxa de Cupom Cambial de IGPM
	Swap de taxa de juros	Discounted cash flow	Taxa pré-fixadas Cambial de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IDI
	Opções de moedas	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Títulos privados	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")
	Empréstimos e adiantamentos a clientes (VJR)	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	1.553.327	3.036.679	1.734.827
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	168.370	2.049.017	90.385
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.076.741	-
			2.076.741

	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	2.510.581	1.877.228	1.849.464
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	270.795	629.103	90.385
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.199.505	-
			990.283
			2.199.505

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

A tabela a seguir mostra as movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor justo em 31/12/2023	Adições/(Baixas)	Valor justo em 31/12/2024
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	1.849.464	(114.637)	1.734.827
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	90.385	-	90.385

	Valor justo em 31/12/2022	Adições/(Baixas)	Valor justo em 31/12/2023
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	-	1.849.464	1.849.464
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	107.916	(17.531)	90.385

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve transferência entre os níveis.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



I) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo, conforme quadro abaixo:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	2.327.961	2.327.961	205.863	205.863
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	127.480	127.480	437.680	437.680
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱⁱ⁾	10.725.214	8.424.404	5.149.684	6.212.022
Instrumentos de dívida ^{(ii) (iv)}	6.057.019	5.568.396	5.085.127	4.801.743
Total dos ativos financeiros	19.237.674	16.448.241	10.878.354	11.657.308
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	895.529	895.529	658.792	658.792
Depósitos de clientes ^(iv)	15.085.059	15.505.071	11.207.118	11.262.085
Captações no mercado aberto ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.986.117	4.986.117	4.046.998	4.046.998
Obrigações por títulos e valores mobiliários ^(iv)	845.406	990.016	726.894	726.894
Obrigações por empréstimos e repasses ^(iv)	46.480	44.898	-	-
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	66.721	66.721	43.474	43.474
Dívidas subordinadas ^(iv)	652.250	618.602	340.049	348.173
Total dos passivos financeiros	22.577.562	23.106.954	17.023.325	17.086.416

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- (i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.
- (ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes, instituições financeiras e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- (iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.
- (iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem colação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- (v) Reclassificação de instrumentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve reclassificação de categoria de instrumentos de dívida de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR) para ativos financeiros ao custo amortizado. Não houve impactos no resultado decorrentes da reclassificação realizada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve reclassificação de categoria.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias. A diferença entre o valor contábil do ativo original e o montante recebido é reconhecida no resultado.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas".

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 45.i.

O Pine estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 45.i.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: Operações em curso normal. Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: Operações com atraso acima de 30 dias. Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: Operações com atraso acima de 90 dia e instrumentos financeiros deteriorados ou ativos problemáticos. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default – EAD*): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default – LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 45.h.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: A PE para limites utilizados é calculada através da PE vida. Para os limites concedidos e não utilizados, calculamos a PE através da PE vida aplicando o fator de conversão de crédito estimando a parcela do limite concedido passivo a utilização ao longo da vigência do limite.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- CDI; e
- PIB.

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Pine considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do exercício.

Hedge de risco de mercado

Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como "mantido para a venda", o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes, tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores, são considerados como ativos não correntes "mantidos para a venda", se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para a venda", deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidas pela Administração.

p) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

- Veículos: 5 anos
- Sistemas de computação: 5 anos
- Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O Banco arrenda, predominantemente, ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários, imobiliários e transporte, referentes ao mecanismos de funcionamento de seu negócio.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data (Nota 14).

q) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e projetos desenvolvimentos internamente. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

r) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

s) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

t) Impairment de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount*, que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

u) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

v) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

w) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

x) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

y) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

z) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Pine não possuía instrumentos com potencial de diluição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis e intangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Banco Pine se posicionou nas seguintes áreas de negócios:

Atacado: O segmento possui produtos tradicionais de crédito e como parte do modelo de negócios, cada *officer* de originação do Banco Pine possui determinado número de grupos econômicos em sua carteira de clientes.

Empresas

As operações de empréstimos corporativos são "colateralizadas", com diversos tipos de garantias, como alienação fiduciária de produtos e de imóveis, recebíveis e aplicações financeiras.

Mesa de Clientes

A Mesa de Clientes atua, principalmente, estruturação de produtos que permitem o gerenciamento de suas exposições às variações de preços de moedas, juros, commodities e no fechamento de câmbio.

Operações Estruturadas e Parcerias

Operações Estruturadas e Parcerias são compostas por: (i) Mercado de Capitais e Crédito Estruturado, atuando como participantes especiais em emissões de dívida em parceria com securitizadoras e empresas parceiras; (ii) Parcerias: parceiros estratégicos na originação de Crédito, Operações Estruturadas, Derivativos e Câmbio, através de fintechs, gestoras, agentes autônomos e securitizadoras; e (iii) Ativos Imobiliários: desenvolvimento, lançamento e comercialização de ativos imobiliários.

Tesouraria e Captação

Responsável pela gestão de ativos e passivos (ALM) do Banco Pine, pela captação de recursos e distribuição e pelos livros de *Booking* e *Trading*.

Varejo: Segmento baseado em parcerias e acordos de *funding* com *fintechs* e instituições financeiras na Gestão de Portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado, em linhas de produtos de baixo risco como antecipação do FGTS e Créditos Consignados.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	31/12/2024		31/12/2023	
	Atacado	Varejo	Atacado	Varejo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.327.961	-	182.467	23.396
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado (VJR)	4.590.006	1.734.827	4.387.809	1.849.464
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.307.772	-	990.283	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	8.120.458	5.556.937	8.422.858	2.831.239
Ativos não correntes para venda	848.318	-	728.811	-
Outros ativos	599.751	82.010	404.843	62.631
Participações em coligadas	-	44.518	-	21.749
Ativos Fiscais	386.392	288.990	382.395	202.119
Imobilizado	82.598	-	40.712	-
Ativo Intangível	23.944	-	18.205	-
Total do ativo	19.287.200	7.707.282	15.558.383	4.990.598
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	2.076.741	-	2.199.505	-
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	23.106.954	-	17.086.420	-
Provisões	39.768	-	60.588	-
Passivos Fiscais	9.313	-	7.526	-
Outros passivos	534.037	155.752	208.688	4.355
Patrimônio Líquido	711.217	360.700	611.716	370.183
Total do passivo	26.478.030	516.452	20.174.443	374.538

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA	31/12/2024			31/12/2023		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Receitas com juros e similares	1.646.361	1.158.074	2.804.435	1.323.456	718.372	2.041.828
Despesas com juros e similares	(1.737.640)	(596.260)	(2.333.900)	(1.516.197)	(321.851)	(1.838.048)
Receitas de tarifas e comissões	80.648	-	80.648	51.718	-	51.718
Despesas de tarifas e comissões	(67.329)	-	(67.329)	(42.371)	-	(42.371)
Resultado de equivalência patrimonial	-	22.949	22.949	-	4.644	4.644
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)	469.024	(331.953)	137.071	242.098	114.077	356.175
Variações cambiais (líquidas)	6.441	(1.166)	5.275	(38.176)	-	(38.176)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(199.915)	(146.966)	(346.881)	(10.546)	(5.725)	(16.271)
Outras receitas (despesas) operacionais	66.905	(6.910)	59.995	36.555	9.986	46.541
Receita líquida operacional	264.495	97.768	362.263	46.537	519.503	566.040
Despesas Administrativas	(204.674)	(142.834)	(347.508)	(210.578)	(118.921)	(329.499)
Depreciações e Amortizações	(13.127)	(1.618)	(14.745)	(4.908)	(486)	(5.394)
Provisões líquidas	6.682	(170)	6.512	6.495	(169)	6.326
Resultado na alienação de bens	10.775	-	10.775	12.815	-	12.815
Lucro líquido (Prejuízo) operacional antes da tributação	64.151	(46.854)	17.297	(149.639)	399.927	250.288
Imposto de renda e contribuição social	47.066	37.371	84.437	(47.488)	(25.100)	(72.588)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	111.217	(9.483)	101.734	(197.127)	374.827	177.700

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades (Caixa)	78.541	63.311
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 6) ⁽¹⁾	2.249.420	142.552
Total	2.327.961	205.863

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujos vencimentos na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	127.480	437.680
Total	127.480	437.680
Tipo:		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	127.480	436.371
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	1.309
Total	127.480	437.680

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das aplicações em Depósitos Vinculados ao Crédito Rural, que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão compostos como segue:

Classificação	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	1.552.621	1.714.227	(161.606)	2.510.363	2.471.910	38.453
Instrumentos de capital	706	706	-	218	218	-
Total	1.553.327	1.714.933	(161.606)	2.510.581	2.472.128	38.453
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	2.364.597	2.368.224	(3.627)	990.283	1.000.220	(9.937)
Total	2.364.597	2.368.224	(3.627)	990.283	1.000.220	(9.937)
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	5.568.396	5.568.396	-	4.801.743	4.801.743	-
Total	5.568.396	5.568.396	-	4.801.743	4.801.743	-
Total Geral	9.486.320	9.651.553	(165.233)	8.302.607	8.274.091	28.516

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

Papel/Vencimento	31/12/2024							31/12/2023	
	Valor de Mercado/Contábil							Total	Valor
	Vencidos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	de Curva
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado									
Ações de companhias abertas	-	706	-	-	-	-	-	706	706
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	763.134	763.134	924.673
Debêntures	-	-	-	-	-	789.487	-	789.487	789.554
Total	-	706	-	-	-	789.487	763.134	1.553.327	1.714.933
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Eurobonds	-	-	-	-	4.271	-	-	4.271	4.271
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	8.774	11.574	14.552	34.900	34.868
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	20.471	28.149	18.229	66.849	66.941
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	317.111	317.111	317.111
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	-	-	1.099.513	41.260	25.055	1.165.828	1.165.218
Cédula do produto rural	-	-	7.124	189.545	126.349	284.250	-	607.268	611.437
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	110.744	-	-	440	-	111.184	111.183
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	57.186	-	-	-	-	57.186	57.195
Total	-	-	175.054	189.545	1.259.378	365.673	374.947	2.364.597	2.368.224
Instrumentos financeiros ao custo amortizado									
Nota Comercial	114.843	-	16.394	846.153	253.751	376.033	-	1.607.174	1.607.174
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	241.171	201.936	2.710.959	746.672	60.484	3.961.222	3.961.222
Total	114.843	-	257.565	1.048.089	2.964.710	1.122.705	60.484	5.568.396	5.568.396
Total Geral	114.843	706	432.619	1.237.634	4.224.088	2.277.865	1.198.565	9.486.320	9.651.553

Papel/Vencimento	31/12/2023							31/12/2023	
	Valor de Mercado/Contábil							Total	Valor
	Vencidos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	de Curva
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado									
Ações	-	218	-	-	-	-	-	218	218
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	9.049	-	-	1.048.748	1.057.797	1.018.810
Nota comercial	-	-	227.134	-	-	-	441.060	668.194	672.451
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	4.982	-	4.982	5.019
Debêntures	-	-	-	-	-	-	779.390	779.390	775.630
Total	-	218	227.134	9.049	-	4.982	2.269.198	2.510.581	2.472.128
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Eurobonds	-	-	-	-	180	-	-	180	8.269
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	16.256	-	16.256	16.144
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	49.609	49.609	49.713
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	15.351	236.568	251.919	251.919
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	-	-	67.616	229.891	56.658	354.165	354.236
Nota comercial	-	-	1.358	-	-	-	-	1.358	1.400
Cédula do produto rural	-	-	-	33.820	12.181	-	-	46.001	46.910
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	99.881	-	-	99.881	99.882
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	49.978	-	-	-	-	49.978	49.992
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	22.994	86.927	11.015	-	120.936	121.755
Total	-	-	51.336	56.814	266.785	272.513	342.835	990.283	1.000.220
Instrumentos financeiros ao custo amortizado									
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	8.710	8.710	8.710
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	329.953	-	-	-	-	329.953	329.953
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	462.496	1.053.118	2.387.972	559.494	4.463.080	4.463.080
Total	-	-	329.953	462.496	1.053.118	2.387.972	568.204	4.801.743	4.801.743
Total Geral	-	218	608.423	528.359	1.319.903	2.665.467	3.180.237	8.302.607	8.274.091

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, inclui debêntures no montante de R\$25.070, que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	31/12/2024		31/12/2023		
	Curto	Longo		Curto	Longo
Instrumentos financeiros derivativos	Prazo	Prazo	Total	Prazo	Prazo
Total					
ATIVO					
Swap - diferencial a receber	753.030	1.489.287	2.242.317	11.817	1.676.903
Contratos a termo - a receber	686.727	90.095	776.822	106.772	44.185
Prêmios de opções a exercer	2.184	42.378	44.562	22.740	14.811
Total a receber	1.441.941	1.621.760	3.063.701	141.329	1.735.899
PASSIVO					
Swap - diferencial a receber	(161.226)	(1.855.133)	(2.016.359)	(3.820)	(2.050.040)
Contratos a termo - a pagar	(25.047)	(3.860)	(28.907)	(75.906)	(42.047)
Prêmios de opções lançadas	(7.622)	(23.853)	(31.475)	(20.430)	(7.262)
Total a pagar	(193.895)	(1.882.846)	(2.076.741)	(100.156)	(2.099.349)
Valor líquido	1.248.046	(261.086)	986.960	41.173	(363.450)

e) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos de negociação e hedge

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	7.321.897	2.242.317	-		6.221.890	1.688.087	-	
Juros	6.892.059	2.194.712	-		6.120.800	1.672.191	-	
Moeda	429.838	47.605	-		101.090	15.896	-	
Posição passiva:	7.321.897	-	(2.005.985)		6.221.890	-	(2.049.488)	
Juros	7.019.334	-	(2.002.545)		6.019.501	-	(2.045.206)	
Moeda	302.563	-	(3.440)		202.389	-	(4.282)	
Valor líquido		2.242.317	(2.005.985)	164.117		1.688.087	(2.049.488)	68.372
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição passiva:	-	-	-		-	-	-	
Juros	-	-	-		-	-	-	
Moeda	-	-	-		-	-	-	
Valor líquido		-	-	-		-	-	(1.004)
Risco de mercado								
Posição ativa:	-	-	-		186.471	633	(4.372)	
Juros	-	-	-		186.471	633	-	
Moeda	-	-	-		-	-	(4.372)	
Posição passiva:	208.318	-	(10.374)		-	-	-	
Moeda	208.318	-	(10.374)		-	-	-	
Valor líquido		-	(10.374)	(17.305)		633	(4.372)	(8.404)
Valor líquido de Swap		2.242.317	(2.016.359)	146.812		1.688.720	(2.053.860)	58.964
Contratos a termo								
Posição ativa:	11.594.502	776.822	-		8.156.479	150.957	-	
Juros	5.751.234	96.167	-		4.243.815	115.962	-	
Moeda	5.605.717	575.468	-		3.792.947	7.237	-	
Commodities	237.551	105.187	-		119.717	27.758	-	
Posição passiva:	11.594.502	-	(28.907)		8.156.479	-	(117.953)	
Juros	6.182.884	-	(7.687)		3.762.891	-	(6.925)	
Moeda	5.411.618	-	(21.220)		480.924	-	(3.650)	
Commodities	-	-	-		3.912.664	-	(107.378)	
Valor líquido		776.822	(28.907)	625.620		150.957	(117.953)	(23.202)
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	32.285.670	44.562	-		4.362.169	37.551	-	
Juros	105	1.072	-		4.004.000	263	-	
Moeda	32.284.678	9.020	-		301.812	17.726	-	
Commodities	887	34.470	-		56.357	19.562	-	
Prêmios de opções lançadas:	31.928.915	-	(31.475)		4.903.440	-	(27.692)	
Juros	-	-	-		4.004.000	-	(210)	
Moeda	31.928.915	-	(31.475)		869.041	-	(22.098)	
Commodities	-	-	-		30.399	-	(5.384)	
Valor líquido		44.562	(31.475)	39.726		37.551	(27.692)	38.264
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		3.063.701	(2.076.741)	812.158		1.877.228	(2.199.505)	74.026

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	115.793.159	5.089.133	(21.209)		4.479.269	4.852.648	1.278	
Moeda	4.656.793	391.282	(15.643)		2.097.581	575.171	2.645	
Cupom cambial futuro	12.064	5.185.237	14.554		6.485	1.473.791	(6.815)	
Commodities	1.996.934	-	(3.260)		1.100.268	-	1.080	
Total	122.458.950	10.665.652	(25.558)	(1.064.963)	7.683.603	6.901.610	(1.812)	192.958

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	31/12/2024					31/12/2023	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Swap	1.960.891	126.128	3.247.515	1.448.450	747.231	7.530.215	6.408.361
Contratos a termo	8.833.998	1.849.034	911.470	-	-	11.594.502	8.156.479
Opções	23.265	63.770.060	36.260	385.000	-	64.214.585	9.265.609
Futuros	8.049.348	2.769.949	2.087.418	198.603	120.019.284	133.124.602	14.585.213
Total	18.867.502	68.515.171	6.282.663	2.032.053	120.766.515	216.463.904	38.415.662

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	31/12/2024				31/12/2023			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	-	133.124.602	-	-	-	14.585.213
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	132.277.829	-	-	-	13.891.710
Bolsas no exterior	-	-	-	846.773	-	-	-	693.503
Balcão	7.530.215	11.594.502	64.214.585	-	6.408.361	8.156.479	9.265.609	-
Instituições Financeiras	2.457.547	11.594.502	64.214.585	-	990.953	890.487	229.009	-
Empresas	5.072.668	-	-	-	5.417.408	7.265.992	9.036.600	-
Total	7.530.215	11.594.502	64.214.585	133.124.602	6.408.361	8.156.479	9.265.609	14.585.213

i) Hedge Accounting

Hedge de Riscos de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA e LF: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo): O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições de parte da carteira de empréstimos do segmento de varejo pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da carteira de Aplicação - DIR: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das aplicações: (i) DIRs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	208.318	262.651	260.391	(2.260)	297.682	340.029	344.224	4.195
Total	208.318	262.651	260.391	(2.260)	297.682	340.029	344.224	4.195
Objeto de Hedge								
Captações CDB	189.197	262.651	256.537	(6.114)	225.144	283.351	280.028	(3.324)
Captações LCA	-	-	-	-	50.000	56.678	57.124	447
Captações LCI	48.218	55.703	52.279	(3.424)	-	-	-	-
Total	237.415	318.354	308.816	(9.538)	275.144	340.029	337.152	(2.877)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	3.204.530	3.206.385	3.206.415	30	1.864.576	1.722.148	1.726.303	4.155
Futuros (DAP)	1.996.934	1.996.934	1.996.934	-	1.071.813	849.480	1.074.819	225.339
Total	5.201.464	5.203.319	5.203.349	30	2.936.389	2.571.628	2.801.122	229.494
Objeto de Hedge								
Captações CDB	3.808.455	5.203.145	4.674.971	(528.174)	1.919.508	2.550.628	2.421.694	(128.934)
Captações LCA	6.006	6.764	6.266	(498)	135	138	132	(6)
Captações LF	80.000	94.092	60.074	(34.018)	20.000	21.000	23.879	2.879
Total	3.894.461	5.304.001	4.741.311	(562.690)	1.939.643	2.571.766	2.445.705	(126.061)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	-	-	-	-	348.004	348.144	347.913	(231)
Total	-	-	-	-	348.004	348.144	347.913	(231)
Objeto de Hedge								
Aplicações DIR	-	-	-	-	320.000	337.679	338.988	1.309
Total	-	-	-	-	320.000	337.679	338.988	1.309
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	4.506.502	4.509.033	4.509.090	57	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)
Total	4.506.502	4.509.033	4.509.090	57	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)
Objeto de Hedge								
Consignado INSS	2.811.185	4.001.622	3.652.435	(349.187)	2.388.344	2.677.583	2.752.891	75.308
Consignado INSS GDF	285.555	270.741	249.165	(21.576)	299.940	322.075	326.346	4.271
Consignado FGTS	150.306	597.605	559.337	(38.268)	590.644	667.052	694.992	27.940
Total	3.247.046	4.869.968	4.460.937	(409.031)	3.278.928	3.666.710	3.774.229	107.519

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

	31/12/2024	
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.593	17.151
	12.442	
	31/12/2023	
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro
Instrumentos Financeiros Derivativos	88.713	15.657
	73.056	

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	Valor Contábil	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo Amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e recebíveis	7.972.212	5.523.866
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito ⁽¹⁾	399.334	201.194
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽³⁾	(339.496)	67.737
(-) Provisão para perdas esperadas	(389.456)	(132.098)
Títulos com risco de crédito		
Ativos financeiros ao custo amortizado	392.354	419.225
(-) Provisão para perdas esperadas	(52.166)	(36.780)
Total - Custo amortizado	7.982.782	6.043.144
Valor justo no resultado (VJR)		
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e recebíveis ⁽²⁾	1.676.870	1.669.869
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito ⁽¹⁾	127.492	139.813
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽³⁾	(69.535)	39.782
(-) Provisão para perdas esperadas	(27.022)	-
Total - valor justo no resultado (VJR)	1.707.805	1.849.464
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		
Títulos com risco de crédito	4.897.168	2.074.377
(-) Provisão para perdas esperadas	(56.825)	-
Total - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	4.897.168	2.074.377

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



Garantias prestadas e responsabilidades		
Garantias prestadas e responsabilidades	1.010.193	472.394
(-) Provisão para perdas esperadas	(140)	(27.899)
Total - Garantias prestadas e responsabilidades	1.010.053	444.495
Limites de crédito a liberar		
Limites de crédito a liberar	93.316	101.915
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.123)	(571)
Total - Limites de crédito a liberar	92.193	101.344
Total da carteira expandida ajustada ao valor justo	16.159.908	10.710.172
Total da (-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(526.732)	(197.348)
Total da carteira expandida ajustada ao valor justo, líquida de provisão	15.224.145	10.620.343

(1) 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, refere-se ao prêmio pago na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a ser reconhecido na rubrica de receitas com juros e similares da Demonstração do Resultado, em razão da fluência do prazo das operações e da taxa efetiva das referidas operações, no momento de aquisição pelo Banco.
(2) Refere-se a parte da carteira do segmento varejo, classificadas como ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado (VJR), decorrentes da avaliação da Administração sobre o modelo de negócios (Nota 3.k.vii)
(3) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

b) Tipo de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro	1.579.436	1.497.047
Conta corrente garantida	63.406	35.071
Financiamentos	61.898	-
Financiamentos a exportação	10.293	6.950
Financiamento em moeda estrangeira	302.595	566.450
Títulos descontados	16.116	151.753
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	392.354	419.225
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	399.529	525.597
Avais e Fianças Honradas	40.352	3.463
Compras a faturar - cartão de crédito	15.120	-
FGI PEAC ⁽²⁾	231.122	334.552
Empréstimo FGTS ⁽³⁾	344.826	793.270
Consignado ⁽³⁾	7.111.215	3.620.589
Total	10.568.262	7.953.967
Créditos abertos para importação	501.270	91.868
Garantias prestadas	508.923	380.526
Garantias prestadas e responsabilidades	1.010.193	472.394
Títulos de crédito a receber	9.019	-
Instrumentos de dívida privados ⁽⁴⁾	4.897.168	2.074.377
Títulos com risco de crédito	4.906.187	2.074.377
Limites de Crédito a Liberar	93.316	101.915
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽⁵⁾	(409.031)	107.519
Total da carteira expandida ajustada ao valor justo	16.168.927	10.710.172

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda.
(2) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei n° 12.042/20 e Resolução CMN n° 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).
(3) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.
(4) Composto por debêntures, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários, eurobonds e cédula do produto rural (Nota 7.b).
(5) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

c) Por ramo de atividade

	31/12/2024	31/12/2023
Agronegócio	550.647	829.126
Imobiliário	698.461	668.142
Infraestrutura	42.629	81.178
Logística e Transporte	112.222	124.723
Mineração	145.736	151.523
Telecom e TI	17.403	27.498
Indústria	170.045	304.648
Serviços	276.434	318.853
Químico e Petroquímico	143.873	242.418
Energia	4.109	23.477
Comércio	302.494	158.392
Instituição Financeira	23.064	134.759
Saúde e Educação	26.680	36.833
Papel e Celulose	9.310	123.399
Pessoa física	7.912.717	4.453.865
Outros	132.438	275.133
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR)	10.568.262	7.953.967
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(409.031)	107.519
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR) ajustado a valor justo	10.159.231	8.061.486

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

d) Por nível de concentração

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	187.493	1,77	151.523	1,90
2º ao 10º	688.814	6,52	731.774	9,20
11º ao 20º	379.699	3,59	405.963	5,10
21º ao 50º	609.020	5,76	728.645	9,16
51º ao 100º	358.854	3,40	524.573	6,60
Demais devedores	8.344.382	78,97	5.411.489	68,04
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR)	10.568.262	100,01	7.953.967	100,00
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(409.031)		107.519	
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR) ajustado a valor justo	10.159.231		8.061.486	

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

e) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$42.655 (R\$28.361 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

f) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2024 existiam contratos renegociados no valor de R\$279.486 (R\$265.193 em 31 de dezembro de 2023). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



g) Cessões de Crédito

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento atacado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R\$26.904 (R\$111.127 em 31 de dezembro de 2023). Essas cessões geraram um resultado líquido de reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no valor positivo de R\$6.109 (R\$9.614 em 31 de dezembro de 2023). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.734.823, referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$74.649. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.783.551, sendo R\$1.763.793 referentes a Entes Federais e R\$19.758 referentes a Entes Estaduais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$198.859, sendo R\$198.756 referentes a Entes Federais e R\$103 referentes a Entes Estaduais. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações de cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$461.121, com custo de originação de R\$36.293 na aquisição dos créditos e totalizando um valor de venda de R\$497.413. No mesmo período, o Banco Pine efetuou a recompra das operações, anteriormente classificadas como operações sem transferências e com retenção substancial de riscos e benefícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$741.517.

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao custo amortizado	13.442.380	10.864.576	369.331	487.132	308.569	99.737
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	127.480	437.680	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.746.504	5.625.153	369.331	487.132	308.569	99.737
Instrumentos de dívida	5.568.396	4.801.743	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	1.734.827	1.849.464	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.734.827	1.849.464	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros res. abrangentes (VJORA)	2.325.620	931.323	34.192	33.890	4.785	25.070
Instrumentos de dívida	2.325.620	931.323	34.192	33.890	4.785	25.070
Garantias prestadas e responsabilidades	893.128	434.833	-	2.967	117.065	34.594
Limites de crédito a liberar	93.306	101.601	-	14	10	300
Total	16.754.434	12.332.333	403.523	524.003	430.429	159.701

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos.

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

Estágios 1-2-3	31/12/2024				31/12/2023			
	1°	2°	3°	Total	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	124.553	35.432	232.692	392.677	63.075	41.388	64.416	168.879
Títulos de valores mobiliários públicos e privados	413	6	48.526	48.945	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)								
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	32.658	-	24.167	56.825	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)								
Instrumentos financeiros derivativos	-	27.022	-	27.022	-	-	-	-
Garantias prestadas e responsabilidades	64	76	-	140	96	41	27.761	27.898
Limites de crédito a liberar	1.123	-	-	1.123	571	-	-	571
Total Geral	158.811	62.536	305.385	526.732	63.742	41.429	92.177	197.348

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine revisou seus modelos internos de cálculo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 45.i).

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estágios 1-2-3	31/12/2024			
	1°	2°	3°	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	63.742	41.429	92.177	197.348
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(152)	2.035	-	1.883
Estágio 1 para o Estágio 3	(532)	-	131.475	130.943
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(10.595)	25.278	14.683
Estágio 2 para o Estágio 1	663	(2.112)	-	(1.449)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	91	(3.439)	(3.348)
Estágio 3 para o Estágio 1	65	-	(5.609)	(5.544)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	60.695	17.115	44.785	122.595
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	73.385	15.809	60.471	149.665
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(39.055)	(1.236)	(39.753)	(80.044)
Total dos movimentos	95.069	21.107	213.208	329.384
Saldo em 31 de dezembro de 2024	158.811	62.536	305.385	526.732

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no período e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

Estágios 1-2-3	31/12/2023			
	1°	2°	3°	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	38.347	191.736	19.789	249.872
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(162)	1.117	-	955
Estágio 1 para o Estágio 3	(473)	-	21.386	20.913
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(11.999)	18.526	6.527
Estágio 2 para o Estágio 1	897	(28.903)	-	(28.006)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados ou comprados	33.834	16.194	24.303	74.331
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	(3.150)	(26.563)	26.801	(2.912)
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(5.551)	(100.153)	(18.628)	(124.332)
Total dos movimentos	25.395	(150.307)	72.368	(52.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	63.742	41.429	92.177	197.348

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine revisou seus modelos internos de cálculo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 45.i).

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2024	31/12/2023
Bens Não de Uso	850.572	735.551
Provisão para perdas	(2.254)	(6.740)
Total	848.318	728.811

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 31 de dezembro de 2024, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R\$76.896 (R\$99.615 em 31 de dezembro de 2023), representados por depósitos sobre imposto PIS no valor de R\$56.368 (R\$53.951 em 31 de dezembro de 2023) e depósitos judiciais de processos cíveis no valor de R\$3.805, referente a depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida. Parcela substancial deste valor encontra-se em fase de levantamento pela parte contrária, em razão do julgamento definitivo e desfavorável da defesa apresentada no processo. (R\$35.424 em 31 de dezembro de 2023).

13. OUTROS ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos	14.820	9.581
Comissões sobre avais e fianças	31.169	13.635
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	123.125	77.703
Despesas antecipadas	80.182	70.900
Câmbio	65.671	-
Outros recebíveis ⁽¹⁾	98.238	18.025
Total	413.205	189.844

(1) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se, substancialmente, a programas de pagamento baseados em ações transferidas e bloqueadas.

14. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS

	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	31/12/2024 Resultado de participação em coligadas
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ^{(1) (2)}	50,2900	2.680.456	5.330	4.190	1.965	4.327	-
BYX Capital Ltda. ^{(1) (3) (4)}	32,7400	1.403.141	4.286	89.348	71.639	39.842	22.949
Total					73.604	44.169	22.949

	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	31/12/2023 Resultado de participação em coligadas
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.)	40,0000	6.668	17	(3.087)	(4.622)	1.494	(614)
BYX Capital Ltda.	30,0000	1.285.715	4.286	41.724	26.977	20.255	5.258
Total					22.355	21.749	4.644

(1) O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2024, aprovou: (a) a participação do Banco Pine nas sociedades Byx Corretora de Seguros Ltda. ("Byx Corretora"), no percentual de até 40% e Amigoz Corretora de Seguros Ltda. ("Amigoz Corretora"), no percentual de até 65%, participações estas indiretas, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital S.A. ("Byx Capital"), a qual será a sócia única da Byx Corretora; e (ii) na Byx Produtos S.A. ("Byx Produtos"), a qual será a sócia única da Amigoz Corretora; (b) o aumento da participação do Banco Pine nas sociedades: Byx Produtos, em 25%, passando a participação de 40%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 27 de abril de 2023, para até 65%; (ii) Byx Capital, em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 29 de junho de 2023, para até 40%; e Byx Originação Ltda. ("Byx Originação"), em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 25 de outubro de 2023, para até 40%, esclarecendo-se que a participação do Banco Pine é indireta, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital, a qual será a sócia única da Byx Originação; todos os aumentos de participação foram aprovados pelo Bacen em 03 de maio de 2024. Com relação à Byx Produtos, cuja denominação foi alterada para Amigoz S.A. ("Amigoz") e o tipo jurídico para limitada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, a participação atual do Banco Pine é de 50,29%, decorrente do aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data, no valor de R\$5.330, tendo o Banco Pine integralizado R\$2.672. Do montante total de capital social, R\$638 de outros acionistas, será integralizado até 31 de dezembro de 2025. No que tange à Byx Capital, cujo tipo jurídico foi transformado para limitada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2023, a participação atual do Banco Pine é de 32,74%, decorrente da cessão e transferência de 153.428 quotas, pelo montante de R\$5.660, de titularidade da Byx Capital, mantidas em tesouraria, ao Banco Pine, conforme 3ª alteração contratual de 18 de março de 2024. Por fim, em relação à Byx Originação, considerando que a Byx Capital é a sócia única da referida Sociedade, a participação do Banco Pine é refletida por meio da participação na Byx Capital, ou seja, 32,74%.

(2) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$2.220 (R\$1.494 em 31 de dezembro de 2023).

(3) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$10.589 (R\$7.737 em 31 de dezembro de 2023).

(4) No primeiro semestre de 2024, houve o recebimento de dividendos no montante de R\$5.956.

15. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2023 Saldo contábil	01/01 a 31/12/2024				31/12/2024 Saldo contábil
		Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	
Imobilizados de Uso	6.968	5.370	(1.162)	29.391	(18.215)	11.176
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.968	5.370	(1.162)	29.391	(18.215)	11.176
Outros Imobilizados de Uso	33.744	44.926	(7.248)	93.917	(22.495)	71.422
Sistema de Segurança e Comunicação	1.743	31	(246)	3.892	(2.364)	1.528
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	2.278	(2.278)	-
Sistema de Transporte	-	32.443	(811)	32.443	(811)	31.632
Imobilizado de arrendamento ⁽¹⁾	32.001	12.452	(6.191)	55.304	(17.042)	38.262
Total	40.712	50.296	(8.410)	123.308	(40.710)	82.598

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%, a taxa incremental referente ao imobilizado de arrendamento de sistema de transporte corresponde a 17,61%.

16. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	31/12/2023 Saldo contábil	01/01 a 31/12/2024				31/12/2024 Saldo contábil
		Aquisições	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	
Licença de uso de sistemas - software	18.205	10.456	(4.717)	32.057	(8.113)	23.944
Total	18.205	10.456	(4.717)	32.057	(8.113)	23.944

17. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado ⁽¹⁾	895.529	658.792
Total	895.529	658.792
Vencimento		
De 91 a 180 dias	895.529	658.792
Total	895.529	658.792

(1) Refere-se à certificados de depósitos interfinanceiros, captados junto à outras instituições do Sistema Financeiro Nacional.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	15.505.071	11.262.085
Total	15.505.071	11.262.085
Tipo		
Depósitos à vista	103.631	90.167
Depósitos a prazo	14.560.012	8.934.663
Letras de crédito de agronegócio	478.681	909.917
Letras de crédito imobiliário	900.957	1.459.154
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(538.210)	(131.816)
Total	15.505.071	11.262.085
Por vencimento		
Sem vencimento	103.631	90.167
Até 30 dias	520.469	546.813
De 31 a 60 dias	448.186	388.480
De 61 a 90 dias	416.916	329.880
De 91 a 180 dias	870.888	1.000.855
De 181 a 360 dias	2.952.823	1.430.764
Acima de 360 dias	10.192.158	7.475.126
Total	15.505.071	11.262.085

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



19. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Própria		
NTN - notas do tesouro nacional	2.070.000	3.320.813
Debêntures	1.236.990	726.185
Certificado de recebíveis agronegócio	24.832	-
Certificado de recebíveis imobiliários	46.420	-
Subtotal	3.378.242	4.046.998
Carteira de Terceiros		
NTN - notas do tesouro nacional	1.607.875	-
Subtotal	1.607.875	-
Total	4.986.117	4.046.998

20. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País	Taxa de Juros	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras	1,89% a.a.	990.016	726.894
Total		990.016	726.894

21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/12/2024	31/12/2023
Repasse do país - instituições oficiais	44.257	-
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	641	-
Total	44.898	-

	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	31/12/2024	31/12/2023
Por vencimento						
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	9,00% a.a.	-	44.257	44.257	-
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	US\$	0,65% a.a.	641	-	641	-
Total			641	44.257	44.898	-

22. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 15 anos	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras Subordinada	25.731	28.268	138.042	355.383	105.196	652.620	345.294
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	-	-	-	(34.018)	(34.018)	2.879
Total	25.731	28.268	138.042	355.383	71.178	618.602	348.173

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2024
Letras Financeiras						
	19.076	2019	2024 até 2026	CDI	140% a 150%	29.325
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	2.126
	1.000	2020	2026	CDI	140,00%	1.018
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	33.033
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 190%	33.870
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	92.670
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	135.112
	287.004	2024	2031 até 2039	CDI	100% a 154%	291.448
Total	570.135					618.602

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2023
Letras Financeiras						
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 152%	27.611
	21.076	2019	2024 até 2026	CDI	140 a 150%	28.641
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	2.027
	1.000	2020	2026	CDI	140,00%	1.019
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.492
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 187%	33.808
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	80.592
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	142.983
Total	311.646					348.173

23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	30.685	13.516
Passivo de arrendamento	36.036	29.958
Total	66.721	43.474

24. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Contingências trabalhistas	10.389	8.593
Contingências cíveis	1.435	4.026
Contingências fiscais	578	709
Provisão para despesas de pessoal ⁽¹⁾	27.366	47.260
Total	39.768	60.588

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se principalmente, a provisão de participação nos lucros.

b) Ativos e Passivos Contingentes

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$56.368 (R\$53.951 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$8.139 (R\$3.604 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	Provisão	31/12/2024 Depósitos judiciais	Provisão	31/12/2023 Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	578	61.431	709	58.743
Contingências Trabalhistas	10.389	11.660	8.593	5.448
Contingências Cíveis ⁽¹⁾	1.435	3.805	4.026	35.424
Total	12.402	76.896	13.328	99.615

(1) Em 31 de dezembro de 2023, refere-se à depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida. Atualmente, os valores estão em processo de levantamento pela parte contrária no processo, pois o Superior Tribunal de Justiça já julgou definitivamente a defesa apresentada no processo.

Notas Explicativas

(iii) Movimentação das provisões passivas

	31/12/2024				31/12/2023			
	Fiscais/ Obrigaçao Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/ Obrigaçao Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	709	8.593	4.026	13.328	-	8.206	5.792	13.998
Constituição (reversão)	(131)	653	(2.716)	(2.194)	709	(576)	(1.166)	(1.033)
Atualização	-	1.143	125	1.268	-	963	(600)	363
Saldo final	578	10.389	1.435	12.402	709	8.593	4.026	13.328

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

25. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a pagar	6.281	4.798
Contribuição social a pagar	3.032	2.728
Total	9.313	7.526

26. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a pagar	21.905	21.238
Honorários advocatícios	119	154
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	47.395	17.240
Negociação e intermediação de valores	60.875	16.895
Relações com correspondentes	344	334
Sociais e estatutárias	19.311	36.348
Recebimentos à identificar	219	211
Câmbio	-	16.382
Outros passivos ⁽¹⁾	539.621	104.245
Total	689.789	213.047

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se, substancialmente, a obrigação por operação vinculada a cessão.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$952.678 (R\$852.335 em 31 de dezembro de 2023) e está dividido em 229.747.621 ações nominativas, sendo 115.953.618 ordinárias e 113.794.003 preferenciais (186.776.151 em 31 de dezembro de 2023) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, foi deliberado sobre a homologação parcial do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.252, mediante emissão de 5.926.213 novas ações nominativas, sendo 5.598.076 ordinárias e 328.137 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência da deliberação do Conselho de Administração em reunião 03 de outubro de 2024 e de acordo com as características e condições estabelecidas no Aviso aos Acionistas divulgado em 03 de outubro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 03 de dezembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R\$21.341 e, no máximo, R\$29.857, mediante a emissão de, no mínimo, 4.817.368 ações, sendo 4.627.167 ações ordinárias e 190.201 ações preferencias, e, no máximo, 6.739.760 novas ações, sendo 6.308.409 ações ordinárias e 431.351 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R\$4,43 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 10 de outubro de 2024, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco foi realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital foi levado à aprovação do Bacen. Na mesma reunião, foi aprovada a emissão de Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, sendo emitido a quantidade de 3.369.880 ações ordinárias e 3.369.880 preferenciais. O preço de exercício é de R\$8,86. Cada um dos Bônus de Subscrição poderá ser exercido por seu titular, nos períodos compreendidos entre 06 de março de 2025 a 31 de março de 2028, segregados em 13 períodos. Após o término do 13º Período de Exercício, os Bônus de Subscrição que não forem exercidos serão extintos de pleno direito. As ações ordinárias e preferenciais emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição serão em tudo idênticas às ações ordinárias e preferenciais já existentes e participarão de forma integral em quaisquer dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados após a aprovação pelo Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.901, mediante emissão de 13.450.704 novas ações nominativas, sendo 4.483.568 ordinárias e 8.967.136 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 ("Sétimo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$222, mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de outubro de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$566, mediante emissão de 282.774 novas ações nominativas, sendo 94.258 ordinárias e 188.516 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023 ("Terceiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 13 de novembro de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$102, mediante emissão de 50.844 novas ações nominativas, sendo 16.948 ordinárias e 33.896 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023 ("Segundo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de abril de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2, mediante emissão de 1.326 novas ações nominativas, sendo 442 ordinárias e 884 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 9 de maio de 2023.

b) Reservas de Capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



c) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o Capital Próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.117, à base de R\$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.890, à base de R\$0,0766333, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 21 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R\$35.126, à base de R\$0,159371, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.852, à base de R\$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.615, à base de R\$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$42.752, à base de R\$0,2080922546, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.448, com base em Reservas Estatutárias, à base de R\$0,1006339271, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 10 de agosto de 2023.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em R\$46.620 (R\$27.540 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

Descrição						31/12/2024
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2024	16/01/2025	0,080554	18.117	0,067025	15.399
Juros sobre o Capital Próprio	03/10/2024	22/11/2024	0,159371	35.126	0,141926	29.857
Juros sobre o Capital Próprio	04/10/2024	21/10/2024	0,076633	16.890	0,068245	14.357
Juros sobre o Capital Próprio	01/07/2024	15/07/2024	0,081430	16.852	0,068127	14.324
Juros sobre o Capital Próprio	08/04/2024	18/04/2024	0,080050	16.615	0,068039	14.141
Total				103.600		88.078

Descrição						31/12/2023
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	21/12/2023	15/01/2024	0,208092	42.752	0,176878	36.339
Juros sobre o Capital Próprio	17/07/2023	10/08/2023	0,100634	18.448	0,085610	15.966
Total				61.200		52.305

e) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R\$3.131. O pagamento ocorrerá no dia 28 de fevereiro de 2025.

f) Ações em tesouraria

Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 7.000.000 de ações de própria emissão de qualquer espécie, tanto ordinária quanto preferencial, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

No primeiro trimestre de 2023, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 4.000.000 de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Em abril de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$7.247, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 16 de junho de 2023 e 21 de julho de 2023, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em março de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$7.323, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 28 de fevereiro de 2023 e 29 de fevereiro de 2024, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em maio de 2023, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no monante de R\$935, referente ao plano de remuneração baseada em ações, concedido em 28 de fevereiro de 2023, de acordo com a Resolução nº 3.921.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco pine recomprou 6.178.300 ações, no montante de R\$28.133, a um custo médio de R\$4,55. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco pine recomprou 3.911.584 ações, no montante de R\$6.844, a um custo médio de R\$1,99.

Descrição			31/12/2024	
	Valor	Quantidade	Custo médio	
Ações em tesouraria no início do exercício	6.844	3.533		
Aquisições de ações	28.132	6.178	4,55	
Liberações - Remuneração baseada em ações	(14.570)	(5.035)	2,89	
Ações em tesouraria no final do exercício	20.406	4.676		

28. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



A demonstração de resultado abrangente inclui as variações ocorridas na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(1.995)	(5.465)
Instrumentos de dívida	(3.627)	(9.937)
Efeito fiscal	1.632	4.472
Outros ajustes	-	(11)
Outros	-	(17)
Efeito fiscal	-	6
Empresas coligadas		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	(1.574)
Instrumentos de dívida	-	(2.386)
Efeito fiscal	-	812
Outros ajustes	(1.615)	-
Outros ⁽¹⁾	(1.615)	-
Total	(3.610)	(7.050)

(1) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são reconhecidos no resultado.

29. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	31.753	41.304
Instrumentos de dívida	1.023.555	677.713
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.749.127	1.322.811
Total	2.804.435	2.041.828

30. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Depósitos de instituições financeiras	107.578	61.569
Depósitos de clientes	1.561.824	1.225.808
Captações no mercado aberto	529.632	420.915
Obrigações por empréstimos e repasses	10.474	2.864
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	40
Dívidas subordinadas	43.286	43.530
Outros juros	81.106	83.322
Total	2.333.900	1.838.048

31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Receitas de tarifas e comissões' é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Comissão de Fiança	9.029	7.177
Comissões	51.739	17.298
Tarifas	13.019	23.962
Outras	6.861	3.281
Total	80.648	51.718

32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Despesas de tarifas e comissões' mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no exercício exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Comissões ⁽¹⁾	60.878	33.217
Serviços bancários	669	3.608
Teleprocessamento	4.327	3.998
Outros	1.455	1.548
Total	67.329	42.371

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

33. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Instrumentos de dívida	(6.110)	38.556
Instrumentos de capital	19.773	72.252
Total	13.663	110.808

b) Derivativos

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Futuro	(662.933)	167.069
Opções	39.867	41.226
Swap	120.995	63.235
Termo	625.479	(26.163)
Total	123.408	245.367

34. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para hedge. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o valor de receita com variação cambial é de R\$5.275 (despesa de R\$38.176 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

35. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Recuperação de despesas	43.060	10.766
Rendas de aluguéis	1.108	3.932
Outras receitas (despesas) ⁽¹⁾	15.870	30.344
Outras provisões	(43)	1.499
Total	59.995	46.541

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se principalmente, à equalização dos valores a pagar de ILP, devidamente protegidos pela aquisição das ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se principalmente, (i) à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar no montante de R\$15.643; e (ii) à reversão de impairment de instrumentos de dívidas, cedidos à terceiros, no montante de R\$15.000.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



36. DESPESAS COM PESSOAL

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Proventos	70.388	63.193
Benefícios e treinamento	19.193	16.813
Encargos sociais	30.880	25.956
Participações nos resultados	44.408	46.171
Total	164.869	152.133

37. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Despesas de água, energia e gás	465	265
Despesas com aluguéis	10.020	7.838
Despesas de arrendamento de bens	548	810
Despesas de comunicações	6.638	6.476
Despesas de manutenção e conservação de bens	3.132	883
Despesas de processamento de dados	30.861	21.946
Despesas de relações públicas	3.396	2.320
Despesas de seguros	6.967	9.114
Despesas com serviços do sistema financeiro	7.966	4.870
Despesas com serviços de terceiros	10.142	3.997
Despesas com serviços de vigilância e segurança	2.689	2.602
Despesas com serviços técnicos especializados	19.228	22.578
Despesas de transporte	1.279	566
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	14.267	12.544
Despesas de viagens	3.198	1.441
Outras despesas administrativas	28.187	19.188
Total	148.983	117.438

38. PROVISÕES LÍQUIDAS

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Atualização monetária	4.443	4.487
(Provisão)/Reversão de Fianças	2.069	1.839
Total	6.512	6.326

39. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a receita no montante de R\$10.775 (receita no montante de R\$12.815 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

40. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro líquido antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	17.297	250.288
Lucro antes da tributação	17.297	250.288
Alíquota vigente	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(7.784)	(112.630)
Diferenças permanentes	92.221	40.042
Juros sobre o capital próprio	46.620	27.540
Outros ajustes ⁽¹⁾	45.601	12.502
Imposto de renda e contribuição social	84.437	(72.588)

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	31/12/2024	31/12/2023
<i>Impairment</i>	146.166	116.602
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(342.854)	(36.250)
Outras provisões	(62.126)	(25.189)
Outros ajustes	(80.832)	(48.293)
Prejuízo fiscal / base negativa	465.266	466.820
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	548.130	105.534
Total	673.750	579.224

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	31/12/2024	31/12/2023
Avaliação de títulos (renda fixa)	1.632	5.284
Outros ajustes	-	6
Total	1.632	5.290

d) Movimentação de impostos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	584.514	772.728
Débito (crédito) ao resultado	94.526	(189.041)
Débito (crédito) no patrimônio líquido	(3.658)	827
Saldo final	675.382	584.514

e) Prazo de realização

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	649	131.837
De 1 a 2 anos	4.530	28.991
De 2 a 3 anos	25.691	46.299
De 3 a 4 anos	49.853	27.460
De 4 a 5 anos	72.376	28.524
De 5 a 8 anos	294.192	134.253
De 8 a 10 anos	228.091	187.150
Total	675.382	584.514

41 LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2024, foi de 14,54% (12,41% em 31 de dezembro de 2023), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

Notas Explicativas

42. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	271.926	119	317.256	3.005
Outras Fianças Bancárias	236.997	9	63.270	24.860
Total	508.923	128	380.526	27.865

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:
- i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e
- ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$13.360 (R\$4.109 em 31 de dezembro de 2023) e a despesa de R\$28.891 (R\$7.501 em 31 de dezembro de 2023) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Remuneração fixa	12.908	9.972
Remuneração variável	13.360	4.109
Benefícios de curto prazo	12.315	4.306
Total	38.583	18.387

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

	outorga	Preço	Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	31/12/2024	
							% Exercível	Exercida em Vencimento
PLANO IX ⁽¹⁾	02/03/2018	3,34	989	989	-	-	33,33%	25/02/2021
							66,66%	25/02/2022
							81,02%	25/02/2023
							100,00%	25/02/2024
PLANO XIII ⁽²⁾	28/02/2023	1,76	2.953	1.392	(142)	1.419	20,00%	31/05/2023
							46,67%	28/02/2024
							73,34%	27/02/2025
							100,00%	27/02/2026
PLANO XIV ⁽³⁾	21/07/2023	1,93	5.812	2.070	-	3.742	14,29%	31/03/2024
							57,14%	31/03/2025
							100,00%	31/03/2026
							20,00%	31/03/2024
PLANO BÔNUS 2023	28/02/2024	4,30	2.453	491	-	1.962	46,67%	31/03/2025
							73,34%	31/03/2026
							100,00%	31/03/2027
							25,00%	31/03/2025
PLANO RETENÇÃO DE TALENTOS 2024	16/05/2024	4,30	290	-	-	290	50,00%	31/03/2026
							75,00%	31/03/2027
							100,00%	31/03/2028
							25,00%	31/03/2025
Total			12.497	4.942	(142)	7.413		

(1) Programa de retenção outorgado em 02/03/2018 com 4 lotes.

(2) Conversão do Bônus da diretora do Banco Pine em Pine4 (Ações) de acordo com a Resolução CMN nº 3.921, que determina que 40% do pagamento de Bônus da Diretoria Estatutária seja convertido em ações da companhia e seus pagamentos sejam diferidos em no mínimo 3 anos. A conversão ocorreu de acordo com a média dos últimos 20 pregões da Pine4 no momento de sua outorga – 28/02/2023. O total de ações convertidas foi de 2.804 ações. Em 28 de fevereiro de 2024, foi outorgado um novo plano de remuneração baseada em ações, como complemento ao Plano XIII, com 149 ações.

(3) Programa de retenção outorgado em 16/06/2023 e 21/07/2023 com 3 lotes. Total de 5.433 ações (Pine4) outorgadas. O preço das ações foi considerado a média dos últimos 20 pregões. Em 28 de fevereiro de 2024, foi outorgado um novo plano de remuneração baseada em ações, como complemento ao Plano XIV, com 379 ações.

Em 21 de julho de 2023, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano XIV), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 28 de fevereiro de 2023, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano XIII), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 28 de fevereiro de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano Bônus 2023), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 16 de maio de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Retenção de Talentos 2024), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de Juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Administradores ⁽¹⁾			(7.976)	(20.007)	(359)	(138)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(6)	(67)	-	-
Depósitos à prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(5.305)	(17.826)	(213)	(34)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	98% a 105% CDI	28/05/2025	(125)	(58)	(7)	(7)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 102% CDI	16/04/2027	(870)	(463)	(61)	(26)
Recursos de letras financeiras	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(1.670)	(1.593)	(78)	(71)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			(5.562)	(16.009)	(2.516)	(496)
Operações de crédito	CDI + 4,00% a.a	08/12/2026	41.043	-	(302)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(11.559)	(5.026)	-	-
Depósitos à prazo	99% a 120% CDI	31/12/2027	(6.304)	(1.778)	(168)	(93)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% CDI	08/07/2024	-	(32)	-	(4)
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% a 102% CDI	18/05/2026	(488)	(471)	(47)	(25)
Recursos de letras financeiras	135% CDI e 100% IPCA	27/09/2030	(28.254)	(8.702)	(1.999)	(374)
Empresas ligadas			(61.152)	(68.172)	(5.553)	(1.785)
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			1	3	16	24
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			2.016	25	510	138
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)			-	-	6	1
Pine Corretora de Seguros Ltda.			16	-	125	111
Pine Ativos Imobiliários LTDA			2.994	2	55	21
Depósitos à vista						
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(8.920)	(10)	-	-
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)		Sem vencimento	(1)	(203)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1.592)	(421)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	(107)	(81)	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1)	-	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA		Sem vencimento	(7)	-	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(4.235)	(4.265)	(431)	(257)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	28/12/2027	(31.161)	(8.912)	(1.681)	(108)
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	99% CDI	04/09/2026	(337)	-	(16)	(23)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	06/12/2027	(2.560)	(17.600)	(515)	(242)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	03/11/2028	(7.981)	(5.234)	(656)	(492)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(8.391)	(10.325)	(907)	(190)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	06/12/2027	(876)	(21.151)	(2.058)	(768)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	112% CDI	11/01/2027	(10)	-	(1)	-
Empresas coligadas			2.922	1.211	-	4.493
Valores a Receber						
Amigoz Ltda.	-	-	2.924	534	-	-
Depósitos à vista						
Amigoz Ltda.	-	Sem vencimento	(1)	(2)	-	-
BYX Capital Ltda.	-	Sem vencimento	(1)	-	-	-
Depósitos a prazo						
BYX Capital Ltda.	102% CDI	16/09/2026	-	(6.139)	-	(100)
Instrumentos Financeiros Derivativos						
BYX Capital Ltda.	-	-	-	6.818	-	4.593

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais
Pessoa Física	113.433.026	97,83	40.402.028	35,50
Pessoa Jurídica	584.239	0,50	14.698.439	12,92
Conselho de Administração	3.044	0,00	118.852	0,10
Conselho Fiscal	587.983	0,51	6.928.077	6,09
Administradores	204.554	0,18	5.872.027	5,16
Total	114.812.846	99,02	68.019.423	59,77

Acionistas	31/12/2023		31/12/2024	
	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.662.132	23,28
Pessoa Jurídica	-	-	13.215.548	14,89
Conselho de Administração	-	-	201.405	0,23
Administradores	-	-	3.285.245	3,70
Total	97.895.475	100,00	37.364.330	42,10

44. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Covenants

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, o Pine não possuía empréstimos com covenants atrelados. Em 13 de dezembro de 2023, os empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses', que possuíam cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) atreladas a condições de performance foram liquidados.

45. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;

Notas Explicativas

- Comitê de Portfólio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
 - Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
 - CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
 - Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
 - Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
 - Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;
 - Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;
- Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.
- As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

- c) Gerenciamento de Capital**
- O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:
- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
 - Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
 - Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.
- O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

- e) Gerenciamento de Risco de Crédito**
- O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:
- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
 - Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
 - Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice "Over 90", que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos Financeiros	Estágios			31/12/2024
	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	13.442.380	369.331	308.569	14.120.280
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	127.480	-	-	127.480
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	7.746.504	369.331	308.569	8.424.404
Instrumentos de dívida	5.568.396	-	-	5.568.396
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.325.620	34.192	4.785	2.364.597
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	2.325.620	34.192	4.785	2.364.597
Garantias prestadas e responsabilidades	893.128	-	117.065	1.010.193
Limites de crédito a liberar	93.306	-	10	93.316
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	16.754.434	403.523	430.429	17.588.386
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(158.811)	(62.536)	(305.385)	(526.732)
Exposição Líquida	16.595.623	340.987	125.044	17.061.654

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



Ativos Financeiros	Estágios			31/12/2023
	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	10.864.576	487.132	99.737	11.451.445
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	437.680	-	-	437.680
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	5.625.153	487.132	99.737	6.212.022
Títulos de valores mobiliários públicos e privados	4.801.743	-	-	4.801.743
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	931.323	33.890	25.070	990.283
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	931.323	33.890	25.070	990.283
Garantias prestadas e responsabilidades	434.833	2.967	34.594	472.394
Limites de crédito a liberar	101.601	14	300	101.915
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	12.332.333	524.003	159.701	13.016.037
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(63.742)	(41.429)	(92.177)	(197.348)
Exposição Líquida	12.268.591	482.574	67.524	12.818.689

g) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	1.553.327	2.510.581
Instrumentos de dívida	1.552.621	2.510.363
Instrumentos de capital	706	218
Instrumentos financeiros derivativos	3.063.701	1.877.228
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	4.617.028	4.387.809

h) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	31/12/2024	31/12/2023	Total em %
Baixo	97%	92%	
Médio	2%	4%	
Alto	1%	4%	

O Banco Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

i) Avaliação da redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine revisou seus modelos internos de cálculo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, reestruturando a segmentação, criando modelos específicos para melhorar segmentação das operações de crédito, reagrupando os produtos com mesmo perfil de risco e adicionando novas variáveis preditivas.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para 12 meses (PE 12 meses) e para a vida da operação (PE Vida) foi recalibrada, com o objetivo de melhorar a previsibilidade de perdas futuras provenientes de operações de crédito em default.

O modelo de LGD foi revisado, alterando a metodologia genérica para um modelo ponderado por tipo de garantia, aumentando a qualidade e eficiência do modelo.

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco Pine para fins de elaboração destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Deterioração do nível de risco

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes, associados empiricamente a probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Banco Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

- Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Banco Pine avalia a possibilidade de default nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Banco Pine avalia a possibilidade de default ao longo da vida para o cálculo da PE.

Aumento significativo de risco de crédito

O Banco Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou quando a operação flegar como renegociação.

O Banco Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias ou a operação em renegociação apresentar atraso superior a 60 dias.

Perda em caso de default (LGD)

O Banco Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.I, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Banco Pine agrupa essas exposições através de critérios e grupos homogêneos de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Segmentação de Carteira (Atacado, Varejo, Multisacado e Fianças);
- Para modelo atacado, incluímos o agrupamento por produto (capital de giro, cheque empresa, títulos e valores mobiliários e outros); e
- Para modelo varejo, observamos a modalidade de produto (INSS, FGTS, cartão benefício e outros benefícios).

j) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplimento do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

k) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - Asset and liability committee e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez: moderado e extremo;
- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee*.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);
- Área ALM na Tesouraria;
- Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

I) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Balanco Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

	31/12/2024				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Disponibilidades ⁽¹⁾	1.443.076	77.998	409.544	324.611	360.793
Instrumentos de dívida	(134.694)	-	409.544	912.619	122.911
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.883.292	1.912.711	4.089.779	1.862.725	373.419
Total	3.191.674	1.990.709	4.908.867	3.099.955	857.123
PASSIVO					
Depósitos de clientes	149.906	357.708	1.000.470	1.427.165	3.238
Depósitos de instituições financeiras	1.309.164	2.344.087	6.061.961	847.453	196.822
Captações e depósitos com liquidez disponível	-	92.781	52.163	-	-
Total	1.459.070	2.794.576	7.114.594	2.274.618	200.060
Derivativos	2.379.568	(1.281.526)	(1.440.548)	-	-
GAP	4.112.172	(2.085.393)	(3.646.275)	825.337	657.063

(1) Contém saldos referentes à Títulos Públicos com liquidez, apresentados pelo prazo final de seus vencimentos.

m) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MiM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos DV01s, para a data base:

n) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2024:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2024		
Fator de Risco	Exposição	Cenários		
		Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(335.730)	(419.662)	(629.493)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	143.659	179.574	269.361
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	-	-	-
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	1.599	1.998	2.997
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(593)	(741)	(1.112)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(1.279)	(1.599)	(2.398)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	1.264	1.580	2.370
Total (soma não correlacionada)*		(191.080)	(238.850)	(358.275)
Total (soma correlacionada)**		(192.085)	(240.107)	(360.160)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.
**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários	
Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).

Curva	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,42%	0,01%	15,43%
Índice de Preços (IPCA)	8,43%	0,01%	8,44%
Taxa Referencial (TR)	1,94%	0,01%	1,95%
Taxa de Cupom de Dólar	6,00%	0,01%	6,01%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	6,18%	0,01%	6,19%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	3,85%	0,01%	3,86%
Moedas	6,19	0,01%	5,32

Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:
-----------------------	---

Curva	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,42%	25%	19,28%
Índice de Preços (IPCA)	8,43%	25%	10,54%
Taxa Referencial (TR)	1,94%	25%	2,43%
Taxa de Cupom de Dólar	6,00%	25%	7,49%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,18%	25%	7,72%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	3,85%	25%	4,81%
Moedas	6,19	25%	7,74

Cenário III - Remoto	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:
----------------------	--

Curva	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,42%	50%	23,13%
Índice de Preços (IPCA)	8,43%	50%	12,65%
Taxa Referencial (TR)	1,94%	50%	2,92%
Taxa de Cupom de Dólar	6,00%	50%	8,99%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,18%	50%	9,26%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	3,85%	50%	5,77%
Moedas	6,19	50%	9,29

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Disponibilidades	48.620	1.562	26.429	1.398
Empréstimos e adiantamentos a clientes	97.413	8.407	104.603	7.371
Outros ativos	(7.166)	-	(6)	-
Total	138.867	9.969	131.026	8.769
PASSIVO				
Depósitos de clientes	-	-	500	-
Obrigações por empréstimos e repasses	1.999	-	1.211	-
Relações com correspondentes	24.299	1.443	9.958	21
Total	26.298	1.443	11.669	21
Derivativos	115.089	7.646	100.533	8.184
GAP	(2.520)	880	18.824	564

(ii) Balanço por Risco de Mercado

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Pré	IPCA	TR	Pré	IPCA	TR
ATIVO						
Disponibilidades	2.469.207	146.815	-	1.623.711	299.583	-
Instrumentos de dívida	2.347.918	(94.296)	-	2.212.629	(261.555)	53.861
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.548.022	15.054	-	3.664.699	7.271	149.051
Total	14.365.147	67.573	-	7.501.039	45.299	202.912
PASSIVO						
Depósitos de clientes	3.014.075	20.873	-	1.627.380	20.689	-
Depósitos de instituições financeiras	7.760.176	3.767.315	-	8.555.278	2.545.447	-
Captações no mercado aberto	178.309	-	-	37.431	-	17.251
Total	10.952.560	3.788.188	-	10.220.089	2.566.136	17.251
Derivativos	(158.790)	-	-	(16.227)	-	-
GAP	3.253.797	(3.720.615)	-	(2.735.277)	(2.520.837)	185.661

o) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



- Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

O Banco Pine está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

46. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BRGAAP e IFRS)

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, denominadas “BRGAAP” e estão sendo apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir a reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido entre o BRGAAP e o IFRS:

Resultado	Referência	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado - BRGAAP		258.248	180.878
Resultado de não-controladores ⁽¹⁾		296	-
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	(284.964)	(7.920)
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	(357)	1.763
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	183	530
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	128.328	2.449
Resultado - IFRS		101.734	177.700

(1) Refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

Patrimônio Líquido	Referência	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido - BRGAAP		1.227.207	984.480
Participação de não-controladores ⁽¹⁾		4.100	-
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	(280.653)	4.311
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	(3.752)	(3.395)
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	(1.482)	(1.665)
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	126.497	(1.832)
Patrimônio Líquido - IFRS		1.071.917	981.899

(1) Refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O BRGAAP baseia-se na Resolução CMN nº 2.682/99.

b) Ajuste IFRS 9 – Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas, pelo regime de caixa.

c) Ajuste IFRS 16 - Aluguel (Contratos de arrendamentos)

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os aluguéis são reconhecidos como despesa administrativa.

d) Ajuste IFRS - Ativos fiscais diferidos

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 (“Oitavo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

A DIRETORIA
CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R\$)



	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas	2.683.990	2.412.258
Intermediação financeira	2.946.781	2.359.827
Prestação de serviços	13.319	9.346
Provisão/(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(346.881)	(16.271)
Outras	70.771	59.356
Despesas de intermediação financeira	(2.333.900)	(1.838.048)
Insumos adquiridos de terceiros	(131.901)	(102.462)
Materiais, energia e outros	(1.090)	(537)
Serviços de terceiros	(137.326)	(108.253)
Outros	6.515	6.328
Valor adicionado bruto	218.189	471.748
Retenções	(14.746)	(5.394)
Depreciação e amortização	(14.746)	(5.394)
Valor adicionado líquido produzido	203.443	466.354
Resultado de participações em coligadas	22.949	4.644
Valor adicionado total a distribuir	226.392	470.998
Distribuição do valor adicionado	226.392	470.998
Pessoal	164.870	152.134
Remuneração direta	70.388	63.193
Benefícios	19.193	16.813
FGTS	5.489	5.233
Outros	69.800	66.895
Impostos, taxas e contribuições	(50.780)	132.516
Federais	(58.585)	119.625
Municipais	7.805	12.891
Remuneração de capitais de terceiros	10.568	8.648
Aluguéis	10.568	8.648
Remuneração de capitais próprios	101.734	177.700
Juros sobre o capital próprio/dividendos	106.731	61.200
Lucros retidos do exercício	(4.997)	116.500

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas



CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
6º andar | São Paulo – Brasil

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(e), 3(y) e 6(a))

O Banco possui investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado, classificados na categoria disponível para venda, mensurados ao valor justo, classificados em hierarquia nível 3.

Esses títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses títulos de dívida.

Analizamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(h) e 7(d))

A administração do Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (rating) para cada operação, conforme previsto na Resolução no 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (rating) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(r) e 9)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Ativos não financeiros mantidos para venda (Notas 3(j) e 11(a))

O Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de certos ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco e suas controladas, quando aplicável.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Contingências fiscais (Notas 3(q) e 15(b))

O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo. Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no semestre corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação dos dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco e suas controladas em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024,

elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as

divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Banco Pine S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco Pine S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras

consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(c).(ii), 3(k) e 7)

O Banco possui investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado, classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), classificados em hierarquia nível 3.

Esses títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses títulos de dívida.

Analizamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes (Notas 3(c).(i), 3(m) e 10)

A administração do Banco mensurou a provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9 - Financial Instruments.

A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9, bem como na determinação da mensuração da provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas de crédito esperadas poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes.

Em relação à metodologia e mensuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos da IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas de crédito esperadas são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(c).(iii), 3(j) e 40)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovado pelos órgãos de governança do Banco.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda (Notas 3(c).(v), 3(o) e 11)

O Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de certos ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos controles da administração sobre avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a metodologia da aplicação de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco, quando aplicável.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Contingências fiscais (Notas 3(c).(iv), 3(w) e 24(b))

O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no exercício corrente.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com dos

dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa área permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram o entendimento dos controles da administração sobre o ambiente de tecnologia da informação e os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo I como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo I está conciliado com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha

nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração e, com base nos exames efetuados e à vista do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido nesta data, não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças, que estão em condições de serem apresentadas à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2025.

Presidente do Conselho Fiscal
Welinton Gesteira Souza

Membros do Conselho Fiscal
Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Sergio Tuffy Sayeg

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (<https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna e Secretaria de Governança, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente, adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

- a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine. Destaque nesse semestre, para o acompanhamento do andamento das adequações referentes à Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021.
- b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.
- c) Demonstrações Financeiras: O Comitê em reuniões com a Contabilidade, Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.
- d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.
- e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria monitora o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no sítio eletrônico do Conglomerado Pine e acompanha, quando existentes, o tratamento dos casos com envolvimento da administração.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades neste órgão de administração. Adicionalmente, o presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2025.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente

Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidados e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro

Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha

Cristiano Oliveira Da Silva

Gersom Pereira Precaro

Guilherme Vieira Neves

Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho

Ricardo de Castro Bampa

Ronaldo Silvestre

Tatiana Aparecida Munhoz

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro

Roberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha

Cristiano Oliveira Da Silva

Gersom Pereira Precaro

Guilherme Vieira Neves

Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho

Ricardo de Castro Bampa

Ronaldo Silvestre

Tatiana Aparecida Munhoz